

lazer e periferia

um olhar a partir das margens

Monica Borges Monteiro e Cleber Dias (org.)



Instituto Usina Social

lazer e periferia

um olhar a partir das margens

Monica Borges Monteiro e Cleber Dias (org.)



Instituto Usina Social

Rio de Janeiro

2009

Copyright © Instituto Usina Social, 2009

Capa
Emmanuel Moraes

Diagramação
Jorge Iquiene

Fotos
Vanor Correa

Revisão
Criztiane Leal

Editora
Anatricia Borges

Editora Assistente
Criztiane Leal

Impressão
Visuana Gráfica e Editora

ISBN
978-85-63098-00-9

Todos os direitos reservados. É vedada, nos termos da lei, a reprodução de qualquer parte desta obra sem expressa autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2009

INSTITUTO USINA SOCIAL
Rua Américo Rodrigues, 77 Patronato
São Gonçalo – Rio de Janeiro – CEP:24.435-280
Tel./Fax: (21) 3707-6866
e-mail: ius@institutousinasocial.org
www.institutousinasocial.org

*... a gente não quer só comida
a gente quer comida, diversão e arte.
a gente não quer só comida,
a gente quer saída para qualquer parte.
a gente não quer só comida,
a gente quer bebida, diversão, balé.
a gente não quer só comida,
a gente quer a vida como a vida quer...
(Titãs)*

AGRADECIMENTO
A Comunidade do bairro do Jardim Catarina,
Pelo caloroso acolhimento ao projeto.
E um especial agradecimento aos grandes atores
Deste projeto.

APRESENTAÇÃO

O Instituto Usina Social optou por uma publicação que privilegiasse o entendimento do lazer como elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, que a partir da dialética relaciona-se com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família, da política, da violência e da juventude.

Este livro visa dar um panorama dos estudos sobre o lazer no Rio de Janeiro e a experiência do projeto Usina da Arte, desenvolvido pelo Instituto Usina Social em parceria com o Ministério da Justiça, com recursos do Programa Nacional de Segurança com Cidadania.

Outra temática desenvolvida diz respeito à ocupação dos espaços públicos de lazer pela população. O que a juventude deseja? Quais os seus anseios? No âmbito da formação para o trabalho, quais fatores devem ser privilegiados? Como empreender a partir de uma formação cultural?

Essas perguntas foram objeto de estudo e reflexões durante a realização do projeto e no decorrer das oficinas de arte com conteúdo de formação profissional. Os jovens apontaram para a necessidade de aprofundamento das questões em torno do empreendedorismo cultural e suas possibilidades de emancipação. A questão da maioria econômica está associada à cidadania, a geração de renda e às suas necessidades culturais.

O Instituto Usina Social dedicou esse trabalho aos jovens do Jardim Catarina que são os protagonistas dessa história de construção coletiva. Ao mesmo tempo agradecemos aos intelectuais que gentilmente cederam seus artigos como forma de contribuir para uma reflexão do cotidiano do fazer profissional. Contribuição essa que tem servido aos propósitos da sistematização, reflexão e elaboração de novas teorias que concretizem um novo olhar para a cultura, o lazer e a ocupação dos espaços públicos com cidadania e inclusão social.

Fabiana Borges

PREFÁCIO

Com muita honra recebi o convite da Mônica e do Cleber para fazer o prefácio deste livro que com competência eles organizaram. Amigos de longa data, com quem tenho compartilhado diversos momentos da minha vida, desde aqueles destinados ao tempo do trabalho como ao tempo do lazer, - tema central abordado em seus capítulos - que contaram com a presença de outros companheiros que pela competência, merecem todo o meu respeito.

Com os dois responsáveis centrais do livro já tive a oportunidade de participar de pesquisas e projetos dos mais diversos. Como professores também estivemos envolvidos em intervenções das mais diversas, o que me leva a confirmar que teoria e prática não ficam separadas. **O colega Victor Melo também está presente neste livro.** Sobre ele diria que o considero como um intelectual ímpar, capaz de transitar tanto no campo dos estudos históricos das práticas corporais, como nos estudos do lazer. **Os organizadores foram felizes na escolha dos temas e das pessoas convidadas para escrever. Juntou-se também aos três anteriores estudiosos do campo do lazer como,** Silvia, Flávia, Simone, Fernanda e Bruno. Também convivi com ele no âmbito do Grupo Anima, espaço acadêmico onde vi se confirmar que enquanto acadêmicos não restringimos do nosso cotidiano o gosto pelo aproveitamento pleno do tempo de lazer. Em diversas oportunidades desenvolvemos nos locais destinados ao nosso lazer boas discussões que deram nascimento a projetos acadêmicos.

Acredito que antes de qualquer coisa, aquele que se dedica aos estudos do lazer, deve ser alguém que incorporara disponibilidade para tal. Afinal, quem defende o educar pelo lazer e para o lazer, deve ter passado pelo processo de alfabetização cultural. O animador cultural deve ser alguém disponível para transitar nas mais diversas linguagens que são manifestadas no tempo do lazer. O profissional que atua no campo do lazer é alguém que tem um olhar diferenciado para a cidade e

ao percebê-la como um equipamento destinado ao lazer tem uma compreensão da importância para a vida social das praias, praças, parques, centros culturais, cinemas, teatros, bibliotecas, espaços esportivos, dancings, clubes dos mais diversos e bares.

Entretanto, como vamos perceber na leitura deste livro, nem sempre o lazer é reconhecido pela sua importância, mesmo que ele seja garantido constitucionalmente e posto no mesmo patamar de outras necessidades como a saúde, educação, segurança entre outros. É comum desqualificá-lo e muitas vezes ele é apresentado como um tempo para o consumo, improdutivo destinado ao divertimento desprezioso, sem nenhuma outra consequência para a vida dos cidadãos, um mero entreter. O exemplo usado sobre o Funk e a valorização dos divertimentos que passam pelo crivo da classe dominante demonstrou a falta de imparcialidade do que é valorizado quando se pensa em um projeto social de lazer: 'promover ações sócio-culturais é se engajar a favor ou contra todo um esquema de percepção do mundo'.

O lazer e o que nele podemos atingir é bem mais sério do que os sisudos colegas das universidades que atuamos pensam tanto deste objeto de estudo como dos que se dedicam ao seu estudo. Não é raro ouvirmos piadas de nossos colegas de outras unidades quando solicitamos recursos para apresentar trabalhos acadêmicos em congressos cuja temática central é o lazer. Em outras épocas a doutrina cristã condenava o uso dos tempos sociais que não fossem dedicados a ela. A lógica era orar e trabalhar, a ausência do trabalho era visto como a porta aberta para atitudes pecaminosas, o que guardando as devidas proporções ainda está presente neste século XXI.

De uma forma geral, os textos apresentados fazem uma reflexão crítica ao modelo social que procura dar ao lazer um caráter moralista, de ser capaz de salvar as pessoas dos desvios sociais. Na história da humanidade são frequentes as tentativas de controle do tempo de não-trabalho, evidente, que estamos falando de

uma classe dominante que procura controlar as camadas populares.

O livro procura abordar a importância das diversões populares, e reflete sobre a quem interessa desqualificar o que vem das camadas populares, como sabemos, não são raras as aproximações destas diversões como imorais, inadequadas ou distantes das possibilidades educativas. Não se encontrará no livro um discurso piegas, ou mesmo salvacionista, defendido por muitas ONGs ou instituições das mais diversas. Em grande parte estas instituições, penalizadas com a pobreza se aproveitam das diversões populares, para manter os produtores desta cultura no seu estado de dependência. Até por que, se a pobreza não existisse, muitos 'projetos' não seriam propostos.

Nos textos é chamada atenção sobre os 'projetos sociais' e dos desvios que neles ocorrem. Pode-se mesmo falar de um 'novo assistencialismo crítico', que desconsidera as peculiaridades dos locais em que se inserem com um discurso que propõe a inclusão. É bastante pertinente quando se aborda o questionamento de 'quem fala em nome de quem e com que autoridade' isto acontece. Lembro sempre de um professor que tive, e que mesmo considerando suas boas intenções com as atividades propostas para idosos, não era raro o seu posicionamento como porta-voz dos idosos que freqüentavam o seu projeto social. Era posto de tal forma que parecia que lhe deram um cheque em branco para falar em nome dos 'seus idosos'. Dava a entender que os idosos não tinham voz própria, e por serem fragilizados dependiam de uma voz como a sua, que pretensamente teria mais autoridade. Ou seja, o exemplo nos mostra como é necessário trabalhar em prol da 'tomada de consciência da população envolvida', mas para isto acontecer, deve-se respeitar os ritmos próprios de cada comunidade atendida. Daí a importância de se atuar pelo fortalecimento da organização comunitária dando a eles o direito de escolha de seus próprios destinos.

Faz parte do livro a compreensão do lazer como necessidade social e sua discussão através das categorias 'tempo, trabalho, atitude, práxis, cultura,

educação, possibilidade de acesso, entre outras'. Mesmo que o lazer tenha sido incluído na Constituição e a seguir em outras legislações específicas, se questiona a ausência de uma direção. Fica claro que no lazer encontramos 'um campo de disputa de diversas concepções de mundo'. Interessa aos que estudam o lazer a reflexão da existência de outro lazer, não oficial, que é 'produzido e vivido pelos trabalhadores'.

Terminando minhas observações, considero pertinente a crítica que se fez a proliferação de projetos sociais sendo implantados nas comunidades ditas 'carentes'. O leitor encontrará exemplos saídos da história da humanidade que mostram como se instaura uma cultura dominante a partir da demonização da cultura do outro, do diferente de nós. A tentativa de disciplinariedade dos divertimentos oriundos da classe popular, a fim de adequar seus membros ao modelo da classe dominante, é uma das reflexões críticas recorrentes nos textos apresentados. O lazer não pode ser mais a 'ferramenta de representação de valores dominantes, cujo desenvolvimento institucional teve e tem ainda grande relação com as ideias hegemônicas de uma sociedade capitalista'.

Com a leitura do livro ficará o questionamento de que tipo de projeto queremos para nossas cidades. Atualmente quando falamos de uma cidade como a do Rio de Janeiro não é incomum falar de uma 'cidade partida'. Como então enfrentar o desafio de permitir uma ampla distribuição dos equipamentos de lazer? Espero que com a leitura deste livro os responsáveis pelos projetos sociais tenham uma proposta mais séria com relação à importância que deve ser dada ao lazer de todas as camadas sociais.

Uma boa leitura,

Edmundo de Drummond Alves Junior

SUMÁRIO

12	INTRODUÇÃO
17	I PARTE Lazer e Periferia: Um Olhar Acadêmico
18	Lazer como ferramenta de ação social - Victor Melo
37	Lazer e Políticas Públicas – um olhar sobre a periferia- Sílvia Cristina Franco Amaral.
49	Lazer, produzido e vivido pelos trabalhadores - Flávia da Cruz Santos
66	O lazer e o saber local - Cleber Dias
86	As relações entre a ocupação dos espaços públicos de lazer e as territorialidades - Mônica Monteiro
95	Gestão de projetos sociais no âmbito do lazer por organizações do terceiro setor. Elis Regina Coelho, Fabiana Borges e Simone Monteiro
110	Animação cultural e cultura popular -Bruno Moraes
119	II PARTE Lazer e Periferia: Um Olhar a partir das experiências
127	Um relato da experiência pedagógica do projeto usina da arte – na lona cultural do Jardim Catarina em São Gonçalo-RJ - Fernanda Oliveira.
138	Apresentação dos Resultados

INTRODUÇÃO

Mônica Monteiro e Cleber Dias (orgs.)

Com o advento de uma sociedade moderna, que submetia uma série de aspectos da vida social a um crescente processo de racionalização, o tempo das festas e dos divertimentos também sofreu uma espécie de regulamentação. A essa forma de codificação, que correspondia aos interesses, expectativas e valores morais de um grupo social específico, chamou-se costumeiramente de **lazer**.

Com o tempo, as formas de fruição e as expectativas em torno desse tempo social específico experimentaram uma ambição generalizadora, isto é, suas cosmologias passaram a alimentar a pretensão de se irradiar por todos os espectros da sociedade. Assim, experiências de diversão das classes populares, por exemplo, assentadas em fundamentos consideravelmente diferentes daqueles que orientavam os passatempos burgueses, cada vez mais hegemônicos, passaram a ser alvos de intensas investidas. Sua finalidade era modular o maior número possível de práticas nos termos definidos e estabelecidos pelas classes dirigentes, de modo a deixar-lhes em conformidade com os seus próprios ideais. Desqualificação das diferenças é uma expressão que sintetiza o processo.

No Brasil, desde o final do século XVIII, vemos o alvorecer de iniciativas de uma elite ilustrada furiosamente empenhada em regulamentar os modos de vida dos trabalhadores em geral. Costumes laborais dos mais diversos eram acusados de ineficientes, improdutivos, arcaicos ou retrógrados, e os próprios trabalhadores (escravos ou não) eram chamados de indulgentes, preguiçosos e indisciplinados. Quase que inevitavelmente, essa postura etnocêntrica se estendeu também até o âmbito de suas culturas lúdicas, tentando desautorizar certas festas ou outros tipos de divertimentos.

No final do século XIX, quando toda essa dinâmica já estava delineada muito mais claramente, e quando um modo de produção tipicamente capitalista já se apresentava de maneira inequívoca entre nós, acentuando o caráter

classista da nossa organização social, começam a aparecer, concomitantemente, empreendimentos institucionalizados para o controle do tempo de não-trabalho das camadas populares. Eram sociedades assistenciais e beneficentes cujos objetivos eram difundir certos modos de vida, que apesar de sua fantasia universalista, eram, na verdade, a expressão pura e acabada de uma grade de interpretação muito particular. Assim, são organizados bibliotecas e concertos, em detrimento de bailes e carnavais. A idéia, mais ou menos explícita, é a de que diversões populares são imorais, inadequadas e pouco educativas.

Temos aí o gérmen de uma forma de intervenção social que se apresenta de maneira relativamente estável até os dias de hoje. Serviços públicos de lazer e cultura, ainda são apresentados como “úteis para reduzir o ócio e inibir o vício” (*Mapa revela exclusão do lazer na periferia de SP*, em Folha de São Paulo, 06/05/2001). A principal diferença talvez seja a de que, atualmente, os chamados grupos minoritários venham crescentemente se mobilizando no sentido de afirmarem, de forma cada vez mais ostensiva, suas identidades e peculiaridades culturais. Ao invés dos ocupantes das “margens” simplesmente se ajustarem às exigências do “centro”, a fim de tão somente se integrarem nele, agora está em questão, de maneira muito mais profunda e radical, a possibilidade de redefinição dos parâmetros que definem os limites da esfera a ser integrada.

Nesse quadro, quais os sentidos e significados dos divertimentos da periferia? Eles por acaso coincidem com aqueles sentidos atribuídos ao lazer por outros estratos sociais? Como os moradores dos subúrbios aprendem e vivenciam seus hábitos de lazer? De outra forma, de que maneira as ações sociais que tem o lazer e a cultura como veículo têm se encaminhado sob este aspecto? Que princípios informam tais ações? Com que intenções – implícitas ou explícitas – as atividades de lazer tem se apresentado? Em última instância, que funções creditam-se para o lazer dentro dessas propostas? Quais as circunstâncias históricas ou políticas que influenciam e condicionam tais ações? Quais as suas tendências e configurações mais gerais? De maneira mais prática, poderíamos pensar manifestações autóctones que

mantêm fortes ligações com os grupos locais como possível ferramenta educativa, como é o caso dos bailes funks no Rio de Janeiro, por exemplo?

Grosso modo, são essas as inquietações que motivaram esse trabalho. Para ajudar no desenvolvimento dessas reflexões, contaremos com a valiosa colaboração de:

1. Victor Melo, em texto sobre “*Lazer como ferramenta de ação social*”, cujo objetivo é comentar, de maneira mais geral, as possibilidades e os limites dos muitos e recentes empreendimentos que tomam o lazer como instrumento de políticas sociais. A idéia é apresentar uma caracterização geral acerca da articulação entre lazer e política social, bem como abordar um pouco suas principais tendências e peculiaridades no Brasil (tomando ou não a experiência de outros países como exemplo).
2. Sílvia Cristina Franco Amaral, no texto “*Lazer e Políticas Públicas – um olhar sobre a periferia*” apresenta como as discussões sobre lazer são sustentadas por categorias de análise como tempo, trabalho, atitude, práxis, cultura, educação, possibilidade de acesso, entre outras.
3. Flávia da Cruz Santos, no texto “*Lazer, produzido e vivido pelos trabalhadores*”, evidencia a existência de outro lazer, produzido e vivido pelos trabalhadores, e para isso utiliza dados empíricos extraídos das pesquisas que o tem apenas como fruto da ação das classes dominantes para a reprodução do capital, e também percorre de maneira breve alguns períodos do século XX, mas darei atenção privilegiada às décadas de 1970 e 1980, evidenciando sua complexidade e natureza conflituosa, porque intencionamos investigar o processo de inclusão do lazer como direito social na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e é nessas décadas que se

concentraram os antecedentes mais evidentes de sua construção.

4. Cleber Dias, em texto sobre “*O lazer e o saber local*”, onde o lazer é apresentado como uma categoria de pensamento específica a certos grupos sociais, não sendo, portanto, capaz de abarcar a multiplicidade de experiências possíveis nos modos de fruição do tempo livre de vários grupos. Ele é, em outras palavras, sempre relativo aos contextos materiais e culturais que o produzem.
5. Mônica Monteiro, em texto sobre “*As relações entre a ocupação dos espaços públicos de lazer e as territorialidades*”, onde a autora debate a elaboração de políticas públicas para espaços populares, a distribuição dos equipamentos públicos de lazer e a construção das territorialidades.
6. Elis Regina Coelho, Fabiana Rocha e Simône Monteiro, em texto sobre “Gestão de projetos sociais no âmbito do lazer por organizações do terceiro setor.”, onde as autoras apresentam as características de elaboração, implementação e desenvolvimento de projetos sociais no âmbito de lazer.
7. **Bruno Morais**, em texto sobre “*Animação cultural e cultura popular*”, cuja idéia inicial seria a de comentar um pouco as possibilidades da animação cultural como um vetor de valorização e legitimação de elementos da cultura popular, bem como o de compartilhar experiências nesse sentido.
8. Fernanda Oliveira, em “Um relato da experiência pedagógica do projeto usina da arte – na lona cultural do Jardim Catarina em São Gonçalo-RJ”, quando apresenta reflexões construídas a partir do trabalho pedagógico com os oficinas e a partir das suas experiências de atuação com as oficinas socioculturais oferecidas no Projeto **Usina da Arte**.

I PARTE

LAZER E PERIFERIA: UM OLHAR ACADÊMICO

LAZER COMO FERRAMENTA DE AÇÃO SOCIAL: PONDERAÇÕES¹

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo²

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o final da década de 1920 e início da década de 1930, já podemos identificar a existência de projetos e programas que têm o esporte e as diversas linguagens artísticas (compreendidos enquanto atividades de lazer) como motivos/estratégias principais de intervenção, destacando-se as experiências pioneiras das cidades de Porto Alegre (com a organização de parques públicos, conduzida por Frederico Gaelzer) e de São Paulo (conduzida por Nicanor Miranda), bem como a posterior organização do Serviço de Recreação Operaria do Ministério do Trabalho, na cidade do Rio de Janeiro (na época Distrito Federal).

A partir da década de 1970, podemos identificar um grande crescimento dessas iniciativas, na esteira das campanhas “Mexa-se” e “Esporte para Todos”, programas que, a respeito das muitas polêmicas que desencadearam, em função dos supostos usos políticos do esporte no contexto do regime de exceção ditatorial que se abateu sobre nosso país entre os anos de 1964 e 1985, certamente constituem-se em marcas de uma nova estruturação de projetos dessa natureza.

Dando um novo salto de tempo, chegando até os dias de hoje, basta um rápido olhar para percebermos o flagrante crescimento dos chamados “projetos sociais”, muitos dos quais que elegem as práticas esportivas e/ou artísticas como suas principais ferramentas de intervenção.

1 . Esse artigo é uma edição de dois outros trabalhos: “*Projetos ‘sociais’ de esporte e lazer: reflexões, inquietações, sugestões*”, escrito a convite de Cinthia Shammah, do Centro de Estudos de Estado y Sociedad, e “*Promoção da saúde e ‘projetos sociais de cultura, esporte e lazer’*: notas e reflexões”, escrito em conjunto com Fábio Peres.

2 . Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Comparada/IFCS e Escola de Educação Física e Desportos. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Anima”: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais (www.grupoanima.or) e do “Sport”: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (www.sport.ifcs.ufrj.br).

Certamente esse quadro recente tem relação com o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos em nosso país, mesmo que tenhamos que reconhecer que devemos ainda trilhar um longo caminho para consolidar nossa democracia, por nós compreendida em um sentido mais amplo do que o simples direito de votar para a escolha dos dirigentes políticos. Isso é, entendendo que a cidadania plena somente será possível com a ampla participação da população em todo o processo decisório (inclusive com o acompanhamento constante de todas as ações), certamente há muitas conquistas a serem buscadas, mas não podemos desconhecer que houve avanços significativos, inclusive no que se refere à organização da sociedade civil, de diferentes formas, com diversas intencionalidades e perspectivas. Nesse cenário podemos entender o crescimento do número de “projetos sociais”, na esteira de um novo conjunto de preocupações relativas a um novo momento histórico da nação.

Entre tantas experiências, é possível identificar alguns pontos em comum:

- a) Apresentam-se como alternativas de promoção de inclusão social, tendo em vista o quadro de desigualdade que grassa em nosso país;
- b) Com isso, adotam o discurso de vinculação à ideia de construção de cidadania, ainda que muitas vezes tratem do conceito de forma genérica e imprecisa;
- c) Normalmente são iniciativas organizadas para ocupação do tempo livre dos frequentadores, ainda que algumas tenham algum grau de relacionamento com a escola (por exemplo, oferecendo também reforço escolar/explicadores ou exigindo a frequência nas salas de aula, às vezes até mesmo certo grau de desempenho, para a manutenção da participação dos envolvidos nas atividades);
- d) Majoritariamente contam com a participação de organizações não governamentais (ONGs), seja como líderes exclusivas do projeto (responsável pela estruturação e operacionalização, a partir de financiamento de fontes privadas diversas, como as advindas de fundações internacionais ou nacionais), seja conduzindo o projeto fazendo uso de recursos públicos distribuídos em

editais (como os lançados pelos Ministérios do Esporte, da Cultura e da Justiça) ou mesmo sendo convocadas pelo próprio poder público para em seu nome desempenhar determinadas ações.

O que diferencia esse quadro atual dos momentos anteriores? Que problemas podemos identificar nesse contexto? Quais são as reais contribuições que tais projetos podem dar ao público envolvido? Como pensar a melhor adequação das estratégias desempenhadas tendo em vista potencializar o alcance dos objetivos declarados? Este ensaio objetiva apresentar um conjunto de reflexões críticas que busca caminhar no sentido de abordar tais questões, se não na perspectiva de respondê-las por completo, certamente com o intuito de apresentar um conjunto de inquietações desse autor, que esteve envolvido com projetos de natureza semelhante por alguns anos, seja como professor, coordenador, consultor, formador e/ou pesquisador.

TANTO “PROJETO SOCIAL”... PARA ONDE VAMOS? REFLEXÕES

Começemos nossa discussão pelo próprio uso do termo “projetos sociais”. Se formos rigorosos na definição, qualquer projeto desenvolvido em sociedade deve ser considerado um projeto social e mesmo os projetos individuais, em certo sentido, têm um enorme caráter social, já que devem ser vivenciados no âmbito de um determinado contexto coletivo.

Levanto essa discussão não de forma gratuita, mas para chamar a atenção para uma compreensão comum nos dias de hoje: a ideia de que “projetos sociais” são aqueles desenvolvidos em comunidades de baixa renda ou com excluídos de diferentes naturezas.

Isso certamente cresceu muito no âmbito dos últimos governos federais, notadamente quando assumiu a presidência Luís Inácio Lula da Silva (2003), que, eleito por um partido que tem uma trajetória no âmbito da esquerda (Partido

dos Trabalhadores), desde sua campanha vinha fazendo um contundente discurso sobre a necessidade de uma “ação social” mais agressiva e contundente. Por ocasião de sua reeleição (2006), tal discurso ficou ainda mais marcante e fora apresentado como o principal ganho de sua gestão anterior.

Nesse âmbito, parece que perigosamente podemos observar uma “moda do social” no Brasil dos dias de hoje. Por isso, nesse artigo até aqui, estou utilizando o termo “projetos sociais” entre aspas, para que desde o início possamos desconfiar e problematizar as dimensões que hoje carrega a utilização dessa denominação.

Vejamos que o crescimento do número desses projetos obviamente pode trazer ganhos para o conjunto geral da população, mas também pode servir de nuvem para esconder as verdadeiras intencionalidades e/ou deficiências de certas propostas. Da mesma forma, essa “onda do social” pode trazer o perigo de obliterar um olhar mais contundente sobre a necessidade de mudança profunda desse modelo de sociedade, permitindo propagar-se arriscadamente a ideia de que para a resolução dos problemas nacionais bastariam apenas algumas correções de rumo, no sentido de somente atenuar determinados problemas.

Tenho chamado algumas dessas propostas de “novo assistencialismo crítico”. O que as desencadeia é uma suposta visão crítica, um discurso aparentemente bastante “engajado”, mas a prática configura-se, não poucas vezes, como uma recriação do velho assistencialismo, marcado por um caráter explicitamente funcionalista, algo já muito facilmente observável na história brasileira de relacionamentos com os grupos comunitários minoritários (no sentido de acesso ao poder, já que numericamente estamos nos referindo à maior parte de nossa população).

Parece-me chegada à hora de separar o joio do trigo. Entre os projetos conduzidos por ONGs, grupos privados ou iniciativas governamentais, há aqueles realmente sérios, mas há também muitos que atendem mais aos envolvidos na liderança da iniciativa do que propriamente o público-alvo informado. Provocativamente, afirmo que a grande contribuição de alguns projetos é mesmo para a inclusão

social da classe média desempregada, oportunidades de emprego para assistentes sociais, psicólogos, professores, etc.

Obviamente que é fundamental que tenhamos profissionais capacitados conduzindo tais iniciativas, e que esses devem sim ser bem remunerados, mas torna-se perigoso e motivo de reflexão o fato de que em alguns projetos uma parte muito pequena do investimento seja efetivamente dedicada ao público-alvo anunciado, aquele que deveria ser o centro das atenções.

Há também muitas empresas privadas que patrocinam projetos mais interessadas em descontos fiscais e/ou na construção de uma imagem de responsabilidade social (outra moda dos dias de hoje) do que verdadeiramente em promoção da tão propalada inclusão. Há muitos projetos governamentais que se estruturam com um belo discurso (alguns nem mesmo tão belo assim), mas na prática desenvolvem-se de forma equivocada, muitas vezes apressada (sob a terrível justificativa que o “tempo da política” não permite que seja de outra forma), como se oferecessem alternativas de segunda categoria para um público tratado como de segunda classe; isso quando não evitadas de práticas eleitoreiras e interesseiras. O desperdício de dinheiro público é flagrante.

Efetivamente não é tarefa das mais fáceis traçar um perfil exato dessas iniciativas governamentais e não-governamentais, que, no último caso, inclusive se estruturam a partir de entidades que assumem as mais diversas denominações: ONGs, Organizações Cívicas de Interesses Públicos (Oscips), Fundações, Associações Culturais, entre outras. Mesmo com todos os esforços da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), que com 15 anos de atuação já possui um perfil das suas entidades associadas³, e de entidades como Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS)⁴, temos que reconhecer que grande parte das iniciativas não estão ligadas a tais grupos, tornando o quadro bastante impreciso.

3 Maiores informações podem ser obtidas em: <http://www.abong.org.br>.

4 . Maiores informações podem ser obtidas em <http://www.rits.org.br>.

Quero deixar claro que não considero oportuna a ideia de “criminalização” a priori das diferentes estratégias de organização da sociedade civil. Nem tampouco estou afirmando que essas não tem valia ou contribuição a dar à sociedade brasileira. Isso seria uma postura bastante fundamentalista e mesmo desconsideraria um grande número de experiências bem sucedidas desenvolvidas por essas entidades. Um exemplo claro é a importante atuação dos grupos ligados à questão da AIDS. Tal intervenção foi fundamental não só para chamar a atenção para a problemática, como gerou políticas públicas governamentais que hoje colocam o Brasil entre os países mundialmente elogiados pelo trato do tema.

Apenas estou ressaltando que há uma necessidade urgente de melhor analisar as iniciativas em desenvolvimento, no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento das propostas, um debate que nos parece urgente e necessário, notadamente no que se refere a projetos de esporte e lazer, já que, em função de sua própria natureza, são menos passíveis de controle e de identificação do alcance e sucesso dos objetivos anunciados.

Ao abordarmos o desenvolvimento dos chamados “projetos sociais”, e uma vez mais, chamamos a atenção para o caso específico do esporte e lazer, há ainda outra ocorrência que deve ser cuidadosamente observada: a falta de uma compreensão teórica mais aprofundada, algo que se articula com uma implementação que desconsidera dimensões fundamentais em propostas de inclusão social e as peculiaridades dos locais em que se inserem.

O próprio exemplo da dicotomia “esporte” e “lazer” já é um indício dessa dificuldade conceitual. Quando trabalhamos com a prática esportiva nesses projetos, não estamos o trabalhando como estratégia de lazer? Então por que essa prática é apresentada separada do conceito de lazer nos títulos? Isso se agrava quando falamos dos “projetos culturais”. Ora, o esporte também não é um importante fenômeno cultural? Quando fala-se de cultural, em grande

parte dessas iniciativas, não estar-se-ia simplesmente se referindo à arte, o que seria uma redução conceitual?

Outro exemplo disso pode ser encontrado em programas com idosos. Há alguns anos atrás desenvolvi um estudo que demonstrava que o rápido crescimento de intervenções com esse público-alvo trouxe no seu bojo uma série de problemas que devem ser considerados:

- a) A própria terminologia – por que usar termos como “melhor idade” e “idade de ouro” (como se quiséssemos esconder ou maquiarmos problemas e peculiaridades dessa faixa etária) e mesmo “terceira idade” (como se houvesse um rígido encadeamento entre as fases de vida)? Por que não usamos o termo “idosos”, já que lamentavelmente se desgastou o termo “velho”, que a princípio não teria nada de pejorativo?
- b) Essa dimensão anterior expressa um certo desconhecimento teórico da questão da velhice no Brasil e na sociedade contemporânea como um todo. Muitas vezes é a expressão de um programa que procura contribuir para os idosos envolvidos no sentido de funcionalmente somente minimizar seus problemas, e não no intuito de contribuir para a sua conscientização política, tendo em vista sua situação social;
- c) Aqui ainda há uma questão de grande importância: o trabalho com idosos exige um certo grau de conhecimento acerca das peculiaridades físicas do grupo, que se desrespeitadas ou não consideradas colocam em risco mesmo a segurança dos envolvidos. Recentemente, de forma irônica, escrevi no prefácio de um dos livros de meu amigo Edmundo Alves Junior, certamente um dos maiores especialistas do tema no país, que tenho a impressão que Deus deve ser mesmo brasileiro, só isso pode explicar como não morrem idosos em alguns programas de esporte e lazer, tal o número de iniciativas que desconhecem completamente essas especificidades.
- d) Por fim, sem negar as possíveis contribuições de muitos desses projetos,

nem tampouco afirmar que não criam condições de satisfação no público envolvido, observei que em grande parte dos programas analisados não ficam claras as intencionalidades ou percebe-se uma enorme distância entre o objetivo anunciado e a proposta implementada, algo que torna-se ainda mais grave quando reconhecemos que ainda são poucos ou parciais os estudos de impacto do alcance das proposições explicitadas (por exemplo, é comum vermos uma valorização extrema de dados numéricos/burocráticos como parâmetros de avaliação).

Quando analisamos projetos para jovens, encontramos problemas semelhantes. Começamos pela própria imprecisão do termo: quando nos referimos à juventude, de que público estamos falando? Seria possível precisar uma faixa etária a ser atendida? Esse conceito não seria bastante variável de acordo com cada comunidade/localidade? Como temos tratado isso nos projetos desenvolvidos?

Vejamos também a questão da natureza dos trabalhos. Peguemos um exemplo simples para tornar mais claro: os manuais de recreação. Percebamos como existem livros com propostas para crianças, para adultos, para idosos, mas poucos para jovens! Se não conhecermos as peculiaridades dessa faixa etária, é possível que no máximo estejamos a fazer adaptações daquilo que é aplicado com crianças ou com adultos, deixando de entender que há questões gerais específicas relacionadas a esse grupo.

Grande parte dos projetos com jovens apresenta a questão da empregabilidade como uma preocupação geral, o que parece a princípio interessante, já que isso se constitui realmente em um dos desafios para pensar a inclusão social desse grupo. Mas não seria um risco somente focar as iniciativas nessa questão, abandonando a formação do cidadão em seu sentido mais amplo? Mais ainda, quantos projetos realmente constituem-se em iniciativas eficazes de gerar possibilidade de aumentar a empregabilidade?

Na verdade, aqui vemos uma vez mais o já citado problema geral que acomete no Brasil os chamados “projetos sociais”: a falta de melhor estruturação e maior cuidado com iniciativas de avaliação dos impactos do que é apresentado como objetivo.

Vamos aprofundar um pouco mais a discussão acerca de alguns problemas aqui elencados.

INQUIETAÇÕES

Inclusão social

O discurso de promoção da inclusão social é observável em praticamente todos os projetos de esporte e lazer. Isso pode significar um sensível avanço da questão, já que não se trata de acreditar que a proposta de intervenção tenha um fim em si mesmo, apresentando-se a compreensão de que as ferramentas pedagógicas utilizadas são um meio para alcance de outros objetivos mais amplos. Contudo, devemos nos perguntar: o que tem se chamado de inclusão social quando tal conceito é apresentado?

Essa é para mim uma preocupação central que devemos ter. Posso observar ainda, mais do que poderíamos supor, a existência de propostas que crêem que vão conseguir incluir os indivíduos tendo em vista uma possibilidade bastante limitada e polêmica de inserção profissional. Por exemplo, a escolinha de futebol que julga que sua grande contribuição é oferecer perspectivas de que algum de seus alunos torne-se atletas profissionais de grandes clubes, ganhando altos salários, cujos maiores exemplos são nossos astros globais desse esporte (Ronaldinho, Roberto Carlos, etc.), a maior parte deles inclusive oriunda das camadas populares.

Isso não ocorre só com o futebol. Há também os projetos de música que induzem a seus alunos a pensarem que podem se tornar grandes estrelas; ou os projetos de dança que afirmam que seu parâmetro de sucesso é ter inserido

bailarinos em importantes companhias mundiais.

Precisamos analisar crítica e matizadamente esse tipo de discurso, que, ora mais ora menos explicitamente, ainda impregna se não os projetos em si, certamente o imaginário de grande parte do público que os busca:

- a) Sabemos que é uma falácia afirmar que surgem em grande número profissionais de renome oriundos desses espaços. Os mecanismos de seleção são bastante cruéis, excludentes e ainda assim somente uma parte bem pequena dos que conseguem vencer tal barreira consegue salários dignos. Esse é o caso, por exemplo, dos jogadores de futebol: apenas uma minoria tem realmente boas condições de vida; a maioria ganha mal, é explorada e tem uma curta carreira;
- b) Além disso, se a proposta de trabalho do projeto é a de inclusão social, não me parece adequado pensar nesse tipo de inclusão; pensamos que incluir deve significar preparar o indivíduo para o exercício pleno da cidadania e isso certamente significa desenvolver olhares críticos sobre a realidade que os cerca, não adaptação incondicional a esse modelo de sociedade.

Veja bem que não estou dizendo que é um “crime” que de nossos projetos venham a surgir profissionais, isso pode sim ocorrer como decorrência do trabalho desenvolvido. O que estou ponderando é que esse não deve ser o objetivo central de nossas propostas e não deve balizar a função primordial de nossas ações.

Em um dos projetos em que atuei tive problemas exatamente por essa mudança de intencionalidade central. Quando iniciamos o projeto, o intuito era contribuir para o fortalecimento de lideranças comunitárias, a partir do trabalho com diferentes linguagens/manifestações culturais. Tratava-se de contribuir para a sinergia de líderes relacionados a diferentes atividades, que se organizariam em um local comunitário, gerando uma prática política consequente desde um estímulo inicial.

Certamente desse processo ganhariam força os grupos artísticos/esportivos da comunidade, que deveriam ser por nós também estimulados, por expressarem os

desejos de uma parte da localidade e por se tornarem parceiros do programa. O que ocorre é que a direção do projeto, depois de dois anos de atuação, decidiu que deveríamos centrar esforços na ajuda aos grupos para que pudessem apresentar suas produções nos espaços tradicionais da arte (teatros, casa de show, etc.). Para tal, abandonava-se o intuito anterior de organização comunitária. Assim sendo, deixamos de contribuir para que coletivos políticos buscassem alternativas à enorme máquina da indústria cultural, tentando encontrar meios para que viessem a se inserir nas formas de organização da cultura espetacular. Um lamentável, ainda que em certo sentido sutil, desvio de caminho, que acabou por nos excluir do programa.

No caso do esporte, há ainda um sem número de falsas compreensões que estão presentes nos discursos de quem defende suas possíveis contribuições. É comum ouvirmos frases do tipo: “quem pratica esporte, se torna mais disciplinado”, “quem faz esporte, tem uma saúde melhor”, “quem se envolve com a prática esportiva, respeita os outros”.

Ora, essas visões carregam no seu interior uma visão essencialista do esporte, como se fosse portador de um dom imanente. Não há nada a priori que o apresente como bom ou ruim; a diferença estará no uso pedagógico que se faz dessa prática social, sem dúvida importante em nossa sociedade contemporânea, mas que não deve ser utilizada a partir de abordagens ingênuas e/ou apologéticas: não se trata da saída para todos os problemas, é apenas mais uma possível ferramenta para o animador.

Há ainda nesse item outra dimensão que devemos novamente destacar (e o fazemos por julgar que se trata de uma questão de relevada importância). Como grande parte desses projetos não tem mecanismos de avaliação de impacto, fica-se sem saber bem se realmente promovem a tão propalada inclusão. Mais, lamentavelmente encontramos fartos exemplos de projetos que fazem o discurso de inclusão, mas implementam práticas absolutamente excludentes, valorizando

e selecionando os melhores e mais aptos, adotando estratégias conservadoras de atuação e até mesmo desconsiderando as peculiaridades de determinados grupos (portadores de deficiência, por exemplo, muitas vezes são um grupo não contemplado). Observamos assim uma exclusão entre os excluídos.

Vou pegar um exemplo pouco discutido e por mim alvo de uma investigação há alguns anos atrás: a questão da orientação sexual. É impressionante como esse assunto é muito pouco trabalhado nos programas de esporte e lazer, como há um verdadeiro desconhecimento da temática e como, por diversas vezes, os educadores estão entre os principais responsáveis pelo propagar de preconceitos e estereótipos (isso é mais forte ainda em projetos esportivos).

Nessa pesquisa, desenvolvida com homossexuais do sexo masculino, por exemplo, identificamos que os professores de educação física, tanto da escola quanto de projetos extra-escolares, foram apontados entre os principais responsáveis pelo desrespeito para com os meninos que desde criança apresentassem alguma característica considerada efeminada, seja diretamente (alguns homossexuais foram impedidos de participar das atividades por serem considerados “doentes” ou eram chamados por apelidos como “rosinha”, “florzinha”, entre outros) ou indiretamente (os professores até identificavam o escárnio, mas não se posicionavam no sentido de proteger os atingidos, nem aproveitavam para trabalhar pedagogicamente a questão).

Como podemos pensar em projetos inclusivos que não considerem em toda sua plenitude os diversos tipos de exclusão, que não são somente de natureza econômica, mas também e mormente de caráter sociocultural, como as questões ligadas a gênero, idade, etnia e a já citada orientação sexual, entre outras? Não deveríamos estar atentos ao fato de que nosso papel deve ser o de contribuir para a formação de um cidadão, em seu sentido mais amplo? Discutamos um pouco disso no item que segue.

Cidadania

Cidadania é outra palavra da moda, curiosamente nem sempre articulada à ideia de inclusão social. Podemos perceber que por diversas vezes é mais um anúncio, mais um discurso, do que exatamente algo perseguido e encaminhado com ênfase pelas/nas ações cotidianas dos projetos.

Que tipo de cidadania desejamos? Trataria-se somente de criar forma de adequar os indivíduos a esse modelo de sociedade atual, pautado na injustiça social, na desigualdade e falta de fraternidade, ou pretendemos contribuir para que as pessoas compreendam-se enquanto seres políticos e se integrem em iniciativas múltiplas de promoção de mudanças sociais concretas e não somente superficiais?

Há duas ressalvas que, contudo, precisam ser feitas. A primeira delas é que não podemos confundir nossos projetos com “máquinas de formação política”, no sentido clássico, ainda que devamos desejar a mudança completa desse modelo de sociedade. Se o sentido for esse, parece-me inadequado investirmos tanto em projetos de esporte e lazer, já que eles não terão a condição de contrapor de forma linear o mesmo quadro social que tende a considerar tais objetos como secundários ou de menor importância, algo que se articula com o superdimensionamento do valor do trabalho e com a enorme força da cultura de massas em nossa realidade atual.

Quando falo aqui de política, não estou me referindo à sua forma de organização tradicional (partidos, sindicatos, etc.), mas sim a uma postura perante a realidade, ainda que não devamos negar ou afastar que existem injunções da política clássica em nossos projetos (e quem já trabalhou em programas governamentais sabe bem disso, deve se lembrar de que em muitas oportunidades as pressões são bastante fortes). Não há, aliás, em minha colocação, nenhum preconceito com as formas clássicas de política, que devem ser reconhecidas como importantes na construção de uma sociedade democrática. Apenas estou dizendo que a natureza de nossa intervenção deve ser adequada às características de nosso fórum de atuação.

Uma segunda discussão refere-se ao caráter assistencialista de alguns projetos. Aqui uma vez mais precisamos de posições matizadas. Não vejo nenhum problema no fato de que alguns projetos oferecem algum tipo de complemento às ausências do Estado, como, por exemplo, reforço de alimentação, explicadores, assistência médica e mesmo, em alguns casos, alguma forma de bolsa e/ou pagamento. Lembro do saudoso Betinho afirmando que *quem tem fome, tem pressa!*

A questão passa a ser perigosa quando esses complementos oferecidos se tornam mais importantes do que o projeto em si no que se refere a sua intencionalidade. Devemos nos perguntar se o que é oferecido funciona como auxiliar ao alcance dos objetivos ou trata-se de algo oferecido sem articulação com o que se propõe o programa. Por fim, parece prudente observar que essas “concessões” não podem funcionar como forma de esconder as deficiências das propostas.

Um projeto e/ou programa pode até contribuir para momentaneamente sanar alguma deficiência do Estado, mas de maneira nenhuma pode substituir ou deixar de tematizar o que é sua obrigação e responsabilidade, e, portanto, motivo de cobrança com ênfase e vigor.

Projetos de tempo livre

A ocupação do tempo livre parece ter se constituído em um dos grandes problemas dos dias de hoje. Por trás disso, há uma articulação complexa com a nova configuração dos valores em nossa sociedade, com a redução dos espaços de lazer, com o crescimento da influência dos meios de comunicação, com a reconfiguração e mesmo debilidade de agências tradicionais de formação (escola, família, igrejas, etc.). Ocupar de forma “saudável” o tempo livre parece ser um forte ponto em comum entre os projetos de esporte e lazer.

Há, contudo, alguns riscos que não podemos perder de vista:

a) Como nossos projetos vão estabelecer relações com a escola e/ou com outras

instâncias formais de educação? Não parece adequado abandonarmos, ou mesmo nos tornarmos oponentes, dessas importantes instituições;

b) De outro lado, não podemos submeter nossos projetos à lógica desses espaços ou reproduzir a sua dinâmica de trabalho comumente implementada. Precisamos desenvolver um modelo de atuação peculiar e adequado a nossos intuitos, que podem inclusive contribuir para provocar as instâncias tradicionais a buscarem reformulações de seus *modi operandis*;

c) Devemos tomar bastante cuidado com falsas verdades, afirmações superficiais ou posturas conservadoras nesse processo de ocupação do tempo livre. É comum ouvirmos frases do tipo: “esse projeto quer impedir as crianças de se envolverem com as drogas”. Ora, em grande parte das vezes trata-se apenas de uma bandeira de discurso. Em muitas outras, não se tem precisão se realmente isso está sendo alcançado. Por fim, não parece pouco pensar em um projeto só para isso? Ainda que seja essa uma questão importante, ela deve estar articulada com sentidos mais amplos que devem ser claramente contemplados nas intencionalidades explícitas nos projetos e programas;

d) Por fim, os projetos devem claramente perspectivar duas naturezas de intervenção: a educação pelo tempo livre e a educação para o tempo livre. A educação pelo tempo livre é a utilização das ferramentas pedagógicas elencadas por nossos projetos para trabalhar determinadas dimensões que podem contribuir para a melhor qualidade de vida e a tomada de consciência da população envolvida. Isso se pode dar tanto diretamente (quando, por exemplo, aproveitamos para trabalhar determinados valores) quanto indiretamente (quando contribuimos para o fortalecimento da organização comunitária). Já a educação para o tempo livre significa contribuir para que os envolvidos ampliem e descubram novas formas de ocupação do seu tempo fora do trabalho e de obrigações diversas. Pretende-se apresentar alternativas ao que é massificado pelos meios de comunicação, constituindo-se fundamentalmente como um processo de

educação das sensibilidades. Temos defendido que uma certa perspectiva de compreensão da Animação Cultural teria muito valor nesse caso.

ONGs, Estado e lideranças comunitárias

Quem deve ser responsável por organizar os projetos de esporte e lazer? Conforme observamos, pode-se perceber um envolvimento majoritário de Organizações Não-Governamentais na condução e liderança dessas propostas.

De um lado, isso é muito interessante, pois podemos observar que organizações diversas da sociedade civil tomam para si a responsabilidade de desempenharem funções de contribuição social. De outro, isso também é fruto da ausência do Estado, algo crescente nas últimas décadas, no cenário de fortalecimento mundial das estratégias neoliberais.

De um lado, há organizações sérias (sejam governamentais ou não) conduzindo esses projetos. De outro, lamentavelmente podemos ver grassar práticas interesseiras, que beneficiam mais, de diferentes formas, os envolvidos com a condução dos projetos do que o público-alvo propriamente dito.

De qualquer maneira há um apontamento que não pode ser de forma nenhuma abandonado: a grande contribuição que podemos dar é para a auto-organização comunitária e para a construção do sentido de co-gestão das iniciativas com a participação ativa do Estado.

Isso não pode ser perdido de vista: o Estado deve ser responsabilizado e envolvido no processo de garantir os direitos sociais. Para tal, deve sim contar com a colaboração de organizações diversas, mas essas não podem desejar substituí-lo. Antes esses grupos devem se ver como agentes catalizadores do aumento de contato e interface das comunidades com os poderes públicos, convocados que devem ser a cumprir as funções para os quais foram eleitos: a garantia do bem público coletivo.

Vejo com muita inquietação esse processo de suposta preocupação com as comunidades que faz com que determinadas ONGs se perpetuem em determinados espaços, quando deviam compreender sempre suas intervenções como provisórias, já que intuitam contribuir para resolução dos problemas que assolam as localidades envolvidas. Resolvido os problemas, ou organizadas a comunidade, deveriam perder suas funções os projetos implementados.

Mais ainda, muitos líderes de projetos acabam assumindo o papel de principais representantes dos grupos envolvidos, impedindo que esses falem por suas próprias vozes. Quem representa hoje os idosos, eles próprios ou um sem número de organizações que dizem velar pelos direitos dos indivíduos dessa faixa etária? Por que a voz dos idosos não é ouvida? Quem representa as comunidades de baixa renda, seus moradores ou “intelectuais” de fora, normalmente de classe média ou alta que lá desenvolvem projetos? Majoritariamente os programas de esporte e lazer estariam, efetivamente, para além dos discursos contidos nos projetos de apresentação usados para captar recursos, preocupados com o desenvolvimento do protagonismo juvenil?

No Rio de Janeiro, por exemplo, quando temos algum problema nas favelas, invariavelmente se convocam determinados líderes de ONGs, curiosamente normalmente pessoas que não vivem na comunidade, ali não foram criadas, e só conhecem a realidade por lá trabalharem. Por que as pessoas da comunidade não são convocadas? Por que a necessidade desse filtro? Estariam esses projetos realmente interessados em contribuir para a auto-organização comunitária ou no fundo pretendem ficar por ali a vida toda, garantindo seu funcionamento e os empregos dos que estão envolvidos com sua administração? Quem representa quem afinal?

PALAVRAS FINAIS

Depois de muitos anos trabalhando com projetos de esporte e lazer em comunidades de perfil diverso, posso seguramente afirmar: não existem modelos e/ou fórmulas de atuação que nos garantam sucesso imediato e a priori. Nada substitui o exercício cotidiano de reflexão e o desejo de cada profissional de aperfeiçoar seu trabalho, sempre tendo em vista que contribuições podem dar para a comunidade em que se inserem e para a superação desse modelo de sociedade.

Para alguns pode parecer absurdo acreditar que cada um de nós, animadores culturais, em nossos espaços específicos de atuação, pode contribuir para a construção de um novo modelo de sociedade. Utopia, dirão alguns. E é exatamente isso que somos: sonhadores que acreditam na utopia de que é possível uma nova forma de organização social, que respeite as diferenças e peculiaridades, que a todos permita acesso ilimitado às oportunidades de viver melhor.

Contudo não somos sonhadores “lunáticos”. Somos sonhadores trabalhadores sociais, gente que, mais do que discursar, implementa ações que podem apontar para uma mudança.

Conta uma parábola que em certa ocasião houve um grande incêndio em uma floresta. Enquanto todos os animais fugiam das labaredas, percebeu-se que um beija-flor, sozinho, buscava água no pequeno bico e tentava apagar o fogo. Um dos bichos que fugia indagou porque fazia aquilo se jamais seria capaz de ser bem-sucedido, no que respondeu a ave: “estou fazendo a minha parte para contribuir”.

Em muitas oportunidades essa parábola tem sido apresentada como exemplo de engajamento. Particularmente não gosto dessa relação. Para mim, ela tende a propugnar que os indivíduos sozinhos são capazes de dar soluções. Mas, que basta o desejo de fazer algo para que tal iniciativa seja louvada.

Seguindo a parábola, questiono se não seria mais interessante que o beija-flor também tentasse envolver os outros bichos na difícil tarefa de apagar o incêndio. Em um esforço de convencimento e mediação, contribuir para que todos os animais da floresta entendessem que juntos poderiam mudar a situação. E aí, em conjunto, cada um com seu potencial, interagissem para buscar a melhor saída, uma solução mais eficiente.

O animador cultural é realmente um beija-flor, mas não o da parábola. Ele traz o anúncio de novas possibilidades com seu canto, mas procura contribuir para que todos cantem juntos e em coro possam compor grandes obras. Ele não toma ações meramente individuais, mas busca gerar práticas coletivas, ele também se entendendo como parte de uma construção de grupo. E ainda que o apagar do incêndio pareça algo distante, ele segue crendo que, junto com os animais da floresta, há algo a ser feito.

LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS - UM OLHAR SOBRE A PERIFERIA

Prof^a Dr^a Sílvia Cristina Franco Amaral

*Preguiça tenha piedade de nossa longa miséria! Preguiça, mãe das artes
e das virtudes nobres, seja o bálsamo das angústias humanas.*

(LAFARGUE, 1999, p.112)

*O laço que ata a preguiça e pecado é um nó invisível que prende
imagens sociais de escárnio, condenação e medo.*

(CHAUÍ apud LAFARGUE, 1999, p.10)

Ao iniciar um escrito sobre lazer e políticas públicas, como indica o título deste capítulo, e pensá-las endereçadas aquela população que vive nas periferias, num primeiro momento é adequado esclarecer o entendimento que temos sobre lazer e políticas públicas, para depois pensá-las naquela realidade.

As discussões sobre lazer são sustentadas por categorias de análise como tempo, trabalho, atitude, práxis, cultura, educação, possibilidade de acesso, entre outras. É possível afirmar que a categoria tempo, até hoje, foi central a todas as análises realizadas sobre o lazer, porém já não é possível afirmar o mesmo quanto às outras categorias. O lazer já foi conceituado como experiência individual, como manifestação coletiva, como organização da cultura de uma dada sociedade como produto da indústria cultural, como uma prática funcionalista ou como uma prática interacionista, na qual subjetividade e a objetividade estão em constante dependência e significação.

Estes diferentes conceitos de lazer têm sustentado a intervenção de profissionais que trabalham com a área, seja em espaços de constituição de políticas públicas, em programas da iniciativa privada, como em ações comunitárias, às vezes como clara opção teórica, outras vezes numa apropriação na qual houve pouca reflexão.

Entendemos que para pensar, agir e avaliar as políticas públicas de lazer,

um primeiro e importante passo que deve ser dado é construir uma clareza conceitual do objeto com a qual se está operando, já que os conceitos dão sentido e significado a ação.

Acreditamos que o lazer acontece num tempo denominado livre, contudo não totalmente livre de coerções, só sendo possível entendê-lo como possibilidade latente de um tempo liberador, que pode construir um sentido à liberdade. Esta última será sempre auto e heterocondicionada.⁵ Escolhemos a epígrafe deste capítulo para contrapor a ideia exclusiva de pensar o lazer em “associação com o não fazer nada, com a ociosidade, com a preguiça (*pejorativamente qualificada*), com a espontaneidade, com a liberdade e com a improdutividade, levando o lazer a receber uma conotação não séria” (RODRIGUES, 2002, p.22- grifo nosso) e, pensá-lo dialogicamente, ou seja, que pode ter este significado anteriormente explicitado, mas também pode estar ligado a atividades sérias (não sisudas) que ocupam um papel fundamental na construção das identidades, da vida comunitária e que constitui um espaço importante de ressignificação do cotidiano pessoal e coletivo. Assim, compreendemos o lazer como uma prática multifacetada, que dialoga com várias áreas do conhecimento humano para determinar-se enquanto construto histórico. Pensamos o lazer como processo⁶, como campo de disputa. Porque afirmamos

5 Munné (1980) irá usar estas categorias conceituais para explicitar a relação dialética que acontece no tempo livre. Podemos dizer então que Munné acredita numa abordagem interacionista do lazer, ou para ser mais clara, dialética deste processo, na qual o autocondicionamento determinado pelo heterocondicionamento será tencionado por este mesmo autocondicionamento que novamente será tencionado pelo heterocondicionamento até que em saltos qualitativos este tempo livre, que não é livre gere um tempo realmente livre. Autocondicionamento para Munné está na esfera do indivíduo e heterocondicionamento é tudo aquilo do coletivo que influi e determina o autocondicionamento.

6 Estamos entendendo a ideia de processo como processo de trabalho (tomando o referencial marxista), ou seja, “aquele em que o trabalho é materializado ou objetificado em valores de uso” (BOT-TOMORE, 2001, p.299). Pensamos que quando nos remetemos a esta noção de processo de trabalho o significado é de uma interação da pessoa com o mundo natural, de tal sorte que os elementos deste último são conscientemente e propositalmente modificados. Antunes já anunciava em seu livro “Os sentidos do trabalho” (1999) que não será possível perspectivar uma vida dotada de sentido em que haja uma separação entre mundo do trabalho e mundo do lazer, assim, quando falamos de processo de trabalho, estamos também dando sentido ao “processo de lazer”. Desta forma, os elementos do “processo de lazer” são três: o lazer em si, uma ação com um objetivo; o(s) objeto(s) sobre os quais o lazer se materializa e; os meios que facilitam o processo.

isto? Porque entendemos que tais ações são constituídas pelo “entrecruzamento de diversas práticas (que) produz um novo enfoque, cujos limites são necessariamente indefinidos, e que se mantém aberto para receber outras influências das disciplinas que o constituíram e de novas disciplinas” (SILVA 2002, p. 1). Desta forma, o lazer que falamos é aquele que permite, após a recuperação da fadiga do trabalho, que os sujeitos criem e re-criem suas manifestações cotidianas (MUNNÉ, 1980), que produzam cultura e não apenas a reproduzam.

Mas como isto poderá acontecer? Notamos alguns avanços, em algumas áreas, como a dos movimentos sociais organizados, das minorias sociais, em algumas práticas urbanas nas quais a fruição do lazer e sua apropriação ocorrem pelas disputas de significado que contrapõe a massificação homogeneizadora. Contudo, quando observamos as políticas públicas para esta área pouco vislumbramos de práticas que sejam democráticas, que invertam as prioridades que lhes foram dadas no decorrer da história.

Hoje, há políticas públicas que caminham num sentido inverso ao acima explicitado, ou seja, estão cada vez mais focalistas. Entendemos por políticas públicas focalistas aquelas que visam atender a uma demanda da população que vive em estado de grande instabilidade social. Tais políticas utilizam um discurso moralista e conservador no qual o lazer está aliado ao combate da violência, das drogas e como promoção de saúde, tomado como responsabilidade individual.

Claro que se as políticas focalistas fossem o pontapé inicial de um quadro de inversão de prioridades, isto não seria ruim, pois a ideia de priorizar as periferias com o objetivo de promover a democratização cultural, do diálogo entre o que há de cultura nativa e o que há de acúmulo cultural universal, nos parece que deve ser o primeiro passo para mudança do quadro que vemos hoje no Brasil. Porém, o que vimos assistindo é uma política pobre, para pobres. Como o Estado se desresponsabiliza de seu papel, surgem todos os dias políticas levadas à população das periferias por organismos públicos, ou deste em parceria com o terceiro setor

ou com a própria organização comunitária que tendem a manter a periferia na periferia do sistema. E quando pensamos em lazer, aí a situação é ainda mais grave, porque nenhuma administração pública prioriza tais políticas em detrimento, ou mesmo conjuntamente a políticas ditas de maior valor social, como as de educação, saúde, transporte, habitação, etc.

Antes de me deter no debate de dois modelos de gestão pública das políticas (não únicos, mas didaticamente importantes para pensarmos as políticas públicas de lazer brasileiras) explico o que significa política pública para mim, já que há vários autores que entendem que a promoção de políticas pelo terceiro setor ou mesmo por entidades privadas é política pública.

Apoiando-me em Sürel e Muller (2000) entendo que a palavra política encerra três dimensões entrelaçadas e que compõe a política pública. A primeira dimensão trata da política na sua dimensão filosófica, epistemológica, conceitual. Os autores dizem que “a primeira dimensão distingue entre o mundo da política e a sociedade civil, podendo a fronteira entre os dois, sempre fluída, variar segundo os lugares e épocas” (MULLER e SUREL, 1998, *apud* FERRARO, 2000). A segunda dimensão diz respeito à atividade política em geral, ou seja, a política partidária, a disputa pelos cargos políticos e as inúmeras formas de mobilização da sociedade. E a terceira e última, trata do processo de elaboração e implementação de programas de ação pública, por meio de dispositivos político-administrativos coordenados e *a priori* em torno de objetivos explícitos. Toda política pública poderá lançar mão de dispositivos de associação com a sociedade civil, promovendo financiamento a programas sociais. Contudo, ainda insisto que uma política pública condiz com a ação direta do Estado na garantia dos direitos sociais, dentre os quais figura o lazer.

Há que se distinguir entre política de Estado e política de gestão, embora ambas estejam entrelaçadas como afirmei acima. A política de Estado deve garantir pelo seu sistema legal os direitos sociais. Quando olhamos para o caso brasileiro, vemos que a Constituição Federal de 1988 garantiu alguns direitos sociais, explicitando

claramente como alguns deles deveriam se efetivar, mas deixando a materialização de outros de forma vaga, como é o caso do lazer. Porém, mesmo que o lazer fosse garantido com clareza na constituição isto não garantiria que haveria um aparato infra-constitucional que desse conta de materializá-lo. No caso brasileiro, o lazer começa a ser garantido pelas constituições estaduais, leis orgânicas municipais que decorrem da Constituição e do Estatuto das Cidades e outros direcionamentos.

Pensando em tudo que está expresso acima, quero insistir que em nossa área ainda se confunde política de Estado com política de gestão. Aqui neste texto eu preferi me deter nas políticas de gestão, porque é nela que é possível perceber o lazer como processo, já que nem a constituição, nem as demais legislações, deram direção a qual deveria ser a estrutura, processo, forma deste direito social. O lazer assim é um campo de disputa de diversas concepções de mundo.

Para escrever sobre política pública de lazer para periferia, embora eu reconheça que há diversos modelos teóricos operando na gestão pública, optei em contrapor dois modelos ideais radicalmente opostos que disputam este espaço.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER – UM MODELO “ANTIPOPULAR”

Optei por usar a expressão modelo “antipopular” porque o direcionamento que é dado pelas gestões, às políticas públicas de lazer, afeta negativamente o acesso a este direito para os trabalhadores. A atenção aos excluídos do mundo produtivo fica restrita apenas a um plano teórico.

Os programas e as diferentes formas de proteção ao trabalhador e excluídos neste caso, são pensados pela iniciativa privada ou estão sob a livre-iniciativa de cada cidadão. Os excluídos (sem emprego e sem renda) ficam à mercê da boa vontade das instituições filantrópicas, das organizações não-governamentais (ONGs) ou desprovidos de qualquer proteção social.

Os subsídios para atenuar as taxas de desemprego não são vistos com bons

olhos por esse projeto, pois, caso existam, tornar-se-ão bloqueadores do que o próprio mercado pode acionar para restabelecer o equilíbrio.

A política social neoliberal sustenta-se também numa tríade: descentralização da prestação de serviços, desconcentração participativa e focalização dos serviços públicos.

A adoção do modelo neoliberal fez com que mudanças profundas acontecessem nas políticas públicas da área social, afetando o tempo do trabalhador: o trabalhado e o livre de trabalho, obviamente repercutindo na concepção do lazer programado. Se aceitarmos que o lazer é uma categoria conceitual que nasce a partir da relação e de contraposição ao trabalho, e que um dos principais pilares da ideologia neoliberal é justamente a desregulamentação das relações neste campo e a supressão dos direitos sociais, poderemos mensurar as mudanças que já aconteceram e as outras conseqüências que virão nesta área.

Com a reestruturação produtiva há muitos desafios colocados para que entendamos as novas relações no mundo do trabalho. Uma das leituras deste processo, amplamente defendida e divulgada, é a do fim da centralidade do trabalho como forma prioritária das relações de sociabilidade humana. Nesta perspectiva, aponta-se o nascimento da sociedade do lazer e do tempo livre.

A ideia da redução da jornada como possibilidade de enfrentamento as opressões do trabalho não é nova, porém, da teoria à prática, a redução da jornada e, em conseqüência um tempo livre de trabalho maior, foi fruto da conquista dos trabalhadores. Entretanto, hoje, o discurso da redução da jornada difere daquele presente na luta dos trabalhadores. Sua fundamentação inicial parte de outra leitura da realidade social, que parece não reconhecer os malefícios que a reconfiguração do sistema produtivo trouxe a vida dos trabalhadores, aprofundando cada vez mais a miséria, as desigualdades sociais e o desemprego estrutural. Neste “admirável mundo novo” o que vemos não é o aumento de postos de trabalho, nem a automação/informatização libertando o trabalhador. Assistimos sim a criação de

outras formas de geração de renda que são instáveis e opressivas, conjuntamente ao crescimento de uma massa de miseráveis, que compõe o “exército” de mão-de-obra desempregada necessária à manutenção do sistema capitalista.

Além disso, o desemprego aumenta a pressão sobre aqueles que continuam empregados. Coloca-se uma necessidade crescente de qualificação, atendendo requisitos cada vez mais exigentes, advindos dos programas de qualidade total.

Como os salários vêm decrescendo ano a ano, isto tem obrigado quem ganha pouco, que representa a maioria da população, a trabalhar mais, quanto maior a desigualdade, maior a jornada.

Por fim, a massa de desempregados e marginalizados sobrevive do trabalho informal. Há também aqueles que já não acreditam em outra saída, então são cooptados pelo crime organizado, passam a cometer pequenos e grandes delitos.

Na abordagem neoliberal o lazer programado pela administração pública, como qualquer outra política social, tem perdido espaço. Ele passou a ser encarado como um bem de consumo, produzido pela iniciativa privada. Nessa lógica, só terão oportunidade de acesso ao lazer os sujeitos que puderem pagar por ele.

Além disso, com as mudanças do mundo do trabalho, criaram-se dois mitos: o do tempo livre e o do ócio criativo.

Criou-se uma espécie de mito: o tempo-livre. No entanto, se observarmos com mais atenção a dinâmica social, iremos notar que mesmo naquele período de tempo no qual o ser humano pode optar pelas atividades às quais se dedica, há a mediatização de instituições que representam determinadas ideologias ou, quando livre de instituições, o indivíduo está sujeito às condições sociais, econômicas ou políticas que facilitam ou atuam como elemento coercivo de determinada ação. (PACHECO, 1992, p.250)

O “mito do tempo livre” e do “ócio criativo” tem ganhado espaço com as mudanças propostas pelo modelo neoliberal. De Masi diz que “com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estamos caminhando em direção

a uma sociedade na qual grande parte do tempo será, e em parte já é dedicado à outra coisa” (2000, p. 23). Esta “outra coisa”, para De Masi, consiste em um tempo no qual as pessoas usufruem um ócio mais criativo, em condições inclusive de gerar renda para a manutenção de suas vidas com um mínimo de dignidade.

Contudo o que tem realmente ocorrido na sociedade industrial é que, ao evoluir de uma sociedade de produção em série para uma sociedade de consumo, o sentido do ócio se transformou profundamente. Na sociedade de massas, o ócio se destina preferencialmente ao consumo quer seja de bens ou serviços (diversões), quer seja da indústria cultural. O potencial desta nova forma de ócio, impulsionada cada vez mais pelos avanços tecnológicos e dos *mass media* é estremecedor “(MUNNÉ, 1990, p. 431)”.

Este efeito estremecedor pode ser notado no silêncio do povo imbuído na luta pela sobrevivência pura e simples. E, onde há luta pela sobrevivência, não há lugar para a transcendência. Além disso, o povo parece acreditar na indústria cultural, que esta pode suprir suas necessidades estéticas e espirituais. Mesmo porque ele já não consegue distinguir entre arte e entretenimento.

Se, no modelo liberal, os recursos já eram parcos para as políticas públicas de lazer, no modelo neoliberal ficam circunscritos aos incentivos fiscais que o governo pode destinar à instalação de megaempreendimentos da indústria do entretenimento e ao desenvolvimento do turismo em nosso país.

As poucas políticas públicas que ainda sobrevivem nesse campo são destinadas ao desenvolvimento das condições do esporte espetáculo, de uma rede de sustentáculos cujo objetivo é criar no País uma geração de futuros campeões olímpicos. Também sobrevivem políticas focalizadas em áreas de extrema instabilidade social e como disse antes, de promoção de políticas pobres para os pobres.

Neste tempo de crescente ênfase do lazer como consumo, resta perguntar se existe rompimento possível?

Políticas públicas de lazer - por um modelo “mais” participativo

Num modelo de gestão em que se preconize mais participação da população, a relação entre Estado e sociedade civil está aberta a um constante aperfeiçoamento, partindo de bases que podem desenvolver processos de autonomia, de enfrentamento da realidade em voga e que acrescentem indicadores à construção da cidadania.

Outro ponto importante reside num projeto de governabilidade que se contraponha ao discurso neoliberal da ineficiência do Estado e da proposta de redução do funcionalismo. Para tanto, há que se realizar uma mudança na estrutura estatal, adotando procedimentos constitutivos da máquina, buscando procedimentos de transformação embasados numa cultura democrática, cidadã e de ampliação dos direitos sociais. Para que isso ocorra alguns governos tem tentado algumas mudanças pequenas, mas impactantes a médio e longo prazo. Num primeiro momento, tais governos procuram inverter a ordem de investimento na área social, enfrentando a degradação das condições de vida para, logo a seguir, entre acertos e erros, proporcionar o amadurecimento da democratização do poder local e uma profunda mudança na sociedade política e na luta de valores no interior do campo popular.

Tais políticas garantem a redução permanentemente das desigualdades, servindo-se com exaustão dos meios que se fizerem necessários para incentivar e potencializar a participação dos cidadãos.

Seus principais eixos são: a articulação, a ampliação de abrangência, a diversificação e a descentralização (não aquela que promove à perda da identidade política e que designa responsabilidades a sociedade sem lhes promover condições estruturais e orçamentárias, aqui estou me referindo à descentralização de poder), sendo que a participação da população é central para a sua definição.

A articulação vem sendo construída pela intersectorialidade ou, em alguns casos, pela adoção da matricialidade na gestão.

A denominação matricial foi proposta em sentido estrito, uma vez que os elementos deste modelo (metas de desenvolvimento, programas, organizações e recursos alocados) constituem dimensões que se relacionam em diversos pontos, conformando uma matriz multidimensional. Não se trata de prescrever a implantação de estruturas organizacionais matriciais (que combinam dois ou mais critérios de departamentalização) na organização governamental. Trata-se de se sobrepor à estrutura governamental (predominantemente) mecanicista, estruturas em rede com feições orgânicas voltadas para resultados. (MARINI e MARTINS, 2004, p. 2)

Pelo conceito apresentado por vários autores como Marini, Martins, Matus, Testa e outros que se utilizaram das propostas destes, me parece possível pensar que a intersetorialidade se difere da matricialidade em seu fundamento e abrangência. Enquanto o primeiro conceito está relacionado mais a um arranjo de programas em que vários setores da gestão participam e interagem para solução de problemas pontuais, o segundo procura sistematizar outro modelo de gestão no qual, apesar dos setores existirem, a governabilidade depende do trabalho em rede, do Estado em rede.

Conseqüentemente a articulação acontece entre setores da administração, mas com a fundamental participação das comunidades que devem articular-se entre si, vivenciando as tensões, dissensos e consensos inerentes ao processo, até que possam estabelecer demandas coletivas, através de uma ação efetiva no Estado.

Em relação à ampliação da abrangência, o poder público recupera e conhece a história oficial, resgatando os conflitos e opondo-se a ela, pois, durante muito tempo, confundiu-se identidade municipal com a vida do governante político local. Quando isto acontecia, as políticas primavam pela manutenção ou criação de serviços ou espaços, que privilegiaram alguns setores sociais que sustentavam o poder constituído. Confundiam-se políticas públicas com clientelismo local. Assim, é dever do Estado ampliar serviços e espaços direcionados àquelas comunidades em condições precárias, e, posteriormente, pensar na recuperação

de todo o patrimônio público, incentivando o entendimento de que ele pertence à sociedade e que a população deve dele cuidar, sendo possível então atingir elevados graus de solidariedade e digna de uma vida comunitária.

É necessário identificar aquelas práticas sociais, historicamente propostas como políticas públicas, que acentuaram as desigualdades e serviram para a manutenção do *status quo*, promovendo uma releitura das mesmas, a fim de ofertá-las sob uma nova concepção e introduzir outras tantas, já esquecidas ou escamoteadas pelo crescente processo de aculturação que as sociedades modernas atravessaram.

O processo de estabelecimento das políticas públicas de lazer envolve uma disputa que não está isenta de tensões, que se dá no campo conceitual, de relevância social e econômica. E será como já disse antes, entendendo o lazer como processo que residirá riqueza da construção de políticas públicas que se pretendam democratizá-las

Reside neste modelo uma tensão que não é de fácil solução, pois pensar democraticamente não é pressupor relativismo cultural, mas também não é negar todo o acúmulo cultural das comunidades atendidas. Para isto, no meu entendimento não adianta apenas a oferta de espaços e propostas de lazer. Este é o primeiro passo, mas um trabalho diretivo realizado em cada comunidade, proporcionando uma reflexão da produção cultural local e da necessidade da ampliação daquilo que já acontece é extremamente necessário. No *locus* em questão, é essencial ações diretivas que possibilitem o contato contínuo com produções culturais de reconhecida excelência a fim de que as práticas locais, tomando alguns quadros de referência, passem do corriqueiro, muitas vezes cooptado pela cultura de massa ao seu oposto.

Desta breve aproximação teórica com o campo das políticas públicas de lazer, posso afirmar, neste final, que a meu ver o que vem ocorrendo com a população da periferia são políticas focalistas (pautadas num modelo antipopular) e esta população deveria pressionar, lutar e demandar políticas pautadas no segundo

modelo apresentado. Não estou aqui defendendo que o trabalho de ONGs, setores sociais independentes não tenha seu valor e resultado, porém não é possível fechar os olhos para a realidade de sua existência. Tais instituições existem hoje pela completa inoperância e desestruturação planejada de uma política de governo efetiva e da não existência de uma estrutura e processo de uma política de Estado no campo do lazer.

Referências

- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CHAUÍ, M. *Introdução*. In: LAFARGUE, Paul. *O Direito à Preguiça*. São Paulo: HUCITEC, Unesp, 1999.
- DE MASI, D. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- LAFARGUE, Paul. *O Direito à Preguiça*. São Paulo: HUCITEC, Unesp, 1999.
- MARINI, C. E MARTINS, H. *Um governo matricial estruturas em rede para geração de resultados de desenvolvimento*. IX Congreso del CLAD. Madrid, novembro 2004. Publicado en la Biblioteca Virtual TOP com autorización del autor.
- MULLER, P.; SUREL, Y. *O que é política pública?* Tradução Alceu Ravello Ferraro. Pelotas: Universidade Católica, 2000. Tradução de: Qu'est-ce qu'une politique publique? In: *L'analyse des politiques publiques*.
- MUNNÉ, Frederic. *Psicosociologia Del tiempo libre: um enfoque crítico*. México: Trilhas, 1980
- PACHECO, R. T. B. *O lazer nas empresas: onde está o trabalhador?* In: CBCE, REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *O lazer como tema*. Vol. 12, 1, 2, 3. 1992, p.p. 249-256.
- RODRIGUES, M. C.. *O lazer e o idoso: uma possibilidade de intervenção*. Campinas: Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- SILVA, C. O. da. *Vida de hospital: a produção de uma metodologia para o desenvolvimento da saúde do profissional de saúde*. [Doutorado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2002. 128 p.

LAZER NO BRASIL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES A UMA OUTRA HISTÓRIA

Flávia da Cruz Santos

DELINEANDO O CENÁRIO

Há uma tendência nos estudos do lazer no Brasil, quando tratam de sua emergência, em considerar como sendo lazer apenas as práticas de uso do tempo livre de trabalho instituídas pelo Estado, pelos industriais e por instituições privadas como o Serviço Social do Comércio (Sesc). O que fez com que se tornasse lugar comum no campo de estudos do lazer, a afirmação de que ele é produto dos interesses das elites econômicas em controlar o tempo dos trabalhadores para além do tempo de trabalho, para garantir a produção e reprodução do capital. E que o lazer foi um instrumento utilizado para cooptar a população, para educá-la para o novo modo de vida que a modernidade exigia. Esse entendimento indica uma concepção de lazer e uma concepção de história, com os quais pretendo aqui dialogar.

Essa interpretação da emergência do lazer no Brasil se deve a três motivos. Um deles é o fato de o foco de investigação de muitos estudos ter sido as ações do Estado e dos industriais em relação ao lazer. Tendo ficado à margem, as práticas de uso do tempo livre de trabalho que não foram produzidas por essas instituições. O que fez com que o lazer fosse entendido como resultado da ação de um único ator político – a classe dominante - e de um único interesse – a reprodução do capital. A existência desse lazer desde o final do século XIX na sociedade brasileira é inegável, são muitas as pesquisas e os trabalhos que o comprovam⁷, e ele ainda está

⁷ Conferir CASTELLANI FILHO (2006); MARCASSA (2002); MASCARENHAS (2004); MELO e ALVES JUNIOR (2003); RODRIGUES (2006); SANT'ANNA (1994); VERONEZ (2005).

presente entre nós de maneira facilmente constatável. No entanto, esses estudos, mesmo possuindo como foco de investigação a atuação do Estado ou de empresas privadas, nos permitem verificar que antes e simultaneamente ao processo de construção desse lazer, existia um outro, para além das práticas institucionalizadas, engendrado por outros atores políticos, ainda que em diálogo com aqueles, e fruto de outros interesses.

O outro motivo, que corrobora o primeiro, é a utilização do modelo analítico marxista por muitos pesquisadores brasileiros do lazer, o que fez com que o foco da análise fosse sempre os detentores do poder econômico e/ou seus interesses. Um modelo analítico, seja qual for, direciona nossas escolhas quanto às quais os dados chave, quais os mais importantes e quais os marginais para compreender como funciona uma sociedade, possui, portanto, algum critério de importância, ainda que não o explicita. Assim, os pesquisadores lançaram seu olhar apenas, e isso não é pouco, sobre um tipo de poder, o econômico, dando uma direção às interpretações da emergência do lazer na sociedade brasileira. Na contramão desses estudos está a pesquisa desenvolvida por Denise Bernuzzi Sant'Anna (1994), com a qual esse texto dialoga e toma emprestado vários dados empíricos, que lança seu olhar também sobre outros usos do tempo livre que não apenas os promovidos pelo Estado e pelos industriais demonstrando a complexidade da construção do lazer no Brasil.

O terceiro motivo é uma interpretação a histórica do lazer, que desconsidera o complexo processo de desenvolvimento da sociedade e da cidadania brasileira, repleta de avanços e retrocessos na conquista/construção dos direitos que a compõem. Essa interpretação desconsidera o processo de formação e desenvolvimento dos cidadãos brasileiros, tendo-os sempre como facilmente manipuláveis e controláveis pelos detentores do poder, como destituídos de consciência política. Entretanto, os estudos do lazer, de maneira geral, afirmam a existência de tensões na construção do lazer no Brasil, apesar de não desenvolverem tal argumento e não apresentarem

dados empíricos que o comprove. O que para mim se constitui como fonte de inquietação, pois me fez perceber que o não dito, o ausente, também são fontes historiográficas, e evidenciou a necessidade de, ao estudarmos o lazer, lançarmos nosso olhar para outros atores políticos e de considerarmos os conflitos e jogos de interesse presentes ao longo da história brasileira.

Pretendo aqui, evidenciar a existência desse outro lazer, produzido e vivido pelos trabalhadores, e para isso utilizarei dados empíricos extraídos de pesquisas que o tem apenas como fruto da ação das classes dominantes para a reprodução do capital. Também me aportarei em literatura sobre a história do Brasil. Percorrerei de maneira breve alguns períodos do século XX, mas darei atenção privilegiada às décadas de 1970 e 1980, evidenciando sua complexidade e natureza conflituosa, porque intenciono investigar, em pesquisa de mestrado que se encontra em andamento, o processo de inclusão do lazer como direito social na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e é nessas décadas que se concentraram os antecedentes mais evidentes de sua construção. Meu interesse é a ação da população, dos trabalhadores nesse processo, pois a própria natureza dos direitos sociais nos leva a percorrer esse caminho, a lançar luz sobre esses atores políticos e a considerarmos os conflitos e jogos de interesse presentes ao longo da história brasileira, rejeitando interpretações deterministas. Os direitos de cidadania são entendidos como conquistas dos trabalhadores, como resultado da luta política entre capital e trabalho. Se considerarmos o lazer apenas como produto da ação das classes dominantes para reproduzir o capital, estaremos diante de um todo contraditório. Acredito que a investigação em andamento nos ajudará no processo de construção das definições teórica e política do lazer como direito social no Brasil. Este texto é fruto de algumas reflexões e do atual momento da permanente construção do pensamento em torno de tal tema pelo qual passo, o que evidencia seu caráter provisório.

UM OUTRO LAZER

O momento histórico tido como referência para a emergência do lazer no Brasil - início do século XX - é marcado pelo processo de construção de um novo ideário educativo que objetivava formar novas mulheres e homens para o modo de vida urbana e industrial que emergia junto ao modelo de produção capitalista, desde o final do século XIX. Outra característica desse período foi à luta dos trabalhadores⁸ por diversos direitos como o de organizar-se, de manifestar-se, de fazer greve, de escolher o trabalho, além da luta por uma legislação trabalhista e por direitos sociais como aposentadoria e seguro de acidentes de trabalho, o que indica a existência de tensão e conflitos entre trabalhadores, industriais e Estado. São vários os exemplos históricos dessas lutas sociais, dos conflitos entre a classe econômica dirigente e as organizações sociais no Brasil nesse período, depois e antes dele. Fiquemos com os dois primeiros períodos apenas, que são os períodos mais diretamente afetos ao entendimento de lazer aqui apresentado e com o qual desejo dialogar.

Vários usos do tempo livre da população foram considerados, pelas classes dominantes e pelo Estado, perniciosos, inadequados, subversivos e foram por elas denominados de ócio ao longo da história brasileira. Segundo Sant'Anna (1994, p.21) foi “possível perceber uma certa intolerância a determinados divertimentos, como o jogo”. O ócio, os divertimentos, e os usos indiscriminados do tempo livre eram “vinculados às manifestações culturais populares produzidas e vivenciadas” (MARCASSA, 2002, p.04). Esses usos do tempo livre de trabalho possuíam um caráter de gratuidade, e foram tidos “como sinônimo de vadiagem, preguiça, inutilidade, tédio, improdutividade, imoralidade e até doença” (SANT'ANNA, 1994, p.20).

⁸ Apesar de utilizar ao longo desse texto apenas a expressão “os trabalhadores”, pois a língua portuguesa convencionou a prevalência do uso do gênero masculino quando houver mulheres e homens no mesmo grupo, gostaria de lembrar que estou me referindo também às trabalhadoras brasileiras.

Produziu-se assim a ideia de ócio no Brasil. E ao lado dele foi engendrado, como seu antídoto, pelo Estado e pelos industriais um lazer com a finalidade de combater esses usos do tempo livre e participar do projeto de construção de um país industrial moderno.

Mas não seria esse ócio, lazer? Que entendimento de lazer foi usado para fazer essa distinção? Percebo que as pesquisas e estudos⁹ - e o campo de estudos do lazer em geral - seguiram a denominação oficial, que interpretaram a história através do olhar das classes dominantes e, por isso, consideram que o lazer foi produzido pelos detentores do poder e que seu único objetivo era reproduzir o capital. Desconsiderando assim, o jogo de interesses e os conflitos presentes na sociedade brasileira. Assumem a inexistência de outro lazer que não esse, fruto de interesses do capital. No entanto, essas pesquisas não deixam de afirmar que houve luta na conquista do tempo livre e na construção do lazer, mas não desenvolvem o argumento, não lançam seus esforços de pesquisa sobre ele, concluindo sempre em favor do lazer como estratégia de cooptação das classes trabalhadoras em favor do desenvolvimento do capital.

A “invenção do lazer” na cidade de São Paulo, segundo Luciana Marcassa (2002) em pesquisa de mestrado, se deu na década de 1930 para educar os trabalhadores para o novo modo de vida que emergia ligado ao modelo de produção industrial, para garantir assim, a reprodução do capital. O lazer fez parte do novo ideário de educação que se configurava, ao lado da educação escolarizada. Mas apesar do título, essa pesquisa se refere às primeiras iniciativas de formulação e implementação de políticas de lazer na cidade de São Paulo, e não à sua invenção propriamente dita. Segundo a autora,

⁹ Alguns exemplos são: CASTELLANI FILHO (2006); MARCASSA (2002); MASCARENHAS (2004); MELO e ALVES JUNIOR (2003); RODRIGUES (2006); SANT'ANNA (1994); VERONEZ (2005).

se antes o tempo livre era ocupado ao sabor do ócio e das atividades relacionadas ao descanso e à diversão, longe das pressões políticas, orientações científicas, da disciplina e da supervisão - por isso mesmo tidas como possibilidade de subversão - no processo de institucionalização do lazer, os usos do tempo livre passam a ser disciplinados, controlados e submetidos ao crivo da razão técnica e das finalidades utilitárias das classes dominantes, bem como instrumentalizados com vistas à produção e reprodução do capital. (MARCASSA, 2002, p.177)

O olhar dessa pesquisadora se voltou apenas para a ação do governo de São Paulo em relação ao lazer, para os interesses do “Estado burguês e da sociedade industrial capitalista” (MARCASSA, 2002, p.56). Portanto, tal pesquisa não pode ser utilizada para fundamentar a ideia de que o lazer nasceu dos interesses de controle dos industriais sobre os trabalhadores, pois institucionalização e emergência são fenômenos distintos. E, além disso, em alguns momentos, aparecem nessa pesquisa dados históricos de outros usos do tempo livre de trabalho, antes mesmo da institucionalização de um determinado lazer, como mostra o trecho acima citado.

O historiador José Murilo de Carvalho, em seu livro “Cidadania no Brasil: o longo caminho” (2007, p.65), argumenta no sentido de que “não havia no país povo politicamente organizado, opinião pública ativa, eleitorado amplo e esclarecido” no final do século XIX e início do XX. O autor se refere aí, justamente ao período histórico tido hegemonicamente, como o período da emergência do lazer no Brasil e corrobora, portanto, a ideia de lazer como fruto dos interesses de uma única classe social, os industriais, já que o povo não possuía consciência política e não se organizava.

Mas tal argumento não se sustenta segundo o próprio autor, que evidencia a estreiteza da concepção de cidadania presente em tal entendimento e demonstra a

existência de “movimentos políticos que indicavam um início de cidadania ativa” (p. 65) já nesse período. A concepção de cidadania presente nessa afirmação, ainda segundo o mesmo autor,

supõe como manifestação política adequada aquela que se dá dentro dos limites previstos no sistema legal, sobretudo o uso do direito do voto (...) uma interpretação mais correta da vida política de países como o Brasil exige levar em conta outras modalidades de participação, menos formalizadas, externas aos mecanismos legais de representação. (CARVALHO, 2007, p.66-67)

Movimentos políticos como o movimento abolicionista e o tenentismo são exemplos da luta política no fim do século XIX e início do século XX, e são apontados por José Murilo de Carvalho (2007) como indicadores do início de uma cidadania ativa no Brasil. O movimento abolicionista, que ganhou força em 1887, lutava por um direito civil, a liberdade, envolveu pessoas de diferentes camadas sociais e foi um movimento nacional, embora tenha sido mais forte em algumas regiões do país.

A cidade do Rio de Janeiro foi cenário de várias manifestações populares, os chamados protestos, desde o final do século XIX. Os motivos de tais revoltas foram à má qualidade dos serviços públicos – preço do transporte urbano, iluminação, abastecimento de água, serviço de esgoto, a obrigatoriedade da vacina contra a varíola – e as medidas sanitárias que culminaram na Revolta da Vacina, em 1904. Essa revolta popular demonstra que a população, já nesse momento, possuía alguma noção sobre direitos do cidadão e sobre dever do Estado, como constata Carvalho (2007).

No início do século XX, os trabalhadores estavam organizados em sindicatos por ofício, o que fez com que suas reivindicações fossem conquistadas por categorias de trabalhadores e não pelos trabalhadores em geral. Por exemplo,

em 1923 houve a criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensão para os ferroviários, organizada por empresa, e só três anos depois houve a expansão das Caixas para outras categorias profissionais, à medida que elas as reivindicaram. Em julho de 1934 houve a primeira greve nacional dos bancários no Brasil, e uma das reivindicações era a criação de uma caixa de pensões e aposentadoria. No mesmo mês o então presidente Getúlio Vargas criou, através de um decreto-lei, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. O que demonstra que esses direitos foram conquistados através da organização dos trabalhadores, de negociações, da luta por direitos. Se não fosse assim, todos os trabalhadores, das diferentes categorias profissionais, deveriam ter tido acesso a esse direito simultaneamente.

A ação do Estado brasileiro em relação ao lazer, ao longo da história brasileira, foi marcada por forte caráter funcionalista, como apontam muitas pesquisas fundamentadas historicamente, algumas delas já aqui citadas. Mas essas pesquisas não deixam de revelar, ainda que não seja o objetivo, a existência de lazer para além da ação do Estado. Podemos citar, por exemplo, a pesquisa de mestrado de Juliana Pedreschi Rodrigues (2006, p.34): “De forma geral, as atividades de lazer desenvolvidas pelos operários em seu tempo livre de trabalho, em seu cotidiano operário, não coincidiam com aquelas escolhidas pelos legisladores.” O que corrobora a ideia de que havia outro lazer para além do implementado pela classe dominante.

Essa autora, apesar de operar com o entendimento de que o lazer se constituiu no Brasil como meio de cooptar os trabalhadores pela classe dominante, nos diz que os operários, nas décadas iniciais do século XX, possuíam momentos de divertimento organizados pelos grêmios de fábricas e clubes de várzea, por lideranças das vilas operárias e pelas associações recreativas de bairro. As atividades organizadas eram futebol, atividades dançantes, musicais e teatro. Havia também os jogos de mesa nos botequins, a boccia, as reuniões e festas

familiares e as festividades religiosas. A autora cita Decca (1987, p.42), quando diz que o operariado se divertia “descansando no ambiente doméstico, jogando conversa fora, (...) em torno das refeições coletivas, do vinho, (...) impregnados por elementos culturais específicos”. O que evidencia a existência de outro lazer na vida dos operários, além do lazer oferecido pela classe dominante daquele momento histórico. Evidencia também que havia interesse dos trabalhadores por seu tempo de não-trabalho, que eles se preocupavam com esse tempo de suas vidas e até se organizavam para vivenciá-lo. O que vai na direção do dito por José Murilo de Carvalho (2007), quando nos alerta para a miopia das interpretações que desconsideram a organização dos trabalhadores em torno de seus objetivos no Brasil.

Quais eram os sentidos e significados dessas práticas, consideradas ócio, para os que as produziam e viviam? Assumir que algumas práticas sociais são lazer e outras não implicam uma concepção de lazer. E no caso aqui debatido, significa assumir que todas as atividades vividas no tempo livre de trabalho que não eram promovidas pelo Estado ou pelos industriais, e que não tinham um caráter funcional, não eram lazer. Significa assumir apenas o significado que o ócio possuía para as classes dominantes. Ora, o que caracteriza uma atividade como sendo lazer?

Segundo Marcassa (2002, pp.189-190, grifos meus)

O ócio significava uma pequena fração do tempo social na qual havia a possibilidade de desenvolvimento humano, porque não circunscrito ao campo da ação e dos interesses ideológicos. (...) Não há dúvidas de que no passado o ócio, como um hábito intimamente vinculado à organização da vida cotidiana do mundo pré-capitalista, significava o desenvolvimento das capacidades humanas em si mesmas e se configurava como uma prática social relacionada às necessidades do homem, em determinada época e conforme a or-

ganização cultural da sociedade. (...) na vida cotidiana do mundo moderno a utilidade e a produtividade atribuem uma nova conotação ao tempo, no qual o ócio perde seu espaço e significação.

No entanto, essa mesma autora demonstra em sua pesquisa que o ócio esteve presente na história brasileira nas décadas iniciais do século XX, quando a sociedade brasileira já era capitalista, ainda que estivesse em um estágio inicial de desenvolvimento. E Sant'Anna (1994) demonstra que na década de 1970, quando o capitalismo já possuía níveis consideráveis de desenvolvimento no Brasil, o ócio também estava presente. O que contraria o raciocínio de Marcassa (2002), acima citado, segundo o qual nesses contextos, o ócio não deveria mais ter significado e deveria ter desaparecido.

E o significado do ócio apresentado no trecho acima citado de Marcassa (2002), é bem próximo ao significado do lazer adotado em seu trabalho. De acordo com ela, o lazer é “um lugar de organização da cultura”, “pode ser recriado e subvertido para que nele se desenvolva uma formação humana voltada para a promoção do homem, da sua conscientização e emancipação” (MARCASSA, 2002, p.193).

Sant'Anna também aponta no sentido da existência de outro lazer para além do lazer que foi institucionalizado quando diz “ocorreu esse esforço de codificação de determinados usos do corpo, do tempo e do espaço, em proveito de formas de lazer organizadas institucionalmente e em detrimento do caráter de gratuidade e uma certa desobrigação, que as caracterizava” (1994, p. 22). E também evidencia a existência de outras formas de uso do tempo livre de trabalho pelos trabalhadores, simultaneamente à existência do lazer institucionalizado:

Na maioria das vezes o lazer proposto por decretos governamentais, em função da polêmica que levantava, tendeu a abrir espaço para a emergência de novas definições para os usos do tempo livre e para criar

outras funções ao espaço urbano mais associadas à ludicidade. (SANT'ANNA, 1994, p.31)

Portanto, apesar da existência de um lazer hegemônico, engendrado por classes sociais dominantes - seja do ponto de vista do poder econômico ou do poder militar - e fruto de seus interesses, há na história brasileira de desenvolvimento do lazer, indícios de um outro lazer, ligado aos interesses das classes dominadas e por elas construído. Daí a necessidade de se investigar as práticas denominadas de ócio na sociedade brasileira, e de se considerar a existência de vários e diferentes lazeres nessa sociedade, tendo em vista as outras práticas de ocupação do tempo livre que existiam entre os trabalhadores, para além das oferecidas pelos empresários e Estado, considerando assim a natureza conflituosa do lazer. Natureza essa apontada por Sant'Anna (1994, p.32)

Durante a década de 70, tanto a palavra “lazer” como notícias ligadas a este tema começam a aparecer com mais frequência nos jornais das entidades sindicais. Uma preocupação em defini-lo e em ampliar os seus significados e funções fica evidente em notícias que fazem sugestões aos trabalhadores de como eles podem utilizar melhor o seu tempo livre, atentando para o fato de que lazer não é só diversão e evasão, mas também cultura

Simultaneamente ao lazer institucionalizado pelo Estado, e antes dele, houve outro lazer na história brasileira, engendrado pela população e intimamente ligado ao seu modo de vida, à sua cultura. No entanto, é preciso salientar também que o processo de conformação do novo modo de vida - moderno e urbano - fez com que algumas práticas perdessem e outras adquirissem sentido para os trabalhadores. Assim, algumas práticas “cederam lugar ou misturaram-se aos novos ventos da modernidade, adquirindo significados e modos de expressão diferentes” (SANT'ANNA, 1994, p.22). Por isso, alguns programas

de lazer implementados na década de 1970 pelo governo não foram impostos à população, nem mesmo opostos aos seus interesses, mas se constituíram como “verdades inerentes aquele tempo” e “passaram a fazer parte dos padrões de normalidade estabelecidos socialmente” (SANT’ANNA, 1994, p.11).

A década de 1970 compreendeu os anos do governo militar mais truculentos de todo o período militar no Brasil e, também, a partir de 1974, com a liderança do presidente general Ernesto Geisel, um período em que teve início a liberalização do sistema, a promoção de um lento retorno à democracia. Nos primeiros anos da década a violência do governo do general Garrastazu Médici foi combinada a altos índices de crescimento econômico, foi o denominado “milagre econômico”. No entanto, esse crescimento beneficiou de maneira desigual a população, pois as desigualdades ao invés de diminuir com o crescimento econômico, aumentaram. O salário mínimo valia em 1974 quase a metade do que valia em 1960. Tal general implantou a pena de morte, que havia sido abolida depois da proclamação da República, introduziu a censura prévia em jornais, livros, programas de televisão e de rádio. Não havia liberdade de opinião nem de reuniões, as greves eram proibidas e os sindicatos e órgãos estudantis foram alvo de repressão, estavam sob constante ameaça de intervenção. Havia uma forte demarcação entre o permitido, o lícito e o não-permitido. O que não servia funcionalmente ao ideário e objetivo do governo militar era coibido e combatido.

As atividades dos sindicatos, tanto urbanos quanto rurais, estavam voltadas para a assistência social desde o Estado Novo, o que junto à repressão por eles sofrida, levou a redução da combatividade política dessas instituições. Na década de 1970, o governo federal passou a impor, através de decretos e leis, a produção de programas de lazer pelos sindicatos e determinou a utilização de parte da receita dessas instituições em atividades de cunho assistencialista, dentre elas estavam a criação de bibliotecas, a implementação de colônias de férias e de

centros de recreação (SANT’ANNA, 1994, p.31).

O fato de o Estado se ocupar do lazer não pode ser associado de maneira linear e direta, apenas ao interesse de educar os trabalhadores para o novo modo de vida moderno e urbano, de preparar para o novo tipo de trabalho. Há outros interesses nessa relação como nos mostra a história. Percebendo a relevância do lazer na vida dos trabalhadores, o Estado e os patrões lhes ofereceram equipamentos e atividades de lazer não na tentativa de agradá-los de maneira desinteressada, mas numa relação de interesses e barganha, num contexto de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida. Havia pelo menos outros dois interesses nessa relação. Um deles era o de despolitizar os sindicatos, tornando-os apenas instituições assistencialistas, e o outro era o de compensar os trabalhadores pela ausência de direitos civis e políticos.

Podemos identificar esses interesses já na década de 1940, pois a criação do Serviço de Recreação Operária (SRO) em 1943, segundo Marcassa (2002, p.188), “buscava compensar os descontentamentos do trabalhador através do esporte e do lazer”. O SRO foi financiado pelo imposto sindical compulsório e obrigatório, descontado de todos os trabalhadores brasileiros com carteira assinada. No entanto, ele restringia seu atendimento apenas aos operários sindicalizados e suas famílias. Ora, se a intenção fosse somente conformar os trabalhadores para uma nova sociedade, para um modo de produção através do lazer, todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, deveriam ter sido atendidos pelo SRO, pois, assim, tal objetivo seria alcançado de forma mais efetiva. Portanto, havia aí o interesse de oferecer aos trabalhadores organizados algo que lhes fosse relevante para compensar outras ausências e, assim, acalmar a situação

de descontentamento que poderia levar a mobilizações e reivindicações.

Ao lado da criação dessa instituição houve várias outras medidas que objetivavam desmobilizar a organização dos trabalhadores na história do Brasil. Talvez a principal delas tenha sido a regulamentação da atividade sindical promovida no governo Vargas, durante o governo provisório. Mas no caso específico do lazer, a história mostra que a promoção de atividades de lazer tinha o objetivo de oferecer aos trabalhadores algo que lhes era relevante, de forma estratégica, para assim, conter os ânimos dos trabalhadores em sua luta política por melhores condições de vida, pois “mesmo com uma política de repressão intensiva, o movimento operário no Brasil adquire dimensões e por muitas vezes quase fugiu ao controle de empresários e do Estado” (RODRIGUES, 2006, p. 23).

A partir da segunda metade da década de 1970, teve início a chamada abertura política. O Ato Institucional nº. 5 (AI-5), o mais radical de todos, foi revogado, a censura prévia foi extinta, houve diminuição das restrições às propagandas eleitorais e o *habeas corpus* para crimes políticos foi restabelecido. A taxa de crescimento econômico começou a decrescer e os efeitos do “milagre econômico” desapareceram. Esses fatores se coadunaram e corroboraram para a expansão dos movimentos sociais a partir de 1975. Teve início o movimento sindical de trabalhadores dos novos setores da economia que tinham se expandido durante o “milagre econômico” - metalúrgicos de empresas automobilísticas, de empresas de siderurgia, de máquinas e equipamentos -, a presença e atuação dos sindicatos rurais se tornaram mais fortes; surgiram dentro da Igreja Católica as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que realizavam um trabalho religioso ligado às condições sociais do povo, e possuía um esforço de conscientização política; houve a expansão dos movimentos dos favelados, das associações de moradores de classe média e das associações de profissionais de classe média (CARVALHO, 2007). A Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação

Brasileira de Imprensa e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência também adquiriram papel político importante nas décadas de 1970 e 1980.

Esses movimentos apresentavam uma característica nova, a de se aproximar do povo, de ter um contato estreito com as bases, de se organizarem de baixo para cima (CARVALHO, 2007). O auge da mobilização popular foi à campanha pelas diretas já, em 1984, que objetivava forçar o congresso a aprovar emenda constitucional que permitisse eleição direta para presidente da república. Tal objetivo não foi alcançado, mas o MDB lançou um candidato civil para concorrer com o candidato do governo à presidência, e a pressão popular fez de Tancredo Neves o vencedor da disputa, encerrando assim o ciclo de presidentes militares no Brasil.

Desde o início da década de 1970, diferentes organizações da sociedade brasileira reivindicaram a convocação da Assembléia Nacional Constituinte para a construção de uma nova Constituição – dentre elas estavam o MDB, a Aliança Democrática e a OAB. Cartas, manifestos, conferências, foram produzidas, além de um abaixo assinado com mais de 19 mil assinaturas pela Constituinte. Mas só em 28 de junho de 1985, o então presidente José Sarney encaminhou ao Congresso a proposta de convocação da Constituinte. Muito aconteceu até que em 01 de fevereiro de 1987 fosse instalada a Assembléia Nacional Constituinte.

Apesar de a CF/1988 ser considerada a Constituição Cidadã, fruto de grande mobilização e participação popular, segundo Florestan Fernandes (2006),

As classes burguesas procuraram apresentar a Assembléia Nacional Constituinte como uma instituição neutra, na qual os “representantes do povo” estão acima das classes e tratam de elaborar uma Constituição que respeite igualmente os interesses de “todo o povo”. Retirando do povo sua soberania e seu poder originário, pois “todo poder emana do povo”, a ANC é representada utopicamente, como dando o mesmo peso e o mesmo valor a todas as classes, da burgue-

sia aos operários, aos trabalhadores do campo e aos excluídos ou condenados (os miseráveis da terra, dos indígenas aos favelados). (FERNANDES, Florestan, 2006, p.66)

É sobre esse processo que estou me debruçando nesse momento, na tentativa de iluminá-lo e de responder meus problemas de pesquisa. Preciso chegar à elaboração da Constituinte, e examiná-la com o devido cuidado, usando as fontes documentais e os registros de escritores que participam desse processo, como Florestan Fernandes. Preciso investigar a ação de atores políticos como o MDB, que exerceu importante papel na história brasileira desde os governos militares, e da Central Única dos Trabalhadores. Acredito que outros atores surgirão ao longo desse processo e se constituirão como fontes para minha investigação.

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- CANDIDO, A. Florestan Fernandes. In: *IDÉIAS*, Campinas, Unicamp, ano 4, n.1/2, p. 11- 12, janeiro/dezembro, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CASTELLANI FILHO, Lino. Gestão municipal e política de lazer. In: ISAYAMA, H. F; LINHALES, M. A. (org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- D'INCÃO, M. C. Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de reforma agrária. In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n.20, p. 89-120, maio de 1990.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar Social. In: DELGADO, M. G; PORTO, L. V. *O estudo do bem-estar social no século XXI*. São Paulo: LTR, 2007
- FERNANDES, Florestan. A conjuntura no término da Constituição. In: _____. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. A Constituição na “transição democrática”. In: _____. *Pen-*

- samento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. Os trabalhadores e a Assembléia Nacional Constituinte. In: _____. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- IANNI, O. A obra de Florestan Fernandes. In: *IDÉIAS*, Campinas, Unicamp, ano 4, n.1/2, p. 13- 24, janeiro/dezembro, 1997.
- JONES, Gareth Stedman. ?Expression de clase o control social? Critica de las ultimas tendencias de la historia social del “ocio”. In: _____. *Lenguajes de clase. Estudios sobre la historia de la clase obrera inglesa (1832-1982)*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1989.
- MANN, Michael. Las sociedades como redes organizadas de poder. In: *Las fuentes del poder social, I: una historia del poder desde los comienzos hasta 1760 d.C*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- _____. *The sources of social power: the rise of classes and nation-states, 1760 – 1914*. vol. II. Cambridge University Press, 1993.
- MARCASSA, L. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 - 1935)*. 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- MASCARENHAS, Fernando. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. *Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, maio/ago, 2004.
- MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. *Textos para discussão*, IPEA, Brasília, n.852, 2001.
- MELO, V. A; ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.
- RODRIGUES, Juliana Pedreschi. *O Serviço de Recreação Operária e a socialização do trabalhador sindicalizado no Brasil: 1943-1964*. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- SAES, D. Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil. In: *IDÉIAS*, Campinas, Unicamp, ano 4, n.1/2, p. 59- 80, janeiro/dezembro, 1997.
- SANT’ANNA, D. B. *O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. *Quando o Estado joga a favor do Privado: as políticas de Esporte após a Constituição de 1988*. 2005. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2005.

TER OU NÃO TER LAZER: REFLEXÕES SOBRE SEUS CONCEITOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Cleber Augusto Gonçalves Dias

*Pobres miseráveis nus, onde quer que estejam,
que suportam as rajadas dessa impiedosa tempestade,
como, suas cabeças desabrigadas e corpos famintos,
seus trapos retorcidos e esburacados os protegerão
numa estação como esta? Oh, muito pouco
me ocupei disso! Cura-te, ostentação;
exponha-te a sentir o que os miseráveis sentem,
para que possas derramar sobre eles teu supérfluo
e mostrar céus mais justos.*

Shakespeare – O Rei Lear

Díálogos e trocas culturais se impuseram em quase todos os contatos entre diferentes povos em diferentes épocas. O confronto com costumes tidos, à primeira vista, como exóticos parece ter estimulado a reflexão a respeito das diferenças.

Por volta do século V a.C., Heródoto se viu diante do modo de vida de outros povos que os gregos tinham como bárbaros, como é o caso dos citas, egípcios, etíopes, fenícios e, sobretudo os persas, com quem estabeleceram aguçada rivalidade. Sua obra *História*, baseada em viagens, apresenta um conjunto de relatos sobre o passado e a cultura desses povos.

A partir daí, e para a surpresa de todos e talvez para a dele próprio, Heródoto percebeu que muitos desses povos consideravam seus costumes superiores, tal como os gregos. De início, reconheceu que tanto os gregos quanto os chamados “bárbaros” empreendem ações com brilho, grandeza e maravilha (HERÓDOTO, 2001). Conclui então que cada sociedade estabelece seus respectivos padrões de

juízo e que seria problemático tentar estender a outros povos modos de olhar que fossem específicos a cada cultura.

No mundo moderno, a partir dos meados do século XVI, as grandes viagens de descobrimentos foram veículos de intensificação do alcance desses encontros interculturais. Essas viagens acabaram por modificar drasticamente a mentalidade europeia diante das diferenças culturais, pois o encontro com os índios não se restringia aos viajantes. Suas aventuras originaram uma literatura que acabava por divulgar, ainda que de maneira um tanto quanto distorcida, parte dos princípios de organização social desses povos, permitindo que um número relativamente ampliado de pessoas vislumbrasse, minimamente, suas culturas. Como exemplo, entre muitos outros, em 1557, o frade André Thevet trazia à tona seu livro intitulado *Singularidades da França Antártica*. Em 1578, o pastor protestante Jean de Léry publicava *História de uma viagem feita à terra do Brasil*. Assim, parte da Europa se via diante de tradições e cosmologias muitíssimo diferentes das suas. Na esteira disso tudo, pensadores como Montaigne puderam se inspirar, conseguindo, no limite, relativizar os pontos de vista sobre práticas de algumas etnias do Novo e também do Velho Mundo. Particularmente, Montaigne comentou, a partir das informações divulgadas por livros como esses, sobre o canibalismo. Para ele, os europeus que se escandalizavam com isso eram, na verdade, capazes de feitos tão ou mais sombrios e horripilantes, como torturas ou inquisições.

Não me pesa acentuar o horror bárbaro que tal ação significa, mas sim que tanto condenemos suas faltas e tão cegos sejamos para as nossas. Penso que há mais *barbárie* em comer um homem vivo que morto, dilacerar com tormentos e martírios um corpo ainda cheio de vitalidade, assá-lo lentamente e arrojá-lo aos cães e aos porcos, que o mordem e martirizam (como vimos recentemente, e não lemos, entre vizinhos e concidadãos, e não entre antigos inimigos, e, o que é pior, sob pretexto de piedade e de religião) que em o assar e comer depois de morto.

Montaigne queria mostrar aos seus contemporâneos o quão absurdos poderiam

ser os costumes de um país quando vistos pelos olhos de um estrangeiro, e que, portanto, não haveria razão prática para espantar-se.

Creio que não há nada de bárbaro ou de selvagem nessa nação [...] Sucede, porém, que classificamos de *barbárie* o que é alheio aos nossos costumes; dir-se-ia que não temos da verdade e da razão outro ponto de referência que o exemplo e a ideia das opiniões e usos do país a que pertencemos. Neste, a religião é sempre perfeita, perfeito o governo, perfeito e irrepreensível o uso de todas as coisas [...] Não há opinião tão relaxada que desculpe à traição, a deslealdade, a tirania, a crueldade, que são os nossos pecados de todos os dias. Podemos, pois, achá-los bárbaros em relação às regras da razão, mas não a nós, que os sobrepassamos em toda a espécie de *barbárie* [...] Eis aqui, sem mentir, homens completamente selvagens em contraste conosco; porque ou eles o são na realidade, ou o somos nós. Há uma enorme distância entre a sua maneira de ser e a nossa.

Tempos depois, proposições como as de Montaigne continuariam influenciando toda uma geração de pensadores, especialmente os que se envolviam mais diretamente com as relações coloniais, como os religiosos, por exemplo. De acordo com Carlo Ginzburg (2002), “os missionários jesuítas deixaram a Europa com os ensaios de Montaigne, se não no bolso pelo menos na mente” (p. 92).

Muito desejosos em difundir a fé cristã, tentaram conhecer e se adaptar a quase todos os tipos de costumes. Baseados no princípio da adaptação esforçavam-se em aprender línguas nativas, observar com atenção os modos de relacionamento interpessoal e se dedicar a tentar compreender as motivações para seus comportamentos sociais. “Para os judeus, fiz-me como judeus, a fim de ganhar os judeus”, dizia o padre Louis Le Comte em 1697 (ibid.).

Tal postura os conduziu a uma atitude proto-etnográfica, registrada nas cartas enviadas das missões ou nos livros de viagens, que muitas vezes relatavam, justamente, a relatividade de cada atitude cotidiana. Por volta da década de 1680, um desses religiosos escreveria – por ocasião de uma revolta em Taiwan contra o

governo chinês: “Com base nas normas que prevalecem no mundo chinês, é certo que essa gente pode ser considerada bárbara; no entanto, eu acho que eles estão muito mais próximos da verdadeira filosofia do que a esmagadora maioria dos mais famosos filósofos chineses” (ibid., p. 91)

Na mesma época, Le Gorbien escrevera um relato sobre uma revolta indígena nas ilhas Marianas (situadas no Oceano Pacífico entre as Filipinas, Nova Guiné e Japão) depois da morte misteriosa de um jovem espanhol que saíra para buscar lenha. No episódio, alguns indígenas foram detidos, o que teria provocado a indignação de alguns deles. Um líder local teria então pronunciado um inflamado discurso incitando os demais a se revoltarem contra os europeus expulsando-os da ilha.

Esses europeus teriam feito melhor se tivessem ficado no seu país. Nós não estamos precisando da sua ajuda para vivermos felizes. Contentes com que nossas ilhas forneciam, nós nos servíamos desses produtos sem desejar nada além. Os conhecimentos que eles nos transmitiram só fizeram aumentar as nossas necessidades e excitar os nossos desejos [...] Tratam-nos como gente grosseira e consideram-nos bárbaros. Devemos acreditar? Não estamos vendo que, com a desculpa de nos instruir e cultivar os nossos hábitos, eles os corrompem, tirando-nos dessa simplicidade inicial com na qual vivíamos e tolhendo nossa liberdade, que nos é mais preciosa do que a vida? Querem persuadir-nos de que nos fazem felizes e muitos, entre nós, são cegos demais para acreditar nas palavras deles. Mas pensaríamos assim se observássemos que, desde que esses estrangeiros vieram nos incomodar e perturbar o nosso repouso, nós começamos a ficar miseráveis e doentes? [...] Eles censuram a nossa pobreza, a nossa ignorância e o nosso desmazelo. Mas, se somos tão pobres assim, o que vêm eles buscar entre nós? Se não precisassem de nós, não se exporiam como fazem, a tantos perigos e não fariam tanto esforço para se instalar em nosso meio. Tudo o que eles nos ensinam só serve para nos fazer adotar os seus costumes e as suas leis, levando-nos

a perder a preciosa liberdade que os nossos pais nos deixaram [...] Eles tratam as nossas histórias como se fossem fábula e ficção. Não temos nós o direito de dizer a mesma coisa sobre o que nos ensinam e sobre o que querem que aceitemos como verdade incontestável? [...] Se somos cegos e ignorantes (como gostam de dizer), é por termos percebido tarde demais os seus objetivos perniciosos e por termos permitido que eles se estabelecessem aqui. Não percamos a coragem à vista das nossas desgraças. Eles não passam de um grupo pequeno e nós podemos, facilmente, desfazer-nos deles. Se não temos essas armas mortíferas, que espalham terror e morte por toda a parte, nós temos condições de esmagá-los pelo número e pela ação da multidão (ibid., p. 82-83).

Essa visão por vezes idealizada e simpática aos selvagens acabou se impregnando em muitas das ideias filosóficas da Europa, concorrendo para a edificação de concepções mais ou menos antieurocêntricas, favoráveis, em alguma medida, a tolerância.

Todos esses casos, enfim, dramatizam a curiosidade sobre outras formas de vida, no que poderíamos chamar de “traços gerais de uma retórica das diferenças” (HARTOG, 1999). Em pleno século XXI, no chamado mundo globalizado, o trânsito de pessoas, ideias e produtos intensifica a velocidade e também a profundidade desses intercâmbios. O outro já não se encontra tão longe e conhecê-lo prescinde de uma complicada expedição. Agora, confinadas em um mesmo espaço geográfico ou transmitidas via satélite, culturas mais ou menos singulares se chocam e se justapõem, oferecendo um espetáculo que oscila entre o fascínio e o terror. E ainda que o fluxo da direção das trocas sempre tenha sido bastante assimétrico, a influência mútua e o convívio recíproco são realidades que se impõem. No metrô de Paris, turcos, argelinos ou marroquinos utilizam camisetas que estampam: “nós estamos aqui porque vocês estiveram lá”. Nos Estados Unidos, a maciça presença dos *chicanos* – como são chamados genericamente todos os latino-americanos – já faz com que, em algumas cidades, existam mais rádios falando espanhol do que

inglês. Multiculturalismo, racismo, xenofobia e nacionalismo são questões que se apresentam de maneira cada vez mais pronunciada. Talvez, até por isso, o tema da diversidade pareça ser a palavra de ordem dos dias de hoje para muitos países, de modo que até mesmo os defensores do mercado livre agora se vêem diante do impasse de reforçarem a segurança das fronteiras para impedir, ironicamente, a livre circulação de pessoas e mercadorias.

Em países como o Brasil, que vive sob uma aguda fratura de classes, a expressão dessas diferenças pode se manifestar de outra forma e em outros níveis, mais internos talvez, como entre sulistas e nordestinos ou entre o morro e o asfalto. De todo modo, esses casos também mobilizam as imagens arquetípicas e formas de representação da alteridade, só que de maneira deslocada e atualizada, dirigindo-se, dessa vez, para os pobres, que serão tratados, tais como os bárbaros e selvagens, através de adjetivos negativos e depreciativos. Diante de modos de vida produzidos por condições materiais de existência muito particulares e distantes de quem têm o poder de classificá-las ou enunciá-las publicamente, a retórica da diferença é mobilizada para fixar um lugar e um papel a ser desempenhado por esse outro. Não por acaso, desde que os efeitos da estratificação de uma sociedade de classes começaram a se manifestar de maneira mais nítida, o alvo da estupefação diante de hábitos diferentes voltou-se para os pobres. Ao invés de buscar o outro exótico em distantes rincões da África ou das ilhas do Pacífico, a elite branca, afluenta e bem alimentada voltou seu olhar surpreso para as condições de vida das classes “menos favorecidas”. De acordo com Peter Burke (1989), desde a Renascença, e mais ainda a partir do século XVIII, o interesse pelos costumes identificados às camadas populares vinha ganhando colorido cada vez mais sociológico.

A diversidade de crenças e práticas em diferentes partes do mundo vinha se mostrando cada vez mais fascinante, como um desafio para revelar a ordem sob o aparente caos. Do estudo dos usos e costumes no Taiti ou entre os iroqueses, foi apenas um passo para que os intelectuais franceses passassem a olhar para os seus

próprios camponeses, que julgavam quase igualmente distantes em suas crenças e estilos de vida (p. 42).

A insatisfação com as sociedades industrializadas animava em várias partes a procura por um exotismo diferente (ENZENSBERGER, 1985; TODOROV, 1993). Na Londres da década de 1840, onde os efeitos de um novo modo de produção se manifestaram pioneiramente, aspectos da vida das classes populares seriam destacados pelas classes dirigentes, imputando-lhes sempre uma inerente negatividade. Tudo era visto e representado como um mundo estranho, desconhecido e, em certa medida, hostil e perigoso. Nessa época, um pároco dizia que a parte da cidade ocupada pelos pobres era tão mal conhecida pelos londrinos como eram os selvagens da Austrália ou das ilhas dos mares do sul. Por implicação óbvia, isso quer dizer que os moradores daqueles lugares não eram vistos e reconhecidos como “londrinos”. O que esses interlocutores não deixavam claro é quem seria, afinal, digno de tal adjetivo, nem quem definiria os critérios de exclusão ou de pertencimento a esse grupo, tampouco quem teria o poder classificatório de atribuir essa condição. Não se especificava também quem, exatamente, desconheceria essas áreas de Londres. Certamente não os que residiam lá.

Na mesma época, um depoente do comitê de saúde do parlamento inglês afirmava que, excetuando-se os médicos e os religiosos, sabia-se tanto a respeito das regiões pobres londrinas quanto se sabia das populações selvagens das longínquas regiões africanas. A diocese, por sua vez, considerava essas mesmas áreas “uma vasta região tão inexplorada como o Timbuctu”. Thomas Huxley, o biólogo evolucionista de origem humilde, que viajara com a Marinha Inglesa à Austrália e à Nova Guiné, afirmava, de maneira muito semelhante, que “o selvagem polinésio, na sua mais primitiva condição, não possuía nem a metade da selvageria e da irreversibilidade dos habitantes dos cortiços” dos bairros pobres de Londres. Até mesmo Eugène Buret dizia que “homens embrutecidos pela miséria se igualam aos

selvagens da África e da América na sua paixão pela bebida e pelas orgias de sangue e de ferimentos” (apud., BRESCIANI, 1989, *passim*, pp., 26, 28, 59).

O Brasil do fim do século XIX viu também reflexões sobre a moradia dos populares, expressas sobretudo na grande preocupação com os cortiços. Orientadas basicamente por um discurso técnico-higienista, práticas de administração pública estiveram, desde essa época, muito perpassadas por um forte conteúdo classista (ver CHALHOUB, 2001).

Nesses casos, os pobres aparecem retratados tais quais os bárbaros e selvagens de outrora. O esquema de percepção que os observa e os classifica é, em linhas gerais, mais ou menos o mesmo aplicado às culturas “exóticas” da África, da América ou da Oceania. As analogias e as comparações no vocabulário não deixam mentir. Por extensão, e também tal como naqueles casos, todos os seus costumes tendem a uma franca desconsideração. Sua música rude e depravada é reduzida a um ruído sem sentido e insignificante. Suas manifestações de afeto não passam de uma algazarra grosseira e violenta. Seus divertimentos, em contraste com o refinado gosto crítico e criativo dos mais ricos, serão alienados e acrílicos. Enfim, a cultura dos pobres estará igualada à condição de primitiva e, portanto, tida como rude e incivilizada.

Ideias da *socialite* Hildegard Angel, publicadas no edital do Caderno H do Jornal do Brasil em maio de 2004, constitui uma mostra paradigmática desse conjunto de representações. Intitulado “Me Poupe!”, o texto comenta aquilo que seria, sob o prisma da dondoca indignada, os maiores problemas de Ipanema (bairro carioca tradicionalmente associado aos bem-nascidos).

Me poupe, grita Ipanema no seu aniversário. O bairro quer se livrar das famílias de mendigos profissionais que se apropriaram da Praça Nossa Senhora da Paz. Eles moram nas calçadas, assaltam os desavisados e ameaçam os moradores da região com a sua miséria física e moral. Me poupe dessa gente agressiva e des-

ordeira! Me poupe de quem faz da mendicância um negócio. Me poupe também da subida da favela, no final da rua Teixeira de Melo. Aquilo se transformou num covil de ladrões. Num antro de marginais. A favela está descendo para o asfalto e invadindo as ruas e calçadas e se apropriando do espaço público que deveria ser dos cidadãos que pagam caros impostos. Os favelados montam barracas de camelô, vasculham o lixo e controlam o estacionamento. Ninguém pode parar um carro na rua Barão da Torre e adjacências que é roubado. Além disso, os larápios se especializaram em assaltar turistas, depois correm para o morro e fica por isso mesmo. Me poupe, clama Ipanema, preocupada com os moradores da região que estão à mercê de uma gangue de larápios. Proprietários de imóveis não admitem mais ter que vender seus bens a preço de banana, por estar com as cabeças na mira das balas perdidas. E isso não é tudo. Na altura da rua Aníbal de Mendonça, na região dos restaurantes finos e das lojas de grifes, circula uma quadrilha especializada em roubar Mercedes e outros carros importados. Me poupe de tantos ladrões circulando impunemente, como se roubar fosse um trabalho como outro qualquer. E a praia? Está parecendo uma favela. Cheia de barracas, sem nenhuma organização. Sem limpeza adequada. Os barraqueiros privatizam a areia, deixam tudo sujo e vendem comida sem nenhuma higiene. Um nojo! Ambulantes negociam de tudo, transformando a praia num desastrado mercado persa. Me poupe dos ripongas que invadiram o Arpoador com seus artesanatos fajutos. Uma gente fedorenta que fica em frente à praia e não toma um banho. Me poupe desse povo que só quer explorar Ipanema e não tem compromisso nenhum com o bairro e seus moradores. Me poupe!!! (apud., VALLE, 2005, p.82-83)

Para Hildegard Angel, a miséria física e moral dos mendigos, tratados como gente agressiva e desordeira, ameaça os ricos moradores. A subida da favela é um covil de ladrões, antro de marginais, lugar para onde se afugentam bandidos e larápios. O uso do espaço público deveria ser prioridade dos cidadãos que pagam

caros impostos, como se a cidadania fosse privilégio deles, ou como se os sacrificados impostos dos miseráveis também não sustentassem a regalia dos grã-finos. A praia, ocupada por vendedores, parece uma favela, isto é, suja e desorganizada. Nessa hora, finalmente, vem à tona a inescapável analogia, em que a presença da gentinha transforma aquele espaço “num desastrado mercado persa”. Coincidentemente ou não, mais de vinte e seis séculos depois de Heródoto, o esforço de insultar tudo o que pareça diferente traça um paralelo entre os costumes dos pobres e dos persas, quer dizer, entre os “bárbaros” de ontem e os de hoje. Nada original.

Diferentes grupos, povos ou etnias tendem mesmo a representar o outro sem reconhecer suas qualidades. O etnocentrismo não é uma exclusividade burguesa. Esse é um modo de enunciação discursiva em que se afirmam identidades detratando a dos outros. Se o distante e diverso é tomado como pior e inferior, logo, o próximo e familiar é melhor e superior.

A questão fundamental aqui não é a de meramente denunciar tal ou qual modo de representação, chamando-a disso ou daquilo. Mais que isso, o problema fundamental que emerge diante de tais considerações é que a análise sociológica de práticas das mais diversas, como as de lazer, por exemplo, não deveria se submeter a tais modos de enunciação, acatando como verdade expressões de classe tão particularistas. Pra longe disso, o trabalho do cientista social, deveria ser o de colocá-las à prova, interrogando-as, indagando-as, verificando suas coerências lógicas, avaliando suas plausibilidades empíricas e inferindo suas conseqüências políticas; e não simplesmente acreditar cegamente em noções edificadas a partir das experiências de grupos sociais específicos, com circunscrições restritas e localização mais ou menos bem determinada na vida social.

Pessoalmente, é assim que tenho visto os usos correntes do conceito de lazer e muitas das teorizações decorrentes dele: como uma categoria de pensamento que exprime e reflete os gostos e as convicções de uma elite dirigente e que por isso não deve ser estendida nem projetada sobre outros grupos, especialmente os

populares, que na maioria das vezes não compartilham seus valores, suas morais e suas visões de mundo. Nesse sentido, o conceito de lazer e suas teorias não são mais que pequenas fábulas alegóricas, que adotam um ponto de vista muito parcial, travestindo o específico em geral e o local em universal, generalizando para o conjunto da sociedade condições de vida que são muito específicas e afeitas apenas a essas mesmas elites que idealizam e tentam difundir o seu próprio vocabulário. Assim, se submetêssemos o lazer a uma crítica radical e vigorosa, o resultado não seria outro senão o seu abandono como categoria analítica séria. Ele é o resultado do esforço de organização dos tempos livres na perspectiva das elites, associado a modelos de comportamento disciplinadores e aliados ao desejo de formação de uma subjetividade comprometida com uma racionalidade produtivista. É a articulação da valorização axiológica de certas práticas em detrimento de outras. É, portanto, em si mesmo, um juízo de valor; um tempo-espço inspirado em ideais de controle e domesticação.

Dito de outro modo, o lazer, no meu ponto de vista, é uma tentativa razoavelmente bem sucedida de regulamentar, codificar e disciplinar os divertimentos, a fim de acomodá-los a parâmetros de cultura e de comportamentos caros a uma estrutura de sentimentos tipicamente burguesa. Portanto, em conformidade com sensibilidades que valorizam a ordem, a assepsia, a precisão, o autocontrole, a polidez, o desempenho e a erudição. Em geral, tal categoria não evoca sentidos que descrevam ou caracterizem formas de fruição do tempo livre típicas às culturas populares. Nesse sentido, o lazer é uma importante ferramenta de representação de valores dominantes, cujo desenvolvimento institucional teve e tem ainda grande relação com as ideias hegemônicas de uma sociedade capitalista.

Nada disso, porém, significa que esses impulsos e desejos tenham se realizado plenamente no domínio dos fatos. As pessoas resistem, discordam e contradizem os padrões de intenção planejados de cima. No entanto, usufruir o tempo livre de maneira verdadeiramente subversiva, nesse caso, significaria, em tese, afastá-lo

o mais possível de tudo que esteja atrelado a quaisquer conotações decorrentes da própria ideia de lazer, a tal ponto que modos de convívio e de sociabilidade deixem sequer de poder serem chamados assim.

Dizer que o lazer não corresponde às experiências e expectativas populares também não significa opor de maneira exagerada os modos de vida de diferentes classes de uma mesma sociedade. Sei que as fronteiras entre “cultura legítima” e a “cultura desqualificada” não são tão marcadas e estanques como declarações como essa podem fazer parecer. O conjunto de crenças e gestos considerados próprios às camadas populares não é tão radicalmente diferente das elites. Além do mais, traços supostamente típicos aos costumes populares são perpassados por uma intensa clivagem interna, de modo que não constituem um bloco monolítico e homogêneo. Não há, enfim, uma “essência” do que seja popular. De acordo com Roger Chartier, a cultura popular “não se manifesta através de produtos próprios e sim através de *modos de usar*” (p. 7). Seria inútil então “querer identificar a cultura popular a partir da distribuição supostamente específica de certos objetos ou modelos culturais”. Segundo ele, o que importa, de fato, é sua apropriação, pois a hierarquia de classes sociais não pressupõe uma hierarquia rigidamente correspondente dos produtos culturais.

O popular não está contido em conjunto de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever. Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras (p. 6)

Com essas palavras, Chartier quer enfatizar que a vontade de inculcar modelos culturais não anula a divergência de atribuição de sentidos nos momentos de sua recepção.

A força com a qual os modelos culturais impõem sentido não anula o espaço próprio de sua recepção, que pode ser resistente, matreira ou rebelde [...] Existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado

e o sentido produzido [...] Nem a cultura de massa do nosso tempo, nem a cultura imposta pelos antigos poderes foram capazes de reduzir as identidades singulares ou as práticas enraizadas que lhes resistiam. O que mudou, evidentemente, foi à maneira pela qual essas identidades puderam se enunciar e se afirmar, fazendo uso inclusive dos próprios meios destinados a aniquilá-las (p. 3-4).

Todavia, ainda que produtos culturais sejam apreendidos e manipulados sem o menor respeito aos objetivos iniciais com que foram idealizados, existe um esforço por parte dos grupos rivais de controlar os seus sentidos, a fim de mantê-los dentro dos usos considerados “mais adequados”, isto é, de acordo com as normas e prescrições concebidas originalmente, afinal, a cultura, de modo geral, é objeto de uma intensa luta pela sua classificação e hierarquização. Daí decorre também uma disputa pela definição dos objetos e práticas que devem ser consagrados ou desqualificados. A linguagem, por exemplo, é objeto de ininterrupta luta pela legitimação. Seus usos mais coloquiais se confrontam diariamente com os usos mais cotidianos, que não cumprem os acordos ortográficos nem acatam as normas e regras gramaticais ditadas de cima.

No entanto, e apesar disso, essas diversas formas de utilização da língua continuam exprimindo uma determinada gradação de valores, e a despeito de todas as suas resistências e múltiplas acomodações, seus usos mais corriqueiros continuarão sendo rotulados como “incorretos” e “desviantes”. Pois quem de nós ousaria desprezar as convenções ortográficas para a redação de um texto a favor da incorporação de uma linguagem mais prosaica? Recentemente, enquanto terminava de escrever esse texto, recebi a avaliação de um periódico acadêmico criticando um artigo meu justamente pela hipotética ausência da “norma culta da língua portuguesa” (era exatamente essa a expressão). Claro que poderíamos sempre discutir se a língua a que tal avaliação se refere é a mesma que eu falo e escrevo, no que muito provavelmente poderíamos responder que não, demonstrando, no limite, que a linguagem coloquial continua sendo a que define

e orienta os parâmetros de legitimidade linguística, sobretudo nas esferas que definem, elas mesmas, o conteúdo da própria legitimidade (o que é mais grave). Esse processo ocorre de tal forma que o que as pessoas vêm a pensar e a sentir a respeito dos seus próprios usos linguísticos pode interiorizar e reproduzir o estigma da hierarquização.

Na prática, as ressalvas de Chartier servem para problematizar teorias sociais que propugnavam uma suposta segregação exagerada entre os diferentes estratos de uma mesma sociedade. Todavia, suas aplicações não seriam de todo pertinentes se encaradas excessivamente ao pé da letra, isto é, caso desconsiderassem, apesar das inegáveis influências recíprocas, a real cisão que pode existir num dado arranjo social, pois é perfeitamente possível que dentro de uma mesma sociedade existam modos de vida francamente diferentes uns dos outros. “Se todas as pessoas numa determinada sociedade partilhassem a mesma cultura, não haveria a mínima necessidade de se usar a expressão ‘cultura popular’” (BURKE, op.cit., p. 50).

Claro que não deriva daí um suposto hiato absoluto entre eruditos e populares. Tais interações são complexas e multidirecionais.

Na órbita do lazer, especificamente, Steven Jones, desde o início dos anos 1980, chamara a atenção para a tendência das pesquisas se concentrarem nos mecanismos de imposição de uma racionalidade capitalista, em contraste à desapareição ou decadência de formas tradicionais de diversão. Segundo ele, “se tem prestado muita mais atenção às formas em que os empresários ou as classes proprietárias tentam alterar os usos populares do tempo de lazer, do que às formas em que artesãos ou ativistas da classe operária tentam organizar seu tempo livre” (p. 73).

Ao encontro dessa avaliação, minha intenção não é a de seguir multiplicando o discurso lamentoso e, em certa medida, derrotista a respeito da suposta perda de “autenticidade” das diversões populares a favor de lazeres aburguesados, como se as classes populares fossem passivas e submissas. Contradição e disputa são condições inerentes a uma organização social. Por isso, aceitação ou incorporação

nunca são absolutas.

Por outro lado, isso não deve nos induzir a perder de vista a assimetria de poder que está encerrada nessas relações. O esforço das elites em colonizar os divertimentos populares existe e representa, em última instância, um esforço de imprimir-lhes, através da difusão pseudo-universal do lazer, as marcas de sua própria economia moral. Além disso, não estou me referindo nesse caso a perdas, adaptações ou destruições; estou falando, isso sim, da ilegitimidade e da falta de reconhecimento de certas práticas ou de certos usos de certas práticas.

A maneira como algumas diversões são tratadas publicamente (com mais ou menos legitimidade), não deixa de ser o produto e a expressão dessa estrutura de poderes e *status*. Assim, é grande a probabilidade que os comportamentos, as preferências e as expectativas de um determinado estrato social quanto ao modo de aproveitar seu tempo livre seja apresentada e representada como imoral, inadequada ou esteticamente pobre. O caso dos *bailes funks* do Rio de Janeiro é um exemplo emblemático desse processo. Essas manifestações populares, geralmente sediadas nas favelas da cidade, são insistentemente rotuladas e estereotipadas, desprezando-se os sentidos e significados que tais expressões assumem para as comunidades que o produzem e o usufruem. Essa dinâmica de valorização de determinados modos de divertimento, bem como a desvalorização de outros, não é objetiva, neutra ou imparcial. Ao contrário, esse processo significa uma tentativa de propagar ideais e visões de mundo que conseqüentemente refletem as expectativas de subgrupos sociais específicos; são instâncias sociais de construção de significados e de veiculação de valores.

Deixar de reconhecer isso é despolitizar a cultura, acreditando que esta é uma entidade amorfa e descolada da realidade social, que, a bem da verdade, é quem a produz, com todas as suas tensões e polaridades. Por intermédio de práticas culturais temos a representação simbólica dos traços que caracterizam cada grupo social em particular, bem como seus modos de vida, seus sistemas de valores, suas

crenças e tradições. Valorizar certas práticas culturais então significa valorizar tudo o que elas simbolicamente representam, bem como quem as produz, assim como desvalorizá-las é desvalorizar todo o modo de vida que as inspirou.

Por tudo isso é que o processo de seleção dos conteúdos culturais de lazer no âmbito das suas políticas públicas não é nem ética, nem estética, nem politicamente imparcial. Nesse sentido, pode-se dizer que promover ações socioculturais é se engajar a favor ou contra todo um esquema de percepção do mundo. Uma rápida olhadela aos conteúdos que geralmente constituem as programações das políticas de lazer sugere que estão, geral e fundamentalmente, baseados nos gostos e preferências culturais das elites.

Sob o argumento da democratização das oportunidades de acesso à cultura oferece-se aulas de *ballet* ou violino para as crianças das favelas, onde comunidades inteiras, definidas pelas suas ausências e chamadas vulgarmente de “carentes”, se vêem diante de práticas que, em geral, são distantes e avessas aos seus hábitos e predileções. Ao mesmo tempo, cogitar a incorporação de diversões já consagradas ali é inadmissível. “A maneira como se divertem não é lazer, isso, eles não têm”, é o que se diz. Dentro desta perspectiva, seria preciso urgentemente garantir-lhes o acesso a essa forma maravilhosa de estabelecer contato com o “patrimônio cultural da humanidade”, que seria o instrumento mais eficiente de educação e de humanização do homem, afinal, tratar-se-ia do que existe de melhor estética, artística e culturalmente!

Mas “eles não têm lazer” de fato ou os seus hábitos diante do que *certos grupos sociais* chamam de lazer são radicalmente diferentes?

O “patrimônio cultural da humanidade” não diz respeito realmente a toda humanidade, nós sabemos. Esta é uma expressão que não se refere aos batuques crioulos da África ou as danças dos índios Ianomâmis. O que a torna pretensamente “universal” é tão somente a autoridade concentrada nas mãos de certos grupos, o que lhes permite consagrá-las enquanto tal. Consagrar, nesse sentido, é um ato

de tornar sagrado, inquestionável. Assim, o gosto pela música do Beethoven está acima de qualquer prova subjetiva. É a ontológica qualidade melódica e artística de sua obra que a atesta. Se por descuido algum desavisado confessar publicamente que não gosta de música clássica, com certeza não será pelo fato da música em si ser destituída de virtudes, mas sim porque os ouvidos do ouvinte são degenerados, desprovido de conhecimentos e sensibilidades que o capacitem a apreciar aquela expressão. Para fazê-lo, basta difundir os saberes necessários a tal apreensão.

Questões desse tipo, contudo, não serão nunca colocadas da mesma forma para todos os gêneros musicais, evidentemente. Ser incapaz de apreciar com regozijo e prazer uma apresentação do Calypso ou do Babado Novo não faz do ouvido de ninguém um órgão deformado. Nesse caso, não se cogita a possibilidade do ouvinte que não goste de tal banda ou de tal música estar desprovido de capacidades que poderiam permitir-lhe o acesso e a subsequente compreensão dos seus significados. Pressupõe-se, ao invés disso, que é a música mesmo, e não os ouvidos dos ouvintes que tem problemas.

As armas da crítica, nesse caso, só funcionam bem quando apontadas para os outros.

Em suma, a própria ideia de universalidade de algumas práticas culturais é, em si mesmo, a expressão de um olhar preconceituoso que reforça ideias e valores atrelados às castas superiores. E quando as políticas sociais adotam essa hostilidade para com processos culturais diferentes dos padrões instituídos como hegemônicos, a criação de um contexto renovado fica enormemente dificultada. A normatização da cultura diminui a possibilidade de sua configuração como uma instância produtora de sentidos que contemplem grupos sociais diversos. É aí que se fecha a porta para que a cultura se instrumentalize como ferramenta eficaz de luta pela hegemonia de outras classes sociais que não a dominante. Nesse sentido, a construção de um programa de lazer deveria se esforçar em resgatar, ampliar e reforçar a representatividade simbólica de certas expressões culturais populares –

sejam lá quais forem. Talvez, a incorporação de códigos de conduta específicos e plurais represente a aceitação da diversidade dos modos de existir, de se comportar e também de se divertir, afinal, o lazer, e conseqüentemente a cultura são entidades arbitrárias e nesse sentido relativas. Não há, portanto, razões para acreditar que essa música é melhor do que aquela ou que estes hábitos são mais elaborados que aqueles. No limite, noções e parâmetros de “sofisticação” ou de “elaboração” serão também invenções culturais, isto é, arbitrárias.

Obviamente, fugindo de qualquer posição maniqueísta, não seria o caso de extinguir por completo os conteúdos culturais de lazer já tradicionalmente estabelecidos sob o argumento de que eles sejam uma espécie de imposição de valores culturais, ainda que, em alguma medida, é isso mesmo que eles sejam. Nada do que foi dito até aqui pode servir como subterfúgio para justificar a omissão e a ausência do poder público nos bairros pobres, pois sabemos que muitas das suas formas de diversão são apenas soluções criativas para contornar esse descaso. Não seria o caso de celebrarmos a manutenção da precariedade e da miséria em nome de uma suposta tradição. “Quem gosta de pobreza é intelectual, pobre gosta mesmo é de luxo”.

Estamos, enfim, longe daquelas imagens caricaturais como a pintada por Reinaldo Azevedo (2007), onde o jornalista da arqui-reacionária revista *Veja* chamava o exercício do relativismo cultural de “jabuticaba teórica”, uma “Antropologia da Maldade”. O respeito desses cientistas pela “civilização do morro” (a expressão é dele) seria basbaque e reverencial, mera tentativa de “fazer da barbárie uma civilização”. Segundo ele, ver a “cultura da periferia” como um sistema independente, com valores e estruturas simbólicas próprias “é só coisa de gente de miolo mole”, “uma nova forma de apartheid”.

Um antropólogo da maldade não acredita ser possível ensinar matemática ou poesia de Camões e Manuel Bandeira ao morro e à periferia, mas está certo de que o morro e a periferia é que tem de ensinar funk e rap aos “imperialistas” e

“playboys”, já que se trataria da expressão de um novo sistema de valores. É como se aquela “civilização” já não fosse a nossa [...] Para os antropólogos da maldade, os morros e as periferias são civilizações independentes, com estruturas simbólicas definidas pelos indivíduos das tribos, e a postura progressista de um estudioso implica deixá-los entregues à sua própria dinâmica, à sua cultura, a seus valores [...] A periferia e o morro não são o centro. Continuarão a ser o morro e a periferia, e seus “valores” particulares não são senão a manifestação de uma utopia regressiva de basbaques ideológicos que imaginam converter um dia a linguagem da violência em resistência política. Aquela gente não é o “outro”. Aquela gente somos nós, só que “sem fé, sem lei e sem rei”: sem esperança, sem estado e sem governo (p. 116-117).

Já expressei minha opinião a respeito da tensão entre a cultura dos ricos e a dos pobres. Concordo que, em certas ocasiões, o relativismo foi realmente longe demais. Mas essa constatação não nos autoriza a ver unidade onde pulula diversidade. Só mesmo um “almofadinha” que nasceu sobre pisos de porcelanato e nunca pisou na lama do esgoto a céu aberto, poderia acreditar que estamos todos irmanados sob a égide de um único código cultural. Raymond Williams já nos ensinara que falar de uma cultura comum é falar de uma sociedade comum. E definitivamente ainda não é esse o caso, infelizmente.

Formas populares de diversão tornam-se politicamente interessantes do ponto de vista da afirmação de identidades apenas quando resultantes de uma opção, e não de uma falta de opção. Nesse sentido, é desejável que todos possam ter acesso “a sorveteria, ao cinema e a piscina quente”, como diz a letra do *rapper* Mano Brown.

A ideia então é advogar uma abertura, uma flexibilização e relativização dos conteúdos tradicionalmente oferecidos, concomitantemente a uma franca expansão do número de possibilidades que considerem também a possibilidade de incorporação de novas linguagens culturais, tais como aquelas tipicamente populares. Trata-se de um projeto de distribuição mais equitativa não só do

consumo de bens culturais, mas também da produção dessa forma específica de capital que é a cultura.

Diante do enorme gradiente de desigualdade que separa os mais ricos dos mais pobres, inclusive simbolicamente, incorporar práticas atreladas ao mundo das favelas não seria redundante; não seria simplesmente oferecer aquilo que eles já têm; seria isso sim, uma espécie de ação afirmativa. Seria um recurso estratégico para reconhecer e legitimar formas de existência que vêm historicamente sendo discriminadas e tratadas como inferiores. O desafio, portanto, é assumir uma postura equilibrada entre o elitismo intelectualista e o populismo sociológico.

Referências

- AZEVEDO, Reinaldo. A crença na “cultura da periferia” é coisa de gente com miolo mole. *Veja*. 05 de dezembro de 2007, p. 116-117.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p.179-192, 1995.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Com raiva e paciência: ensaios sobre literatura, política e colonialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra / Instituto Goethe, 1985.
- HERÓDOTO. *Historia: o relato clássico da guerra entre gregos e persas*. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2001.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. nova ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 481
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. 1. reimp. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- VALLE, Marisol R. *A província da ousadia: representações sociais sobre Ipanema*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

AS RELAÇÕES ENTRE A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E AS TERRITORIALIDADES

*Monica Borges Monteiro*¹⁰

A expansão das metrópoles, a partir dos projetos de cidade que construímos, é um desafio que a modernidade nos impõe. Atualmente os grandes centros urbanos apresentam processos cada vez maiores de particularização das relações sociais, as pessoas tendem a estabelecer suas relações a partir de suas semelhanças e ignorando o diferente.

Nas grandes cidades os espaços populares podem ser considerados como os diferentes. Na busca de olhar a cidade através do encontro com as diferenças, construímos utopias necessárias, capaz de romper com características estruturantes das relações sociais como a segregação que os tempos atuais nos apresentam. Neste sentido pensar a cidade, a partir da distribuição dos equipamentos de lazer, é entender-los como espaços fundamentais de encontro com o outro.

A distribuição dos equipamentos de lazer nas grandes cidades é uma discussão bastante complexa, sendo um dos problemas mais significativos a restrição da possibilidade de acesso às vivências de lazer. Para Melo (2002), as restrições se intensificam na ação da indústria cultural. Para o autor, quando há espaços com poucas opções e estímulos de desenvolvimento cultural, que busquem a diversidade, as pessoas limitam seus momentos de lazer aos equipamentos domésticos como a televisão.

Bem, então estamos afirmando que construir novos equipamentos de lazer pode ampliar os espaços de vivências culturais? Sim, no entanto, esta é uma afirmativa cheia de ressalvas, principalmente no que se refere às práticas culturais de muitos

¹⁰ Mestre em Educação pelo Programa de Mestrado em Educação da UNIRIO. Professora da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do grupo ANIMA: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais

gestores públicos, que avaliam como positivo e utilizam como plataforma eleitoral os investimentos no âmbito do lazer baseados somente na construção de novos equipamentos públicos. Nesta perspectiva, adenda-se dois problemas dos mais graves: 1) a falta de aproveitamento adequado de equipamentos construídos; 2) a falta de animação dos espaços.

Quando trazemos a discussão dos equipamentos públicos de lazer na promoção do encontro com a diversidade, objetivamos enriquecer o debate, que passa pela estrutura, mas fundamentalmente remete a discussão política de um projeto de cidade, que promova novas referências simbólicas, novas relações identitárias, que impliquem em políticas públicas específicas para aproveitamento e animação de equipamentos públicos de lazer.

Quando construímos equipamentos de lazer sem a perspectiva do encontro com a diversidade estamos considerando os espaços populares de forma restrita. Essa visão é marcada pela negação e interfere no tipo de política pública destinadas às comunidades populares - ações muitas vezes marcadas pela precariedade.

Temos refletidos no Rio de Janeiro que a política pública de lazer, implantada pelo Estado em comunidades populares, é explicada a partir do pressuposto da carência. Para Silva (2009)¹¹, o olhar para as comunidades populares, a partir da ausência, apresenta dificuldade na promoção de outras formas de inserção e reconhecimento dos espaços populares como território da cidade.

O olhar para os espaços populares na perspectiva da negação é freqüente no discurso dominante. Se observarmos o conceito que o IBGE (2006) utiliza para definir os espaços populares, as favelas e assemelhados, perceberemos que a estrutura pode levar a algumas distorções. Para o IBGE, são habitações que *“ocupam terrenos de propriedade alheia, dispostos de forma desordenada e densa e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”*. Como sabemos que os

¹¹ Jailson Souza e Silva na conferência de abertura do seminário “O que é Favela?”, promovido pelo Observatório de Favelas e DNDES.

critérios de construção dos conceitos são sempre arbitrários e definidos a partir de determinados componentes.

Para Silva (2009), os espaços populares foram historicamente definidos por elementos específicos como: a precariedade e a homogeneidade. Isso gerou políticas públicas que consideravam territórios sem sujeitos e sujeitos sem territórios. No caso das políticas de lazer ocorre o mesmo. Para os residentes da cidade, é difícil entender como é possível que o Estado tenha permitido que grupos criminosos armados privatizassem a soberania de muitos dos equipamentos públicos de lazer localizados em espaços populares? Isso pôde acontecer devido há uma percepção específica desses espaços, onde é negado a esses moradores a condição de cidadãos. Ou seja, um determinado tipo de representação que gerou um tipo de inação do Estado no cumprimento de seu papel de soberano.

O grande desafio atual será construir políticas públicas que considerem sujeitos e territórios. Ou seja, no âmbito de política pública direcionada para criação, manutenção e animação dos equipamentos públicos de lazer, há necessidade de considerar as práticas e relações do sujeito com seu território.

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES

Para entender as noções de território, podemos considerar as ponderações de Eglér (1995), quando afirma que o espaço apresenta um nível elevado de abstração; e de Raffestin (1993), quando apresenta o território como espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado a partir das relações de poder, em suas múltiplas dimensões.

Assim, cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço, ou seja, o território é um campo de forças, uma teia ou uma rede de relações sociais construídos historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas (RAFFESTIN, 1993). Para que o território

seja objeto de análise sob diferentes perspectivas (geográfica, antropológica, sociológica, econômica, biológica, entre outras); neste artigo incorporaremos a noção de território a partir da compreensão de que os comportamentos humanos devem ser analisados em diversas dimensões.

O conceito de territorialidade refere-se a um sentimento de pertencimento e de um modo de agir no âmbito de um dado espaço. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou da comunidade. Neste sentido, para criarmos política pública direcionada para criação, manutenção e animação dos equipamentos públicos de lazer, é necessário potencializarmos o envolvimento com a comunidade interessada com seus territórios. Ou seja, procurar elaborar, implementar e avaliar os recursos **em conjunto** com a comunidade. Quando deixamos de cumprir tal procedimento, corremos o risco de desterritorializar à ação.

Os equipamentos públicos de lazer são territórios condicionados por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro e colaboram para a construção do sentimento de “pertencer aquilo que nos pertence”. A territorialidade construída nos equipamentos públicos de lazer não é sinônimo de raízes territoriais e propriedades, ela é reflexo do vivido territorial em suas múltiplas dimensões (cultura, política, econômica e social), em uma dialética socioespacial (RAFFESTIN, 1993).

Neste sentido, as práticas são moldadas na relação com seu meio de referência, adquirindo contornos particulares em áreas específicas e articulando-se nas diferentes escalas, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes, exercendo-se sobre um território comum. Daí a sobrevivência dos espaços públicos de lazer dependerá do exercício de solidariedade que gerará a visibilidade dos interesses comuns.

As preocupações em elaborar políticas públicas de lazer para os espaços

populares a partir da construção de territórios e territorialidades, busca desconstruir as identidades negativas e pejorativas atribuídas historicamente a estas localidades. Desmistificar que a condição de não acesso a bens culturais e equipamentos públicos de lazer é normal, é fundamental para desnaturalizar outras violências recorrentes neste espaço, como é o caso de interpretar que a invasão da polícia com equipamentos paramilitares como o famoso “caveirão”, seja aceitável.

Se não humanizarmos, se não apresentarmos uma perspectiva de animação de espaço popular que promova o encontro com os diferentes, se não identificarmos que há pessoas humanas residentes nos espaços populares, se não entendermos que os territórios são construídos pelos cidadãos que o habitam; não haverá a mínima condição de romper com a representação dominante que naturaliza as formas tradicionais de relações entre a cidade partida, que define um determinado lugar onde os cidadãos dos espaços populares podem usufruir de seus momentos de não trabalho.

A DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Segundo Silva (2009), a forma de reconhecer os espaços populares interfere no direcionamento de políticas específicas, que muitas vezes exacerbam a segregação. Para ilustrar a fala do professor, podemos citar como exemplo a construção da Cidade da Música no Rio de Janeiro, um equipamento fundamental para trabalhar o processo de encontro na cidade, que custou mais de R\$ 500 milhões e está localizado no espaço mais valorizado pelo mercado imobiliário, em um ponto extremo da cidade, que é a Barra da Tijuca. Um equipamento como este, localizado em uma área estratégica da cidade como a Avenida Brasil, reterritorializa toda cidade do Rio de Janeiro, pois é um lugar onde todas as pessoas chegam com facilidade. Isso promoveria investimentos em diversos setores e encontros culturais de diversas naturezas. No entanto, foi privilegiado um espaço que além do difícil acesso, valorizará somente uma região.

Mesmo que ainda existam fluxos entre o centro e a periferia e vice-versa, temos que reconhecer que políticas semelhantes promovem cada vez mais a *cidade partida*¹². Obviamente que esses processos não trazem problemas somente para os cidadãos dos espaços populares, os indivíduos reagem de diferentes maneiras, entre elas: o desgaste dos valores comunitários; a desconstrução de vínculos afetivos e a desterritorialização.

Em função desse afastamento do cidadão com os equipamentos públicos de lazer, alguns problemas são bastante visíveis para todos, como a violência crescente e o aumento do desordenamento urbano, que não podem ser reconhecidos somente enquanto conseqüências da ordem econômica. Neste sentido, nos parece pertinente discutir que a compreensão de que uma das dimensões de acesso aos bens culturais é a sua *especialidade*.

Analisando os estudos de Peres & Melo (2009), sobre a distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro, observamos que a cidade é privilegiada no que tange a quantidade de equipamentos públicos de lazer. Contudo, a partir dos dados apresentados, poder-se-ia questionar se a desproporção da distribuição de equipamentos se justificaria pela variação dos habitantes de cada região. Para entender melhor esse impasse, os autores criaram o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural. Trata-se de um parâmetro que considera a variação demográfica e possibilita aperfeiçoar ou evidenciar o cenário da distribuição dos equipamentos.

Neste estudo os autores apresentaram um panorama da distribuição (absoluta e relativa) dos bens que são habitualmente considerados como equipamentos culturais (cinemas, museus, centros culturais, parques e florestas, bibliotecas e teatros) na cidade do Rio de Janeiro. Para tal, utilizamos dois parâmetros por nós desenvolvidos: o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural absoluto (IDAC-absoluto) e o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural relativo (IDAC-relativo e por unidade).

¹² Termo apropriado de Zuenir Ventura

Ao estabelecer a correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a distribuição dos equipamentos, com o objetivo de verificar em que intensidade as desigualdades nestes parâmetros estão relacionadas, identificou-se forte correlação entre o número de equipamentos culturais e o IDH. Em outras palavras, podemos dizer que nos espaços que possuem maiores IDH's há uma concentração maior de equipamentos culturais. Contudo, os autores não confirmam que exista uma relação de causa e efeito entre estas duas variáveis, no entanto, demonstram a força que mantém unido estes dois conjuntos de valores.

Por certo os indicadores não podem ser compreendidos como retratos absolutos da realidade, isto depende de uma série de fatores, como transporte, preço, gosto pessoal, informação, entre outros. No entanto, se pensarmos os equipamentos públicos de lazer localizados nos espaços populares isoladamente sem discutir as questões fundamentais que norteiam a cidade, não chegaremos às percepções do que realmente seja necessário para mudar a realidade da desigualdade e da segregação. Nisso o indicador poderá contribuir em muito.

CONCLUSÃO

Obviamente esta análise não pretende se encerrar em si mesma. Além disso, estes apontamentos levantam questionamentos para que as iniciativas públicas no âmbito da cultura sejam socialmente mais eficientes e justas. Perceber a distribuição dos equipamentos públicos de lazer e sua relação com o desenvolvimento social se insere num contexto mais amplo, na medida em que aponta alguns desafios para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, como:

1) A percepção que os espaços populares são constituintes da cidade, portanto tem o direito de usufruir igualmente dos acessos a bens culturais. É comum, entre os grandes jornais da cidade, a notícia de moradores do bairro de Ipanema, que tiveram seu descanso interrompido devido a um tiroteio nos

Morros do PavãoPavãozinho. Obviamente que notícias com este conteúdo ignoram que os moradores dos Morros do PavãoPavãozinho também ficam incomodados com tiroteios. É como se estes não pertencessem ao bairro de Ipanema;

- 2) A humanização dos sujeitos moradores de espaços populares. Os indicadores sociais com índices preocupantes de desenvolvimento parece não incomodar a sociedade;
- 3) Os equipamentos de lazer da cidade não podem ser entendidos por eles mesmos. Eles não são responsáveis por suas precariedades ou má distribuição. São conseqüências do investimento insuficiente por parte do Estado e do Mercado.

Identificar uma grande desigualdade na distribuição dos equipamentos públicos de lazer, nos indica que a diferenciação sociocultural se revela também espacialmente, o que influencia diretamente na construção da territorialidade. Isto, por sua vez, evidencia não apenas os desafios de construir políticas públicas de intervenção, como também a necessidade de pensarmos em um processo de *redistribuição e desconcentração cultural* para as grandes cidades.

Referências

EGLER, C.A.G. *Questão Regional e Gestão do Território no Brasil*. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C.; CORRÊA, Roberto L. (org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

PERES, Fábio de F.; MELO, Victor A. *Equipamentos culturais na América do Sul: desigualdades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SILVA, Jailson Souza. Discurso na conferência de abertura do seminário “O que é Favela?”, promovido pelo Observatório de Favelas e DNDES, 2009.

IBGE. *Perfil administrativo de todos os municípios brasileiros*. Pesquisa realizada 15/06/2009, em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/1704munic.shtm>

GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS NO ÂMBITO DO LAZER POR ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

*Elis Regina Coelho*¹³

*Fabiana Borges*¹⁴

*Simone Monteiro*¹⁵

APRESENTAÇÃO

Este ensaio tem como objetivo levantar algumas questões sobre a gestão de projetos sociais no âmbito do lazer. É importante destacar que na gestão de projetos não podemos perder de vista a forma como as organizações estão estruturadas, a sua relação com a esfera público-privada, sua missão e a tática de enfrentamento das questões sociais.

Estamos em meio a uma crise econômica que trouxe ao mundo escassez de recursos, no entanto, observamos que as demandas sociais, percorrem um caminho inverso: aumentam a cada dia, assim como a exigência por uma gestão “eficaz, eficiente e efetiva” dos programas e projetos sociais e, por conseguinte, a responsabilidade no gerenciamento dos recursos públicos e privados destinados às ações de cunho sociais e de caráter público.

As organizações sociais devem estar preparadas para esse novo cenário que exige a profissionalização de seu corpo técnico e necessita de muita criatividade. Isso tem levado as organizações a procurar rever, quando necessário, sua forma

13 - Especialista em Elaboração e Gestão de Projetos Sócio- Esportivos pela UCB; Diretora Presidente do Instituto Usina Social;

14 - Consultora de Projetos, com formação em Serviço Social pela UERJ; Gestora administrativo-financeira do Instituto Usina Social.

15 - Consultora de Projetos, com formação em Serviço Social pela UERJ; Gestora administrativo-financeira do Instituto Usina Social.

de funcionamento, reestruturando-se ou modernizando-se administrativamente. Além do mais, tornou-se fundamental investir na capacitação de seu pessoal, para que seu desempenho permita responder a essas exigências. Cabe a elas, portanto, o desafio de ir além de boas intenções e boas propostas, qualidades que caracterizam a maioria delas. É preciso que suas ações sejam desenvolvidas de forma eficiente, eficaz, ágil, participativa e transparente, superando a informalidade e buscando a concretização de objetivos comuns, com resultados capazes de interferir e transformar a realidade.

Acredita-se que é necessário o desenvolvimento de uma cultura inovadora para o terceiro setor, pois para o enfrentamento das questões sociais, a competência técnica é condição *sine qua non* para propor, conduzir e avaliar intervenções neste campo, seja por meio da capacitação dos executores, seja pela contratação de consultoria externa ou de cooperação técnica de especialistas, além das parcerias e constituição de redes. O terceiro setor se caracteriza por iniciativas, cujos profissionais envolvidos percebem a colaboração participativa como um meio eficaz de realizar transformações sociais. As instituições têm procurado desenvolver ações conjuntas, operando nos níveis local, regional, nacional e internacional, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. Para tanto, a partir de diversas causas, a sociedade civil se organiza em redes para a troca de informações, articulação institucional e política e para a implementação de projetos comuns. As experiências têm demonstrado as vantagens e os resultados de ações articuladas e projetos desenvolvidos em parceria.

Isto não implica, contudo, na construção de alternativas ambiciosas ou complexas aos problemas sociais em foco. Mas sim em direcionar a elaboração, o monitoramento e a avaliação, que compreendam tais processos como etapas subsequentes destinadas à definição de metas, acompanhamento do cronograma, do fluxo de caixa e checagem dos resultados. Não apenas com vistas à captação de recursos e posterior prestação de contas junto aos

financiadores, mas como práticas adequadas ao aperfeiçoamento do modelo de tomada de decisão na gestão dos insumos (capital humano, administrativo e financeiro), que compreende o projeto.

Neste estudo, que tem como referencial teórico a defesa de Da Costa (2006), as ações sociais no âmbito do lazer serão o nosso foco, visto que, o lazer – como um dos direitos sociais, de acordo com o capítulo II artigo 6º da Constituição Federal do Brasil - tem sido atualmente tema de vários programas e projetos de políticas públicas¹⁶.

A complexidade da sociedade moderna tem influenciado o crescimento nos últimos anos do chamado Terceiro Setor - organizações sem fins lucrativos que atuam em diversos campos do espectro social, como cultura, esporte e lazer, educação, saúde, assistência social, defesa de direitos humanos e minorias, ambientalismo, desenvolvimento comunitário e outros.

No atual cenário, as organizações ganham relevância cada vez maior no domínio das políticas públicas, ancoradas na parceria entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada. Para tanto, as organizações sociais devem se especializar no que alude aos métodos, processos e técnicas de elaboração e gestão de projetos sociais. Buscando favorecer a reflexão conjunta a respeito de suas potencialidades e tensões.

GERENCIANDO O LAZER

A gestão de projetos sociais pelo terceiro setor ainda é campo muito conflituoso, pois observa - se uma lacuna nas organizações, visto que as mesmas, ainda não possuem mão de obra especializada para elaboração e gestão de projetos sociais.

Esta lacuna torna-se mais evidente quando o objeto do projeto é a ocupação dos espaços públicos de lazer. Pois os projetos sociais que se propõem a trabalhar com

16 Para nossos efeitos, Políticas Públicas de Ciências, Tecnologias e Inovação correspondem - de forma mais estrita e direta- ao conjunto das normas, regulamentos, decisões, ações políticas e estratégias estabelecidas para fomentar programas, projetos e atividades de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como os recursos alocados para tal finalidade.

esse objeto de intervenção, muitas vezes perdem seu foco, e acabam tornando-se meramente uma “escolinha” ou “oficina” de uma determinada atividade. E o que era para ser o meio, acaba sendo fim, e a tensão social, que aqui se apresenta como a prática de lazer nos espaços públicos, fica desvinculada da sua proposta latente.

Monteiro (2006), em um relato de experiência afirma que a utilização de equipamentos públicos é objeto de pesquisa em diversas áreas da ciência. Na esfera dos estudos do *lazer*, as preocupações sobre o tema são crescentes, principalmente quanto às relações da construção destes equipamentos com as práticas de lazer da população.

No que diz respeito ao espaço para o lazer, percebe-se, ainda, uma série de descompassos. Entre eles o crescimento recente e acelerado de nossas cidades, o aumento da população urbana, intensificada pelo êxodo rural e pelas migrações internas, que não foram acompanhados em nível de habitação e serviços urbanos, ocasionando desestruturação na vida da cidade. Morgadas e Morgadas (2007).

Esses descompassos podem aqui ser entendidos como expressão de todas as contradições sociais que as grandes metrópoles apresentam em seu cenário.

A gestão participativa de programas e projetos sociais do lazer, proporciona um campo de vivência social de grande relevância, tanto para a equipe técnica como para a comunidade, pois a riqueza de experiências vivenciadas ao longo da gestão, por ambas as partes (técnicos e beneficiários), é incontestável.

O lazer não é um campo ingênuo ou isolado das outras esferas da vida em sociedade, mas sim de tensão social, de diálogos e de conflitos, compreendido a partir da ótica de circularidade cultural (trocas mútuas e constantes de valores), onde a intervenção profissional deve ser implementada de maneira consequente. (Melo & Drummond 2003)

Projetos sociais que visam atender as demandas sociais do lazer enfrentam grandes conflitos quando se deparam com a utilização dos equipamentos públicos

de lazer, que em sua maioria, não dispõem de uma gestão de qualidade.

Moraes (2000) defende que os gestores públicos têm a grande tarefa de refletir e propor melhorias para o desenvolvimento das cidades, baseados em soluções técnicas e com o objetivo de realizar a melhor aplicação do erário, de modo a inserir nelas, adequadamente, a implementação e a manutenção das necessidades da população dentre todas, equipamentos eficientes para a prática do lazer.

Todavia, a gestão eficiente e eficaz dos projetos sociais inicia-se na elaboração, pois a competência técnica não deve descartar, mas associar-se ao acumulado de conhecimentos e expectativas dos beneficiários e demais atores que vivenciam e estão a “driblar” cotidianamente a situação-problema, buscando compreender e incorporar, esses conflitos, a fim de proporcionar ações eficazes e efetivas para amenizar a descoesão social dos beneficiários.

Campos et all (2006), defende as metodologias participativas e enfatiza a importância do envolvimento dos beneficiários e demais atores, que podem ser possíveis parceiros ou grupos de pressão, na estruturação e durante todo o desenvolvimento do projeto. O sucesso da intervenção, ou seja, a efetividade de sua contribuição para a solução ou melhoria da situação-problema enfrentada, depende da compreensão e do consentimento dos atores sociais envolvidos quanto aos propósitos do projeto, e, conseqüentemente, do empenho dos mesmos na concretização de seus objetivos. Isto só é possível – de uma maneira ética – a partir da participação efetiva dos atores sociais – em especial dos beneficiários – em todo o processo de desenvolvimento do projeto, desde sua elaboração até a avaliação de seus impactos.

O desenvolvimento de ações de lazer no domínio social está atrelado à capacidade de uma equipe técnica em apresentar conhecimentos nos campos: científico do lazer, técnico administrativo e financeiro, de recursos humanos, no âmbito da gestão e de liderança da equipe, em virtude das necessidades exigidas não só na elaboração, quanto na implantação, monitoramento e na avaliação dos projetos.

Atualmente tem sido um grande desafio para as organizações que elaboram e fazem a gestão de projetos na esfera social. Criar valores por meio da construção de uma equipe multidisciplinar que se aproprie de tecnologia social eficaz para uma gestão participativa e interdisciplinar, com objetivo de promover resultados significativos e efetivos por meio da excelência no atendimento dos beneficiários.

Esse desafio torna-se maior quando o objeto do projeto é tema de discussão de políticas públicas, pois as ações propostas no projeto devem ser coerentes com os programas já existentes.

Contudo, é primordial, o alinhamento dos profissionais das diferentes áreas para possibilitar uma comunicação integrada e uma gestão efetiva do projeto. No entanto, todo esse alinhamento deve estar pautado em bases metodológicas e numa visão crítica capaz de questionar a todos os momentos o sentido do agir da equipe. Valendo-se do compromisso ético para que as ações tenham resultados efetivos, que possam contribuir para a transformação positiva do cenário social e que estejam comprometidas com os anseios da população atendida, buscando sempre esta dimensão ética subjacente.

A definição dos indicadores na elaboração do projeto é outro fator que facilitará a gerência eficiente, visto que, todos os processos executados durante o projeto, serão avaliados e/ou aferidos em consonância com os indicadores estabelecidos, o que tornará a gestão mais eficaz.

Permanecer ciente destes fatores é fundamental para a elaboração e gestão de programas e projetos de políticas públicas de intervenção na esfera do lazer, na medida em que o acesso a essas práticas não é simplesmente cultural, e sim legal, afinal é direito de todos os cidadãos.

Nesta esfera do lazer, os indicadores devem perpassar pelas questões culturais, sociais, econômicas e demográficas, principalmente quando se tratar de regiões geográficas com muitas diversidades, como exemplo, a cidade do Rio de Janeiro. Peres (2008) defende que não por acaso, projetos sociais são cada vez mais

comuns nesta cidade, sobretudo voltados para jovens moradores de favelas e áreas consideradas de risco. Parte desses projetos é identificada, ou comumente denominada de “lazer”, de “esporte” ou “cultura”. O autor também afirma que estes projetos em geral, procuram se apresentar como alternativas para a população, ampliando oportunidades e fortalecendo vínculos e redes sociais.

A dimensão de ações no âmbito do lazer constitui um objeto de intervenção complexo e amplo. Suas manifestações influenciam, e são influenciadas, pelos mais diferentes aspectos da vida em sociedade, desde a dimensão psicológica do indivíduo até a dimensão econômica e de mercado. Sendo assim, as políticas públicas de lazer são associadas também ao controle de criminalidade, a partir do oferecimento de atividades sadias a populações em situação de risco, então cabe ressaltar que a gestão de projetos neste campo de tensão deve compilar uma gestão tripartite, ou seja, abranger todos os setores da sociedade (público, privado e a sociedade civil organizada).

Bramante (2004), defende que além da associação do lazer à educação e controle da criminalidade, sua aproximação com temas como qualidade de vida, incentivo à atividade física e valorização da cultura são essenciais para a garantia de fixação, permanência de conceitos a partir do senso comum. Além disso, existe certo consenso com relação à importância das questões referentes à implementação concreta de intervenções ao nível municipal ou da própria comunidade, destacando o planejamento, formação de recursos humanos, integração das ações dos diferentes órgãos públicos e formação de parcerias com o setor privado e organizações não governamentais.

GESTÃO DE PROJETOS

Todas as organizações, sejam elas com ou sem fins lucrativos, necessitam gerir sua estrutura de forma a alcançar os objetivos a que se propõem.

As empresas privadas têm enfrentado essas mudanças empregando sistemas de gestão cada vez mais flexíveis, ágeis e capazes de se adaptarem às novas situações. Elas têm conseguido não apenas enfrentá-las, como também criar novas demandas e tecnologias que, por sua vez, aceleram ainda mais esse processo.

A administração pública e as organizações da sociedade civil que atuam no campo social não poderiam escapar dessa realidade. O agravamento das questões sociais impõe a necessidade de responderem à sociedade de forma imediata, muitas vezes necessitando mesmo adaptar-se às novas circunstâncias.

E a sociedade tem exigido cada vez mais participação nas definições de prioridades e transparência na gestão dos recursos públicos, principalmente daqueles utilizados em programas e projetos sociais.

Precisamos superar vários desafios quer sejam de natureza externa ou interna da organização. Para alcançarmos bons resultados, é necessário um planejamento eficiente dos projetos para definição dos objetivos a alcançar e os tipos de controle necessários ao acompanhamento e resultados. O processo básico da administração de projetos consiste em planejar, organizar, reunir recursos, dirigir e controlar.

Segundo Walter Krauser *in* Farias, defende que “embora haja uma concordância básica quanto à necessidade do planejamento, não existe um modelo ou fórmula, geralmente aceita para este fim”.

Tal afirmativa encontra apoio em Richard Eckaus *in* Faria que afirma: “não existe teoria alguma ou modelo único para o melhor planejamento. Cada empresa e cada conjunto de circunstâncias exigem um comportamento adequado a elas”. Todos sabem que as razões para o planejamento estão circunscritas a formas de contrabalançar as incertezas e as modificações, concentrar a atenção nos objetivos e assegurar um funcionamento econômico que facilite o controle. Dos métodos mais simples, precisamos responder às seguintes questões: O que fazer? Como fazer? Quando fazer? Onde fazer? Com que meios fazer?

A administração pública vem adotando alguns instrumentos de gestão com

maior capacidade de monitoramento dos programas prioritários do governo e investindo na formação de quadros profissionais com perfis mais modernos e sensíveis às necessidades da sociedade, medidas essas ainda extremamente tímidas diante de nossa realidade social.

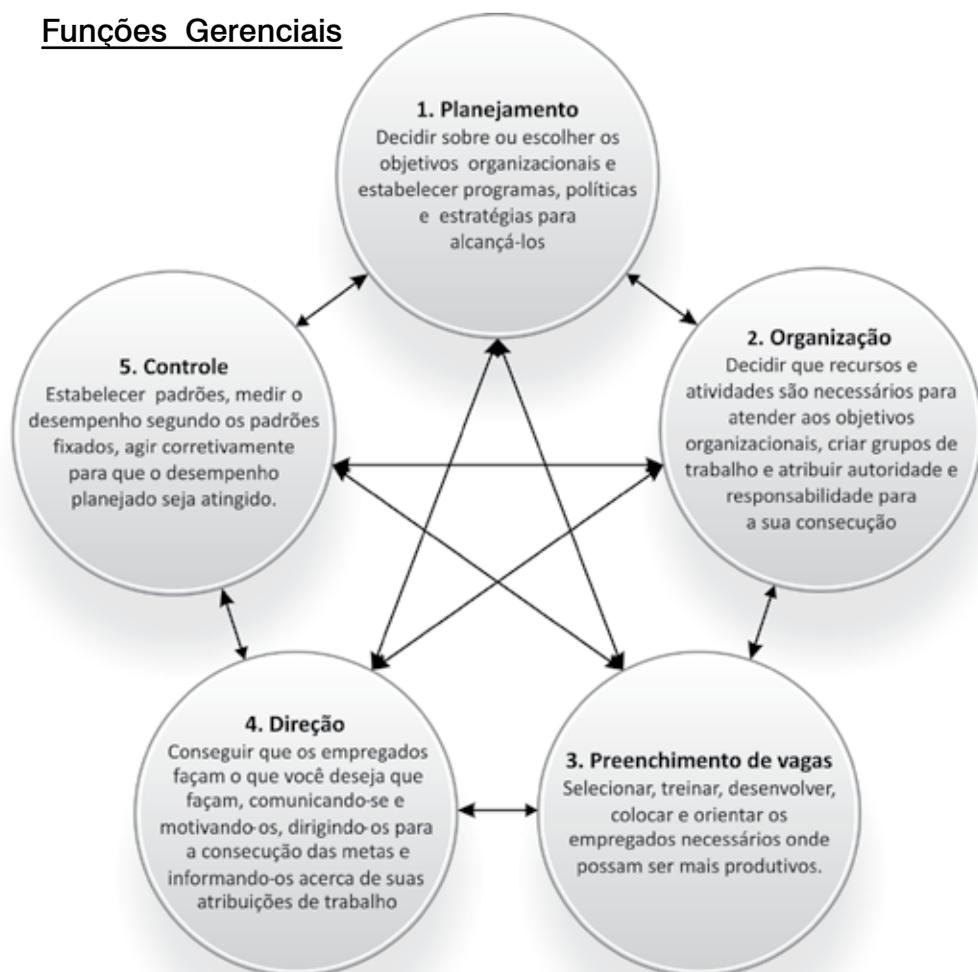
As organizações da sociedade civil, por sua vez, têm convivido com as exigências de agências e órgãos financiadores, que vêm dando crescente importância à forma como os recursos concedidos para o desenvolvimento dos projetos é aplicado e gerido.

Torna-se fundamental a atuação dos gestores que serão os responsáveis pela comunicação com eficácia, interna e externa, emitindo e recebendo as informações necessárias à ação organizacional e social. A capacidade de liderança, para buscar a interação e aglutinar esforços requer uma análise permanente destes contextos para adaptar-se às novas situações e pensar estrategicamente o futuro. ; Para isso concorrem, além da busca constante de informações, o uso da criatividade, a flexibilidade e uma postura propositiva.

Ao gestor caberá promover um processo constante de capacitação do grupo de trabalho, estimulando uma visão analítica e crítica para a compreensão dos contextos de mudanças organizacionais e externas levando-os a capacidade de transformação da realidade.

Sem as etapas de gestão e conseqüentemente um gerenciamento eficaz, o plano de aplicação dos recursos estaria comprometido e tenderia a uma particularização.

Funções Gerenciais

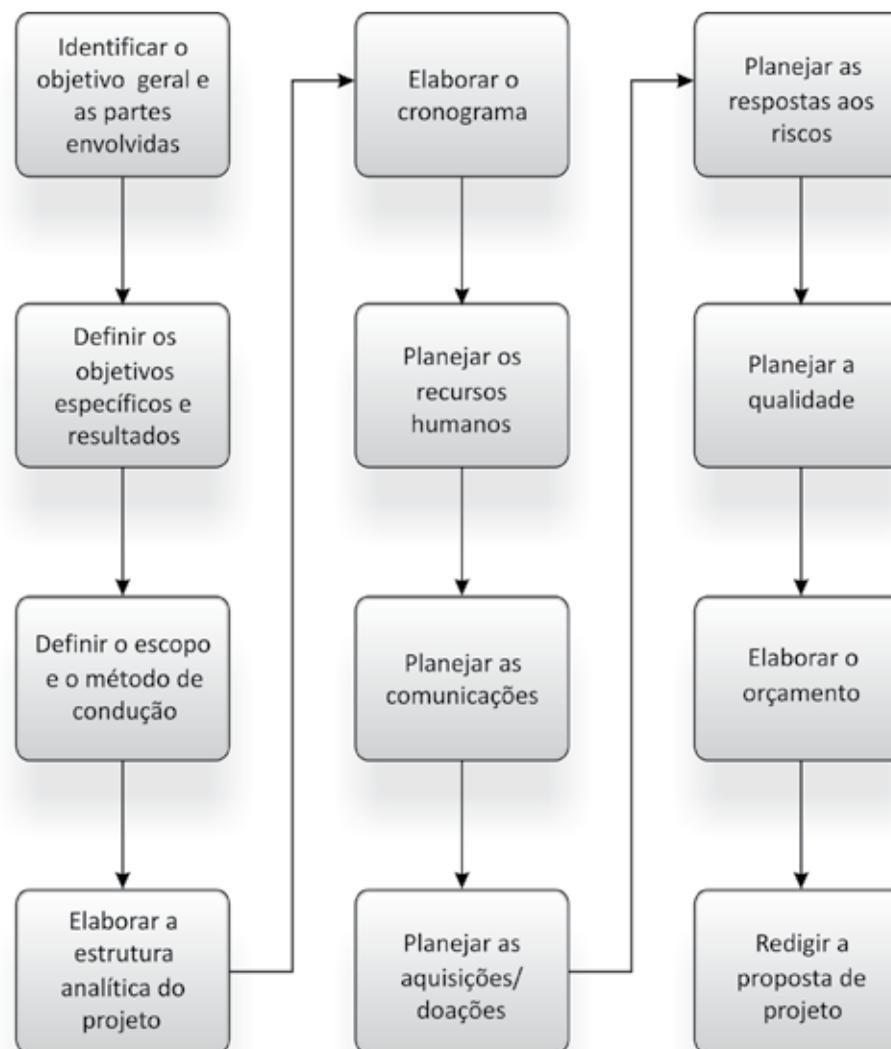


Fonte: Megginson, Mosley & Pietri Jr., Administração: conceitos e aplicações, p. 29.

PROPOSTAS DE PROJETOS

As propostas de projetos devem estar respaldadas por um levantamento das viabilidades locais e devem ter articulação direta com a comunidade em foco. Feito isso, podemos estabelecer as propostas com critérios metodológicos que incluem:

Processos da Metodologia de Projetos no Terceiro Setor



Fonte: PMI-Rio (www.pmirio.org.br)

É importante termos em mente que uma gestão eficaz requer a transparência e a publicidade das contas e dos registros contábeis, sobretudo quando lidamos com recursos públicos destinados a atender demandas e necessidades que envolvem outros atores externos à organização.

A busca de bons níveis de *accountability*¹⁷ se coloca com especial relevância para as organizações sociais, que, lidando com recursos públicos e tendo a questão da transformação social como sua razão de ser, deve caracterizar-se por sua atuação, pela máxima transparência e rigoroso respeito à sociedade na qual se insere e para a qual gera produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O terceiro setor analisado pela sua composição e dinâmica articula uma heterogeneidade de organizações voluntárias sem fins lucrativos, que inclui desde associações comunitárias microrregionais, até organizações articuladas em redes globais, atuantes no plano dos direitos humanos, na defesa das minorias, na defesa do meio ambiente, no fomento ao esporte, a saúde, no desenvolvimento local, entre outras. Tais organizações expressam características multifacetadas, globais e particulares, próprias da sociedade contemporânea, sempre na tentativa de responder as demandas e necessidades expressas nessa relação de estado mínimo que há décadas nos empobrece e nos pauperiza.

A transformação produtiva, o desemprego e a precarização das relações de trabalho produziram o aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Em contrapartida, novos atores sociais emergiram: os movimentos sociais deslocaram para a sociedade civil um papel central na definição da agenda política dos Estados.

¹⁷ *Accountability* é um termo da língua inglesa, sem tradução exata para o português. Que remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de **prestar contas** a instâncias controladoras ou a seus representados.

As organizações não-governamentais são uma expressão desse novo protagonismo, alargando e revitalizando a esfera pública.

A onda neoliberal dos anos 80 e 90 propunha a ideia de um Estado mínimo e a primazia do mercado como receita para enfrentar a crise. Mas, como afirmou há pouco tempo Eric Hobsbawm:

“o mercado livre e sem controle foi uma moda passageira dos anos 80 e 90. A crise por que passa a economia global aliada aos altos níveis de desemprego e a crescentes desigualdades sociais obrigam a retomada da união entre o controle público e o livre Mercado”
(*Gestão de projetos Sociais Ávila*)

Em meio a tantas crises do capitalismo, as organizações estão encontrando grandes dificuldades para captarem recursos, tanto no âmbito governamental como no setor privado. Consequentemente surge a necessidade de se profissionalizarem e buscarem novas formas de gerar recursos. Uma das experiências possíveis é a comercialização de produtos que carregam seus nomes e causas e permitam à sobrevivência sem uma dependência direta de recursos advindos de financiamentos públicos ou privados.

Outra possibilidade que pode garantir a sobrevivência é a parceria entre as organizações, sugerindo uma inter-relação com diversas áreas e expertises.

Num cenário de crise, perceber, compreender e adaptar-se à mudança constitui um grande desafio. As organizações se reinventam, criam novas formas de gestão dos seus recursos e apontam novas possibilidades de atuação.

Nessa perspectiva, este texto busca dar uma visão geral das principais dimensões da gestão de projetos sociais, sem perder o foco da ação social organizada.

Em termos estruturais, este ensaio parte de uma abordagem macro e universal até chegar a elementos contemporâneos de gestão, tendo um caráter mais informativo que formativo, cujo objetivo é traçar um grande pano de fundo para

as questões mais relevantes na gestão de projetos no âmbito do lazer, podendo ser replicado nos diversos campos do espectro social, como cultura, esporte, educação, saúde, assistência social, defesa de direitos humanos e de minorias, ambientalismo, desenvolvimento comunitário e outros.

Referências

- AVILA, C.M. (org) *Gestão de Projetos Sociais*. 3ª edição -São Paulo- AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. – (Coleção gestores sociais)
- BRAMANTE, A. C. *Qualidade de vida e lazer*. In GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Org.). *Qualidade de vida e atividade física*. Barueri: Manole, 2004.
- CAMPOS, Arminda Eugenia Marques et all. *O Planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/planej_projetosociais_janeiro2006.pdf*. Acesso em 10 de Maio de 2009.
- DACOSTA, L. P. *Políticas Públicas e Lazer: Panorama e expectativas*. In TAVARES, . MELLO, V. A. *O Exercício Reflexivo do Movimento*. Rio de Janeiro: Shape, 2006.
- FARIA, José Carlos. *Administração: introdução ao estudo – 3ª. Ed. – São Paulo : Pioneira, 1997.*
- _____. *Administração: Teorias e aplicações*. São Paulo: Editora Thomson Learning, 2002.
- MELLO, A. V e ALVES JUNIOR, D. E. *Introdução ao Lazer*. São Paulo: Ed. Manole, 2003.
- MORAES, A. F; GOUDARD. B; OLIVEIRA. R . *Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a Influência destes na qualidade de vida da população. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewDownloadInterstitial/4984/8536>*. Acesso em: 08de Maio de 2009.
- MEGGINSON, Leon C., MOSLEY, Donald C. & PIETRI JR., Paul H. *Administração: conceitos e aplicações*. São Paulo, Harbra. 1986.
- MORAGAS, R.A.R. e MORAGAS, W. M. *Revitalização dos espaços públicos de lazer: exemplo do parque das andorinhas - presidente prudente – S.P - Brasil. 2007 Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area05/5853_MORAGAS_Rosana_Alves_Ribas.doc*. Acesso em: 10 de maio de 2009
- MONTEIRO, Monica. *Ampliando práticas de lazer em equipamentos públicos*. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/projetosesc/ampliandopraticas.pdf>. Acesso em: 08 de Maio de 2009

- PERES, F.F. *A busca pela transformação: lazer, mediações culturais e vida associativa em uma favela carioca*. In: ALVES, E.D, BRÊTAS, A.MELLO, V. *Lazer & Cidade*. Rio de Janeiro: Shape, 2008.
- PINTO, Luiz Fernando da Silva. *Gestão-cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003 – 436p.*

STEPHANOU, Luis; MULLER, Lúcia Helena; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Guia para a elaboração de projetos sociais*. Porto Alegre: Editora Sinodal e Fundação Luterana de Diaconia, 2003.

(Folha de S. Paulo, 1º jan. 1999 In: Gestão de projetos Sociais Ávila).

CULTURA POPULAR EM PROJETOS DE ANIMAÇÃO CULTURAL

Bruno Morais

“Mas nada é impossível ao homem quando ele não é sozinho, quando junto aos demais homens ele é povo”.

Jorge Amado

Refletir sobre os desdobramentos da inserção de elementos da Cultura Popular enquanto conteúdos pedagógicos em projetos de Animação Cultural, têm a meu ver, a prescrição de que reflitamos sobre o que, estruturalmente falando, esta combinação significa para os dois campos. Pois, se por um lado, os avanços da Animação Cultural se deram mais significativamente no campo teórico através dos Estudos Culturais, sendo isto absolutamente lógico para uma área de reflexão que ainda necessita firmar-se no espaço acadêmico, por outro lado, as pesquisas no âmbito da Cultura Popular apesar de já consolidadas, através principalmente da Sociologia e da Antropologia, notadamente no campo prático, avançaram muito lentamente em relação a uma desconstrução dos estereótipos que cercam esta área do conhecimento.

Apesar da bipolaridade levantada acima, vou me dar o direito de desenvolver apenas a face referente aos elementos da Cultura Popular, visto que reflexões teóricas mais consistentes sobre a situação acadêmica da Animação Cultural, podem ser encontradas em vários outros autores.

Gostaria então, de traçar um caminho através do qual trilharam os sentidos do conceito de Cultura Popular e como os estudos desta área responderam a estas mudanças conceituais no seu desenvolvimento histórico, culminando na perspectiva atual e como esta pode alavancar mudanças não só no trato dos sujeitos com estes conteúdos, mas também, em relação aos possíveis desdobramentos

destas mudanças na própria estrutura social em que vivemos.

O estudo sobre as práticas culturais populares tem seu surgimento no âmago do Romantismo, em um momento de crise e desilusão diante do avanço frenético e impiedoso da modernidade, e assinala desde este princípio, uma perspectiva dualista e cartesiana sobre o assunto. “Folklore capta antes de tudo um movimento de separação e coexistência entre dois mundos culturais: o rural, configurado pela oralidade, as crenças e a arte ingênua, e o urbano, configurado pela escritura, a secularização e a arte refinada: quer dizer, nomeia a dimensão do tempo na Cultura, a relação na ordem das práticas entre tradição e modernidade, sua oposição e às vezes sua mistura”¹⁸. Dualidade esta que perpetuará, ainda que com mudanças no sentido, a perspectiva paternalista que tanto caracteriza as inserções dos pesquisadores no campo.

Ainda que o movimento romântico tenha trazido à tona a atividade do povo na cultura, este trazer é carregado de ambiguidade, pois neste mesmo movimento, a cultura popular ganha sua legitimidade ao alto custo de manter sua originalidade numa suposta autonomia em relação ao comércio e a cultura hegemônica. A negação da circularidade cultural é a negação do processo histórico de formação do popular, engessada na historicidade resta a Cultura Popular, olhar somente para o passado, fóssil vivo onde se conserva a originalidade primitiva do povo.

Esta ideia do popular gerada pelo Romantismo sofrerá ao longo do século XIX uma dissolução conceitual na esquerda através do termo classe social, tendo como lugar privilegiado o debate entre anarquistas e marxistas.

Mesmo que ambos os lados tenham divergências quanto à apropriação do termo, convergem os dois movimentos em uma ruptura do culturalismo romântico e politizam a ideia de povo. Explicitam assim que as diferenças culturais refletem a estratificação da sociedade e a opressão histórica a qual é submetido o povo. Desmascaram desta forma a suposta naturalização da Cultura que a burguesia levava e ainda leva a cabo.

¹⁸ Barbero, Jesus-Martin; Dos meios às mediações; p.38

Para os anarquistas, o proletariado não é o povo e não pode representar sua cultura, vinculá-lo ao termo é restringir não somente os sujeitos, mas também, a luta contra todas as formas de opressão e não apenas contra a exercida pelos meios de produção.

Porém o ponto chave que diferencia anarquistas de marxistas é a memória do povo, a qual ousa supor, pode ser encarada como suas tradições. Tradições estas que não tem um lastro no passado, ao qual estariam sempre voltadas, mas que, capazes de influir no presente, moldariam o futuro. Tem-se então, que as tradições culturais representariam para os anarquistas tramas de uma rede na qual se articulariam outras ações, entre as quais, as ações políticas, representativas das várias formas de luta que o povo participa.

Tem-se daí, que o projeto anarquista encarna a luta contra qualquer dicotomia entre arte e vida. Mais do que na obra, a arte reside na experiência, não daqueles que a anunciam como um dom, mas na de todos os homens.

“Os anarquistas são contra a obra-prima e os museus, mas não por serem terroristas, ou por um insano amor pela destruição como pensam seus críticos, mas por militares em favor de uma arte em situação, concepção decorrente da transposição para o espaço estético do seu conceito político de ação direta”.¹⁹

Ao marxismo ortodoxo coube a negação da validade teórica e política da ideia de povo traçado pelo anarquismo. Centralizando toda sua reflexão a partir dos meios de produção no sistema capitalista, pressupõe-se que somente será válida a luta que partir deste centro, pois todos os demais aspectos do social se organizam e adquirem significado a partir das relações de produção. Quaisquer práticas de resistência organizada a partir de outros eixos, são encaradas como alienantes e entraves ao desenvolvimento da escalada proletária ao poder.

É a partir das releituras de Gramsci efetuadas por teóricos marxistas, que a questão cultural passa a ser considerada como ambiente potencialmente fértil para

¹⁹ Barbero, Jesus-Martin; Dos meios às mediações; p44-45

a compreensão dos mecanismos de operação da dinâmica capitalista.

São dois os conceitos oriundos de Gramsci que permitem o desbloqueio no marxismo, da questão cultural e da dimensão de classe na cultura popular.

Em primeiro lugar o conceito de hegemonia. Nele está implícito o processo de hegemonização efetuado por uma classe e legitimado pelas classes subalternas na medida em que estas reconhecem como seus os valores representados pelas classes dominantes. A partir deste conceito, é possível pensar a dominação social não como imposição exterior e sem sujeitos, mas como processo muito mais sutil e complexo que explicações mecânicas pudessem dar conta.

O outro, é o conceito gramsciano de Folclore como cultura popular ativa, como concepção orgânica da vida, que se acha “em contraposição (essencialmente implícita, mecânica, objetiva) às concepções de mundo oficiais (ou em sentido mais amplo, às concepções dos setores cultos da sociedade) surgidas com a evolução histórica”²⁰.

É através da reescrita do movimento operário efetuada na Europa, e principalmente na Inglaterra, através de E.P. Thompson e Raymond Williams, que estes conceitos são apropriados com maior vigor.

Estes autores, conhecidos como pais fundadores dos Estudos Culturais são fartamente conhecidos no universo acadêmico. Deles gostaria apenas de assinalar, que originam um movimento que desembocará na institucionalização dos estudos sobre cultura e na formação de uma trajetória intelectual que mudará para sempre a abordagem sobre as práticas culturais.

No Brasil

Ao pensarmos em patrimônio cultural, estamos lidando com história, memória e identidade. Conceitos inter-relacionados e dinâmicos que sofrem intensas

²⁰ Gramsci, Antonio; Cultura e literatura; p329

transformações ao longo do tempo.

A primeira iniciativa estatal de proteção ao patrimônio no Brasil, a Inspeção dos Monumentos Nacionais, foi criada em meados dos anos 30 por iniciativa de Gustavo Barroso. Este órgão tem como principal objeto de proteção as cidades históricas mineiras, e deixa entrever a direção conceitual desta iniciativa: o patrimônio arquitetônico enquanto representativo da identidade brasileira.

Em torno desta concepção batiam-se neocolonialistas e modernistas. Enquanto os primeiros valorizavam a cópia da tradição colonial portuguesa no Brasil e viam esta reprodução como uma evocação positiva do passado, os modernistas defendiam que a releitura do colonial expressava a verdadeira essência de um primeiro estilo verdadeiramente brasileiro.

É Mario de Andrade que estabelece os primeiros marcos para as mudanças conceituais em relação ao patrimônio no Brasil. A frente da criação do projeto de fundação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, ele menciona as categorias de bens culturais tangíveis e intangíveis, as quais serviriam mais tarde, para as mudanças na política do patrimônio introduzidas por Aloísio Magalhães.

A atuação do SPHAN se dava mediante o mecanismo de tombamento dos patrimônios ameaçados pela urbanização. No cerne desta política estava a atuação pessoal dos funcionários do órgão que passavam a ter autoridade com intérpretes e guardiões dos valores culturais da nação. Em síntese, foi inventado um discurso que legitimava a opção estética e ideológica deste grupo, e que buscava responder a questão da existência ou não de uma cultura genuinamente brasileira.

A partir dos anos 60, este movimento passa a sofrer forte concorrência da aceleração do processo de urbanização e industrialização simbolizadas no lema do governo JK de “50 anos em cinco”. Além disso, múltiplas manifestações culturais surgem ligadas a modernidade estética. A bossa nova na música, o Cinema Novo, o Concretismo e o Neo-Concretismo na poesia e nas artes plásticas, compunham o novo cenário de tensões políticas, econômicas, sociais e ideológicas que

desembocaram no golpe de 64.

Como qualquer grupo que chega ao poder, os governos militares buscam legitimar-se através da reorganização da esfera cultural.

Os projetos desta época passam a ter pouca ou nenhuma relação com o patrimônio, no sentido de autenticidade ou tradição, como entendido na fase heróica do SPHAN. A proposta era realizar o inventário do saber fazer brasileiro. É no rastro destas mudanças que irá desembocar, junto com o processo de redemocratização, a nova face da política do patrimônio, notadamente um acúmulo das discussões e transformações conceituais que passavam a perceber como parâmetros-guias do campo da preservação as noções de referência cultural e de continuidade histórica, refletidas nos termos da constituição de 88, no termo Patrimônio Imaterial.

Na prática

Concordo com Maria Elisa Cevalco quando esta afirma que “o sentido das palavras acompanha as transformações sociais ao longo da história e conserva, em suas nuances e conotações, muito desta história”²¹.

O que estou tentando apontar durante o texto é o embate ideológico em torno do processo de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro.

Logicamente, esta não é uma acirrada disputa idealista, são tensões concretas do campo que irão determinar a predominância deste ou daquele grupo no endereçamento das ações.

Podemos perceber como as políticas patrimonialistas no Brasil acompanham transformações no conceito de Cultura, até sua categorização como imaterial.

Em 2003, a UNESCO, reforça esta categorização definindo-a como:

²¹ Cevalco, Maria Elisa; Dez lições sobre estudos culturais; p.11

“(..) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos, e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade para promover o respeito a diversidade cultural e a criatividade humana.”

Por si só esta categorização já representa um avanço considerável, pois contém em si uma perspectiva do patrimônio como algo vivo, dinâmico, mutável e estritamente vinculado as condições socioambientais das comunidades produtoras do saber cultural.

Talvez resida nestas características o principal eixo de interligação entre os conteúdos da Cultura Popular e as estratégias pedagógicas da Animação Cultural, na medida em que esta última valoriza a circularidade cultural e o intercâmbio entre os saberes.

Na prática isto corresponde a uma atuação que privilegia o conhecimento comunitário, a transdisciplinaridade e, principalmente, escapa a solução que mais tem sido utilizada como estratégia de valorização das práticas populares, qual seja a espetacularização folclórica. Espetacularização que corresponde a um processo de individualização, performance e desenraizamento do fato cultural.

Não estou querendo dizer com isto que sou contra a possibilidade de reinterpretções da tradição, de sua apresentação em contextos que não sejam aqueles originais. Porém, além do espetáculo representar uma forma restrita do fato espetacular, ele está vinculado a convenções estéticas e sociais que antagonizam e impedem o desenvolvimento das forças comunitárias da Cultura Popular, na medida em que individualizam este saber, o descontextualizam, e principalmente, o inserem em relações paternalistas representadas pela dependência por especialistas

culturais nem sempre bem intencionados.

Cabe ao animador cultural potencializar o saber local, trabalhar para sua coletivização, estimular sua não-estereotipação para que os frequentadores do projeto se sintam a vontade para desfrutar deste conhecimento sem pré-conceitos estéticos ou preocupações performáticas, e assim se reconheçam como produtores ativos no processo de articulação entre os vários tipos de atores sociais na busca de modelos alternativos de política e intervenção cultural.

Essa revisão do sentido de criatividade e das artes é fundamental para se compreender a definição extensiva de cultura como conjunção de todo um modo de vida e dos processos especiais das artes e do aprendizado. A criatividade como algo comum a todos possibilita perceber a relação entre os significados e valores inscritos em convenções e instituições sociais, que estruturam o modo de vida de determinada sociedade.

Finalmente, fortalecer o produtor cultural é manter sua autonomia em grau satisfatório para que este tenha condições de dialogar em igualdade com as forças sociais atuantes, pois se todos forem capazes de participar ativamente na formação da cultura, através das instituições democráticas de uma nova ordem social, o resultado provavelmente será uma cultura muito mais heterogênea do que a que temos nas condições atuais, onde, como se sabe, a diversidade é toda de superfície.

Referências

- CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- . Para ler Raymond Willians. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia; Trad.: Ronald Polito e Sergio Alcides. 5ª ed; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- SODRÉ, Muniz. A verdade seduzida. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.



II PARTE

LAZER E PERIFERIA: UM OLHAR A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS

JARDIM CATARINA: UMA USINA DE ARTE E CIDADANIA

A segunda parte desta edição retrata a realidade de uma comunidade marcada pelo descaso e abandono público, onde os protagonistas retratam a realidade da juventude brasileira destituída e marcada pela exclusão social.

Devemos entender a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem as especificidades marcadas em cada um. O jovem é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este meio proporciona. A experiência cotidiana no grupo, a aprendizagem coletiva de relacionar-se, de lidar com a diferença contribui para aumentar a sensibilidade no lidar com o outro e com o social.

Essas desigualdades regionais e intrarregionais que acometem o Município de São Gonçalo, particularmente o bairro do Jardim Catarina, afeta as estruturas básicas da vida material desses jovens refletindo na diferenciação do acesso à escola, aos aparelhos de cultura e lazer e aos meios de informação, especialmente no difícil acesso desses jovens mais empobrecidos aos computadores e à Internet. Possibilitar condições de acesso à informação e aos bens culturais, somados à maior escolaridade, promoverá esses jovens a uma posição mais favorável à participação social, cultural e política.

DAYRELL 2004²², afirma que as linguagens artísticas, de formas diferenciadas, possibilitam práticas, relações e símbolos aos jovens, por meio dos quais eles criam espaços próprios, com uma autonomia relativa do mundo adulto, expressão de uma cultura juvenil que fornece elementos para se afirmarem com uma identidade própria, como jovens. Por meio da produção cultural eles recriam as possibilidades

22 DAYRELL, Juarez. Formação de agentes culturais juvenis: experiência sócioeducativa, 2004. Disponível em: <http://www.ufmg.br/proex/arquivos/7Encontro/Educa94.pdf>. Acesso em 01 Agosto de 2009

de entrada no mundo cultural além da figura do espectador passivo, colocando-se como criadores ativos.

Para os jovens beneficiários do **Projeto Usina da Arte**, essas atividades culturais são um dos poucos espaços de construção de uma auto-estima, possibilitando-lhes construir identidades positivas. Por intermédio das oficinas artísticas que desenvolvem, dos shows que fazem, dos eventos culturais que promovem, colocando-os em pauta no cenário social. O que querem passa pelo reconhecimento do seu lugar, eles querem visibilidade, ser “alguém” num contexto que os torna “invisíveis”. Eles desejam um lugar na cidade, usufruir dela, transformando o espaço urbano em um valor de uso. Enfim, eles reivindicam o direito de serem jovens, cidadãos e viverem plenamente a juventude.

A importância e o crescimento dos estudos locais justificam-se pela crescente municipalização do Estado brasileiro. Tanto no cenário nacional, quanto no internacional, as cidades adquirem cada dia mais um forte protagonismo, tanto na vida política como na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação (Castels e Borja, 1996)²³.

O Município de São Gonçalo não é diferente, afinal dentre suas maiores características ele apresenta uma tendência para desenvolver a imponência, ou seja, já sediou o mais importante parque industrial do Estado do Rio de Janeiro, entre as décadas de 40 e 50 do século passado, atualmente é considerada a segunda cidade mais populosa, perdendo apenas para a capital, e é o segundo colégio eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

E ao falar de imponência a Cidade abriga o maior loteamento plano da América Latina, segundo BURGOS 2003²⁴, o bairro do Jardim Catarina, situado

23 CASTELLS, M. e BORJA, J. As cidades como atores políticos. In: Novos estudos, CEBRAP, n. 45, São Paulo: 1996.

24 BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

no terceiro distrito do município é considerado o maior loteamento plano com seus 464 hectares. Este não é um cenário de glamour do ponto de vista da dimensão física. A amplitude do lugar impressiona, no entanto, o bairro sofre com a urbanização desordenada, provocando grandes detrimientos locais como falta de infra-estrutura e precariedade no atendimento hospitalar, de educação e de segurança, que são característicos em todo o município. Além da deficiência na qualificação de ruas e praças para uso cotidiano, o bairro é carente em áreas adequadas ao lazer da população.

De acordo com dados do Diagnóstico Sócio Econômico do bairro de Jardim Catarina 2000, SEBRAE/UFF, o “Catarina”, assim chamado pelos seus moradores, se divide geograficamente em duas áreas distintas: o Jardim Catarina Velho e o Jardim Catarina Novo, situado a leste da região metropolitana do Rio de Janeiro e possui 240 mil habitantes.

No Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros em 2008, o Município de São Gonçalo ocupa o 19º lugar no ranking de 200 municípios com o maior número de homicídios na população total em 2002/2006.

Ao retratar os números da população de 15 a 24 anos de idade, São Gonçalo ocupa o 27º lugar em homicídios juvenis, com maior número no ranking de 200 municípios, na população total em 2002/2006. Estes dados são assustadores em virtude da proporcionalidade da população de jovens no município, que representa aproximadamente 20% da população gonçalense nesta faixa etária.

Entre os municípios com maior número de óbitos por armas de fogo em 2006, São Gonçalo ocupa a 15ª posição no ranking de 200 municípios na população total em 2002/2006, com um número de 2.032 mortes.

Embora se tenha falado muito em políticas sociais para a juventude no Estado do Rio de Janeiro, observa-se que o Município, ainda apresenta lacunas de uma política pública efetiva para juventude, afinal percebe-se claramente que ainda existem fendas sociais não abrangidas, pois o número de jovens Gonçalenses que

se encontra em descoesão social, é muito grande, o que os deixa a margem da violência urbana e social.

O alto índice de violência entre jovens de São Gonçalo, especialmente nos bairros do Jardim Catarina e do Salgueiro, fizeram com que o Ministério da Justiça priorizasse esses bairros (loteamentos) como foco prioritário de atendimento no município através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

O Instituto Usina Social buscando atender sua missão, implantou no bairro do Jardim Catarina em janeiro de 2009 o **Projeto Usina da Arte**, que tem como objetivo a capacitação de 150 jovens entre 15 e 24 anos de idade do Bairro de Jardim Catarina – São Gonçalo - que vivem em situação de risco social, por meio de oficinas sócio – culturais e de geração de renda, buscando resgatar a auto – estima. Além de ações de cidadania, que pudessem dar maior visibilidade a esses jovens e encontrasse caminhos para o desenvolvimento cultural local.

CORDEIRO 2009²⁵, afirma que a pobreza veste e reveste os bairros periféricos. É assim que quando o Jardim Catarina não é visto como local de crime aparece como expressão de abandono, promessa de investimentos ou espaço de luta em prol de sua urbanização. E ao tratar da violência e da criminalidade os jovens são alvos certos desta busca incessante de exterminar o crime. E mais uma vez o Jardim Catarina apresenta dados relevantes desta população. Sendo que a população juvenil representa 28,6% do total de moradores com faixa etária entre 15 e 29 anos, onde também é expressivo o fato de que 7% são chefes de família, o que é indicativo da precocidade de ingresso no mercado informal de trabalho e da perpetuação de um baixo nível de escolaridade, dados que aumentam as chances de envolvimento com o crime.

De acordo com o Plano Diretor Municipal Participativo de 2006 o espaço urbano do Município de São Gonçalo se caracteriza por uma paisagem repetitiva

²⁵ CORDEIRO, Denise. Juventude nas Sombras: escola, trabalho e moradia em território de precariedades. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ 2009.

sem marcos visuais importantes, o que dificulta a leitura da cidade por parte de seus usuários. Vale destacar que o ponto de referência visual mais importante do município é o Shopping São Gonçalo, que dista aproximadamente 9 km do bairro do Jardim Catarina, recentemente construído, mas que na verdade se define em realce na paisagem urbana por sua localização (em área mais elevada próximo à entrada do município, na BR 101) e por suas dimensões.

Percebe-se na cidade a descontinuidade da malha urbana, resultante da falta de planejamento do espaço urbano, que, associada à falta de referências visuais contribui ainda mais para a dificuldade de entendimento do ambiente da cidade. A poluição visual é ainda agravada pela falta de cuidado dispensado aos espaços comuns de uso coletivo: vias e praças com posteamento excessivos.

No Jardim Catarina esta situação torna-se cada vez mais agravante em virtude da falta de infra-estrutura básica e de espaços públicos de lazer, pois as praças não apresentam condições adequadas de uso, a maior parte das ruas não tem saneamento básico e nem pavimentação, que além de dificultar o acesso dos moradores não permite que os mesmos utilizem as ruas como espaços públicos para o lazer. Para além de toda a falta de infra-estrutura os moradores do “Catarina” ainda sofrem com as dificuldades de acesso a outros bairros do município, em virtude do déficit do transporte público que acomete o bairro.

A falta da gestão pública no bairro do Jardim Catarina leva a perceber o quanto o descrédito dos moradores com a gestão pública é imensa. Entretanto CORDEIRO 2009, afirma que o Jardim Catarina, como uma configuração social, existe em conexão com os sentidos produzidos pelos seus moradores. Afirma que o lugar Jardim Catarina existe como bairro pelas práticas, pela memória social, pelos relatos de vida produzidos nos fluxos que tecem os movimentos dos jovens e demais moradores para fazerem a vida diante da intensificação do processo de urbanização na cidade, entrecruzando os territórios da precariedade que marcam as suas vidas com as formas de consumo pelo circuito luminoso da cidade e, com

ele, do endividamento. Embora o desgaste do tecido urbano e social dos moradores seja evidente, a autora observa que os jovens pobres do Catarina dão um jeito de sentirem-se incluídos, ainda que precariamente, nas redes de consumo e lazer, nos bailes *funk* do outro lado da cidade, na ida ao trabalho no Rio de Janeiro (se e quando o encontram).

Essas informações geram uma centelha de esperança de resgate da cidadania dos jovens do Catarina.

TAVARES 2008²⁶, defende o conhecimento sobre o local abrindo a perspectiva para se pensar com os respectivos sujeitos e suas singularidades no viver, no habitar, nos modos de uso da cidade, no consumo, nos processos de apropriação e (re) criação do espaço urbano, dentre outras questões.

É pensando nesta proposta de formação crítico – consciente da ocupação dos espaços públicos de lazer que o Instituto Usina Social vem fundamentando suas ações através da implantação e gestão de projetos sociais na área do lazer.

CARLO 1996²⁷, afirma que o lugar é à base de reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. Neste caso, “o ser cidadão” produz-se e revela-se no plano de vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos expressam com os espaços se exprimem todos os dias nos modos de uso, nos espaços banais, no acidental. Enfim, o local é passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. A tríade habitante-identidade-lugar aponta a necessidade de considerarmos o corpo, pois é através dele que homens e mulheres habitam e se apropriam do espaço através de seus modos de uso, isto é, práticas corporais singulares, modos de estar no mundo.

26 TAVARES, Maria Tereza Goudard . Os “pequenos” e a cidade: O papel da escola na construção do direito à cidade. Disponível: <http://www.ffp.uerj.br/tamoios/2008.1/Maria%20Tereza%20Goudard%20Tavares.pdf>. Acesso em 01 Agosto de 2009.

27 CARLO, A.F. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

E é com muito prazer que o Instituto Usina Social abre as cortinas para mostrar um novo cenário. Cenário que torna público o grande celeiro de artistas da Lona Cultural Lídia Maria da Silva, no Jardim Catarina, que encanta quem observa e traz visibilidade para esses jovens. E para os leitores, acadêmicos, estudiosos e interessados, o **Projeto Usina da Arte** apresenta, o perfil sócio econômico e cultural dos jovens do projeto.

UM RELATO DA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DO PROJETO USINA DA ARTE – NA LONA CULTURAL DO JARDIM CATARINA EM SÃO GONÇALO-RJ

Fernanda G. de Oliveira ²⁸

Você deve ser a própria mudança que deseja ver no mundo.

Gandhi

APRESENTAÇÃO

Este ensaio busca relatar a experiência do processo pedagógico aplicado em projetos sociais, em especial do Projeto Usina da Arte, que atua com 150 adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos de idade do bairro de Jardim Catarina – São Gonçalo - que vivem em situação de risco social, por meio de oficinas de Artesanato de Estilo, Capoeira, Contação de História, Dança, História em Quadrinhos, Práticas Circenses e Teatro, buscando resgatar a autoestima e ação de cidadania dos adolescentes e jovens participantes do projeto.

O texto a seguir aborda as modalidades educacionais, para uma melhor compreensão do contexto educacional no qual as atividades do projeto Usina da Arte desenvolveu, seus objetivos, metodologia e avaliação.

A EDUCAÇÃO

Brandão 1981, afirma: ninguém escapa da educação e a mesma se faz presente em todos os momentos de nossas vidas, seja na rua, na família, na igreja, na escola ou no trabalho, todos estamos envolvidos pelo processo educativo. A educação é

²⁸ Psicopedagoga; Docente do curso de pedagogia da UniverCidade; Especialista em Elaboração e Gestão de Projetos Sócio- Esportivos Pela U C B; Pedagoga do Projeto Usina da Arte.

uma parte do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam produzindo cultura em sua sociedade. Mas adverte que a mesma educação que educa pode deseducar. Corremos o risco de fazer o contrário do que pensamos fazer, porque na verdade, a educação pensa que tipo de homem se deseja formar para a sociedade. Porém a educação ela não só pensa o tipo de homem, mas ela ajuda a criá-lo por meio de ideias e crenças. Assim sendo, se faz necessário compreender a sua força e sua ideologia.

Podemos compreender que educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervém no desenvolvimento humano, de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. (Libâneo, 2009. p 30)

Pode-se perceber que o campo educativo é bastante amplo. Desta forma, necessitamos descrever as diferentes modalidades da prática educativa, a fim de possibilitar uma compreensão mais precisa das modalidades educacionais e da sua prática nos projetos sociais, são elas:

Educação informal – Corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas. (Libâneo, 2009 p 31)

Outra característica da educação informal consiste em perceber que a mesma ocorre por meio das relações dos indivíduos e grupos, como por exemplo, família e amigos. As experiências ocorridas não estão vinculadas a nenhuma instituição, não possuem intencionalidade, sistematização e planejamento.

Educação não-formal – seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação.

(Libâneo, 2009 p 31)

Vale ressaltar, que apesar de chamar-se educação não-formal existe uma relação pedagógica de caráter intencional, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, como por exemplo, as atividades realizadas que não necessitam do cumprimento de uma carga horária e dias letivos previstos na legislação de ensino, provas, entre outras. Assim, cabe exemplificar citando que tais atividades são aquelas desenvolvidas em movimentos sociais, Igrejas, trabalhos comunitários, ONGs, atividades de animação cultural, etc.

Educação formal – compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional, institucionalizada, estruturada, sistemática. (Libâneo, 2009 p 31)

Entretanto, a educação formal não é apenas aquela que ocorre na escola. O termo formal refere-se a tudo o que implica uma forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo como algo se configura, isto implica dizer que existe educação intencional.

PEDAGOGIA, PRÁTICA PEDAGÓGICA E PROJETOS SOCIAIS

Ainda hoje é comum haver equívocos quanto ao conceito de pedagogia, a formação deste profissional e sua atuação. Porém, apesar deste ensaio não ter como objeto principal a discussão do profissional de educação, vale a pena abordar, mesmo que superficialmente, um pouco da sua história e formação visando esclarecer seu papel e sua atuação na sociedade contemporânea e, sobretudo, em projetos sociais.

Segundo Ghiraldelli (1991), diz que historicamente, na Grécia antiga, o escravo pedagogo tinha como tarefa conduzir crianças e jovens ao local de ensino, onde receberiam a instrução de seus preceptores. Assim, a missão dos pedagogos era

apenas conduzir, mas não instruir. Posteriormente, com a invasão de Roma é que os gregos tornaram-se escravos, e nesse caso, cabia-lhes não só a responsabilidade de conduzir, mas também de instruir visto que possuíam uma cultura superior à dos seus dominadores.

Sendo assim, para o senso comum, pedagogia possui relação direta com o conceito de condução da criança ao conhecimento ou com atividades ligadas ao magistério de uma maneira geral.

Alguns estudiosos, entre eles Libâneo, buscam explicitar a natureza e a identidade da pedagogia e do pedagogo na contemporaneidade. Assim, hoje podemos compreender que pedagogia é, antes de tudo, um campo científico, não um curso. O curso que lhe corresponde é o que forma o investigador da educação e o profissional que realiza tarefas educativas, seja ele docente ou não diretamente docente. (...) Disso decorre que a base da formação de educadores não é a docência, mas a formação pedagógica. A docência é uma das modalidades de trabalho pedagógico. A formação de educadores extrapola, pois, o âmbito escolar formal, abrangendo também as esferas da educação não-formal. (Libâneo, 2006: p 60,61)

De acordo com o texto acima, está claro que a atuação do pedagogo se faz nas diferentes instâncias educacionais. Ao se tratar de projetos sociais a instância educacional de atuação é a não-formal. Assim sendo, o mesmo na sua prática educativa não deve reproduzir os conteúdos e práticas escolares, mas compreender que a sua atuação funciona como articulador da educação formal com a educação não-formal, além de promover o diálogo entre todos os atores envolvidos no projeto. Assim, o pedagogo deve buscar técnicas, mecanismos e intervenções que sejam capazes de modificar os indicadores previstos no projeto o qual está atuando, visando também o desenvolvimento da formação humana. Sendo assim, o trabalho pedagógico deve buscar alcançar resultados quantitativos (indicadores) e qualitativos (formação humana).

Muitas são as dificuldades encontradas pelo profissional de pedagogia na sua atuação em projetos sociais. Identifica-se que existem três pontos fundamentais que acentuam as dificuldades:

- 1) Refere-se ao pequeno número de trabalhos sistematizados no campo da pedagogia social;
- 2) Refere-se à práxis dos projetos sociais que ainda operam com baixa estruturação nos níveis estratégico, tático e operacional;
- 3) Refere-se à dificuldade encontrada pelos educadores na sistematização das atividades, assim como na aplicação de instrumentos de avaliação.

A Nossa Realidade

Relataremos a seguir, de modo sucinto, as experiências pedagógicas ocorridas no decorrer da implantação do projeto Usina da Arte, especificamente na construção do processo pedagógico das oficinas de Artesanato de estilo, Capoeira, Contação de História, Dança, História em Quadrinhos, Prática Circense e Teatro. Ao serem inquiridos sobre os objetivos específicos de suas atividades, pode-se perceber que dentro das suas peculiaridades foi unanime um objetivo: *“Desenvolver habilidades culturais por meio das oficinas resgatando a autoestima exercitando o espírito crítico e a cidadania dos jovens em situação de risco social”*.

Assim pode-se perceber que além do desenvolvimento das habilidades os educadores, preocupam-se com o desenvolvimento sócioemocional do público-beneficiário.

Quanto à estruturação do cenário técnico pedagógico no projeto Usina da Arte, a experiência não foi a das mais positivas, visto que, a presença do pedagogo e as diretrizes técnicas implantadas, foram vistas como fato sem relevância para suas atividades fins.

Foi observada certa barreira para a gestão do processo pedagógico, desde a

elaboração dos planejamentos de maneira tecnicamente instruída até a aplicação dos instrumentos de avaliação.

No entanto, alguns procedimentos foram acionados a fim de amenizar estes percalços. Ente eles as reuniões pedagógicas periódicas, visando um melhor esclarecimento das intervenções educacionais como um todo.

Acredita-se que este comportamento de “rejeição” é uma questão cultural dos projetos sociais, haja vista, que não é corriqueira a presença de pedagogo em projetos socioculturais.

Percebe-se que é preciso criar uma cultura inovadora nos projetos sociais no que se refere às questões pedagógicas, dissociando a imagem deste personagem da visão escolar, ou seja, da educação formal.

De acordo com o cenário descrito, não é de surpreender que hoje exista uma grande preocupação com a profissionalização do Terceiro Setor. Além, de promover uma integração entre os profissionais da área técnica com a área administrativa.

Conhecendo a metodologia

Para Choen (2004), a razão essencial do projeto social é produzir mudanças em alguma parcela da realidade. Sendo assim, o processo educacional deve ser estudado, planejado e analisado de forma a atender efetivamente o público beneficiário em suas necessidades.

Quando falamos de educação esta preocupação se faz presente, na medida em que (como citado acima), a educação por possuir crenças e ideologias pode atender aos interesses da classe dominante sem favorecer a transformação social.

Assim, o trabalho pedagógico realizado preocupou-se em escolher um referencial teórico que fosse norteador das atividades realizadas e por acreditar que o indivíduo é um ser integrado, integral, contextualizado e singular que

promove interações constantes em seu meio. Desta forma, optamos pela proposta sociointeracionista, tendo nas ideias de Paulo Freire nosso embasamento teórico, sem perder de vista as contribuições de Piaget e Vigotsky.

Esta proposta foi desenhada dentro do conceito de interdisciplinaridade aqui desenvolvida por meio do **tema gerador** que está ligado à concepção freireana. Pois, tem como princípio metodológico a promoção de uma aprendizagem global, não fragmentada que considera a realidade do educando e suas aprendizagens.

O tema gerador foi subdividido em palavras geradoras, ou seja, palavras que estão ligadas ao tema em função da relação social que o sustenta, assim como norteador pelo interesse dos educandos.

Desta forma, o tema gerador trabalhado foi: **“O Estatuto da Criança e do Adolescente: O despertar do diálogo através da experiência”**; dando origem as seguintes palavras geradoras. **“O despertar do diálogo através da identidade, da saúde e da cidadania”**.

A proposta pedagógica privilegia a capacitação continuada, acreditando na construção coletiva do saber. Desta forma, vários encontros foram realizados abordando temas que fossem agregar conhecimento teórico na prática educativa. Os conteúdos tiveram relação com temas referentes à elaboração de planejamento, metodologia, avaliação, entre outros assuntos da área educacional e afins. Diante dessa capacitação, realizamos no início do projeto, uma avaliação diagnóstica que nos forneceu informações sobre a realidade dos educandos, suas aspirações, dificuldades, temas de interesse, etc. O processo avaliativo se deu de forma global e sistêmica, como descreveremos mais adiante.

EXPLORANDO A AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser entendida como algo contínuo e necessário para indicar um sistema de controle de qualidade pelo qual se pode determinar a cada passo, se

está sendo eficaz ou não, e caso não esteja, indica que mudanças devem ser feitas assegurando sua eficácia antes que não se possa reverter à situação. Portanto, avaliar é a habilidade de comparar resultados verificando se aquilo que foi planejado está sendo alcançado.

Segundo Cohen (2004, p. 73), a avaliação não deve ser concebida como uma atividade isolada e autosuficiente. Ela faz parte do processo de planejamento da política social, gerando uma retroalimentação que permite escolher entre diversos projetos de acordo sua eficácia e eficiência. Também analisa resultados obtidos por esses projetos, criando a possibilidade de retificar as ações e reorientá-las em direção ao fim postulado.

Sendo assim, o processo avaliativo deve acontecer em todos os níveis do projeto e das atividades realizadas. No tocante ao trabalho pedagógico o mesmo acontece em nível global e sistêmico, isto é, tanto na participação e aprendizagem dos educandos, quanto ao desempenho dos educadores, fornecendo-lhes os instrumentos e intervenções adequados para a melhoria do processo ensino aprendizagem do público beneficiário.

O projeto Usina da Arte contempla essa forma contínua da avaliação, programando três, momentos desse processo.

Para tal, a primeira avaliação é denominada diagnóstica. A avaliação diagnóstica, aqui renomeada de “*conexão diagnóstica*”, buscou criar uma maior identidade com o mundo cultural, assim como, todos os demais instrumentos de avaliação utilizados no projeto.

A *conexão diagnóstica* foi realizada no início das atividades, com a intenção de constatar se os educandos apresentam o domínio dos pré-requisitos necessários, isto é, se existem os conhecimentos e habilidades necessárias para a construção das novas aprendizagens.

A *mesma* se fez necessária, para identificar o perfil de aprendizagem do educando e conhecer suas necessidades de forma global. Este procedimento

possibilitou minimizar a posterior troca de oficinas, assim como, a desmotivação do educando em estar inserido numa atividade que “descobriu que não era bem aquilo”. Realizando tal atividade, o processo pedagógico contribuiu para o alcance da eficácia e eficiência do projeto otimizando os recursos utilizados.

Ao aplicar o instrumento de conexão diagnóstica observou-se os seguintes resultados:

Os testes de habilidades e observação foram as técnicas mais utilizada pelos educadores para preencher o instrumento.

Ao avaliar os domínios das técnicas e conceitos básicos para a realização da oficina, verificou-se que existe uma heterogeneidade entre as oficinas, pois 42% da amostra demonstram autonomia e compreensão e 31% da amostra necessitam de ajuda constante para trabalhar e compreender. O que é bastante pertinente tratando-se de uma avaliação diagnóstica, pois existe um grupo de educandos que já vivenciaram experiências anteriores, enquanto outro grupo ainda está desenvolvendo certas habilidades.

Ao avaliar os critérios: *prazer na realização das tarefas propostas; Participação das atividades propostas e demonstra atitudes de cooperação*; verificou-se que existe uma homogeneidade entre as oficinas, visto que 61%; 66% e 54% respectivamente da amostra demonstram autonomia e compreensão.

Juntamente com avaliação diagnóstica, foi realizado o levantamento do perfil sócioeducacional e cultural do público beneficiário.

Ao aplicar o questionário do perfil socioeducacional e cultural dos adolescentes e jovens foi possível avaliar a rotina da vida escolar dos beneficiários do projeto. Sendo assim, observou-se que 50% da amostra estão cursando o ensino fundamental e 38% o ensino médio. Sendo que 52% estudam no turno da manhã, o que justifica o maior número de oficinas no período da tarde. E 63% da amostra são oriundos da rede estadual de ensino e 56% da amostra vão a pé para escola.

Ao avaliar a percepção dos educandos sobre a sua escola, verificou-se que

96% da amostra gostam da sua escola. 27% da amostra declaram que o ensino é o ponto positivo da sua escola e com 28% os relacionamentos com os funcionários foi eleito o ponto negativo.

Ao avaliar a percepção dos educandos sobre o nível de aprendizagem verificou-se que 49% da amostra apresentam dificuldade na disciplina de matemática e 61% julgam que a causa dessa dificuldade relaciona-se com a dificuldade no aprendizado. Já 18% da amostra apresentam facilidade na disciplina de ciências e 68% acreditam que essas facilidades acontecem em virtude do interesse pelo assunto. No entanto, 78% da amostra acreditam não ter nenhum problema de aprendizado.

Com relação à reprovação do público beneficiário, observou-se que 67% da amostra já ficaram reprovados alguma vez, sendo o 6º ano do ensino fundamental o de maior índice, com 28% de reprovação da nossa amostra. E a maior causa da reprovação está associada ao índice de frequência dos alunos representando 34% da amostra. Acredita-se que este índice de reprovação acontece em função das mudanças que acontecem com os educandos neste ano de transição escolar.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Do exposto conclui-se que a educação oferecida em projetos sociais é a educação não-formal que deve não substituir a educação formal, mas complementá-la para que cada indivíduo possa receber uma educação de tempo integral. Além disso, podemos entender que educação informal, não-formal e formal interagem de forma contínua na vida de cada indivíduo. Embora sejam distintas, as mesmas não devem ser consideradas de forma isolada, mas compreendidas de forma global e sistêmica que influenciam diretamente o sujeito na sua forma de viver e de entender o mundo.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelos educadores, se faz necessário registrar que muitas vezes os mesmos possuem dificuldade de compreender que o

processo educacional deve ser (sempre) intencional visando romper o status quo. E que o seu papel é de fundamental importância na construção de uma postura crítica e cidadã.

De uma maneira geral, para os envolvidos nos projetos sociais o fato de ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos é o suficiente para promover a inclusão social dos mesmos ou afastá-los de atividades marginais. Isso sem contar com aquela visão messiânica em acreditar que o projeto social é o “salvador”. Desta forma, fazem da sua atuação e atribuem ao projeto social uma visão simplista e reducionista deste espaço de transformação que a sociedade civil organizada vem conquistando.

É bem verdade, que diante de algumas manchetes de jornal que revelam notícias relacionadas ao mau uso dos recursos financeiros nos fazem refletir quanto à eficácia e eficiência das ONGs. Contudo, para aqueles que acreditam efetivamente em sua atuação, que o fazem com amor, determinação, respeito, ética e comprometimento a transformação social é possível. Talvez assim, possamos ter uma sociedade melhor e mais justa para todos.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues *O que é educação*. 28 ed. São Paulo, Ed Brasiliense, 1993
- CHOEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliações de projetos sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 – Coleção Educação e comunicação vol.1
- GHIRALDELLI, Paulo. *O que é pedagogia*. 6 ed. São Paulo, Ed Brasiliense, 1991
- LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê*. 11ª ed. São Paulo, Cortez, 2009.
- PIMENTA, Selma Garrido *Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006
- TENÓRIO, Fernando G. *Gestão de ONGs: Principais Funções Gerenciais*, org. 9 ed. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2005.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

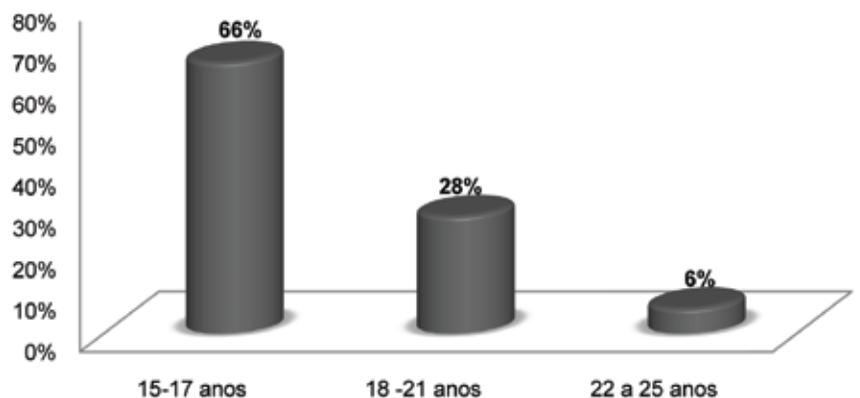
Os dados a seguir foram registrados através das entrevistas sociais realizada pelo núcleo social do projeto Usina da Arte. Esse núcleo é formado por assistente social, psicóloga e pedagoga que mapearam o perfil socioeconômico e cultural dos beneficiários.

Nossa amostra foi composta de 67 entrevistas, em um universo de 150 jovens entre 15 a 24 anos idade, de ambos os sexos, todos beneficiários do Projeto Usina da Arte.

Vale destacar que não foi possível realizar as entrevistas com todo o universo de jovens que frequentaram o projeto, em virtude da ausência dos responsáveis para as entrevistas.

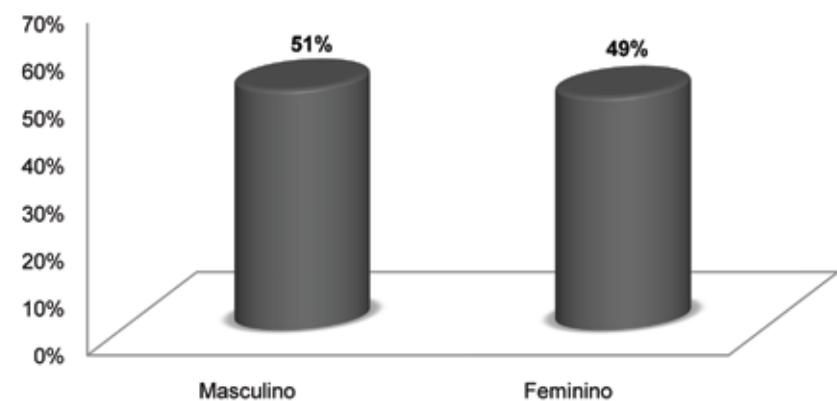
A faixa etária pesquisada se limitou a faixa prioritária pelo PRONASCI.

IDADE DOS PARTICIPANTES



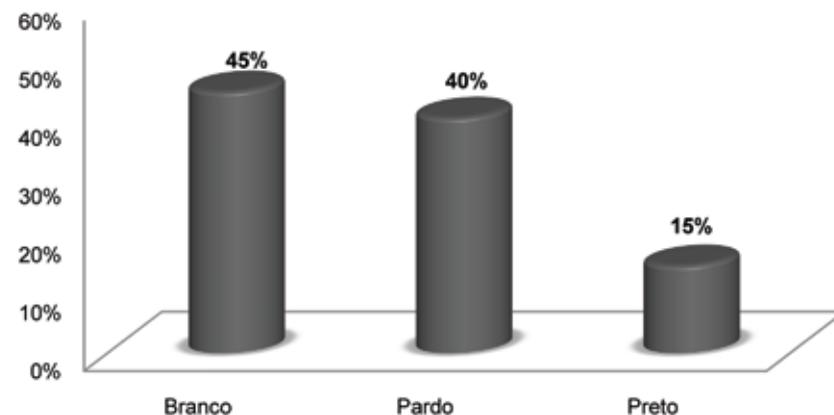
No aspecto do gênero, verificou-se que a população da amostra apresenta uma homogeneidade.

SEXO



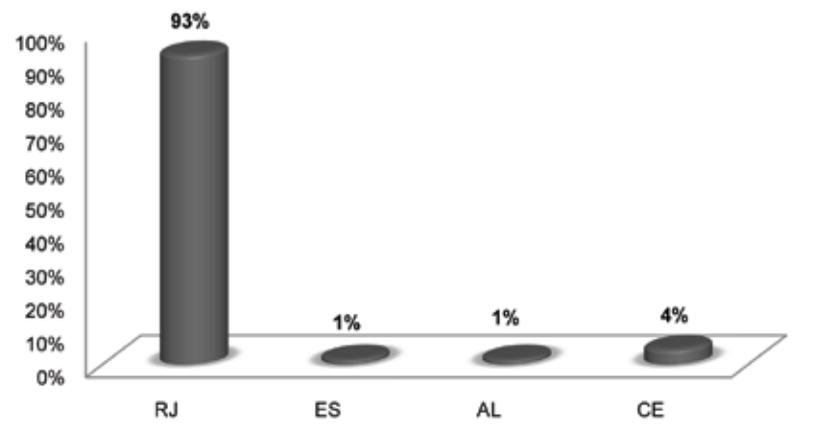
Quanto à raça utilizamos como parâmetro o IBGE, onde os critérios de cor são definidos como: branco, pardo e preto. Os entrevistados responderam a essa pergunta sem total clareza na informação.

COR



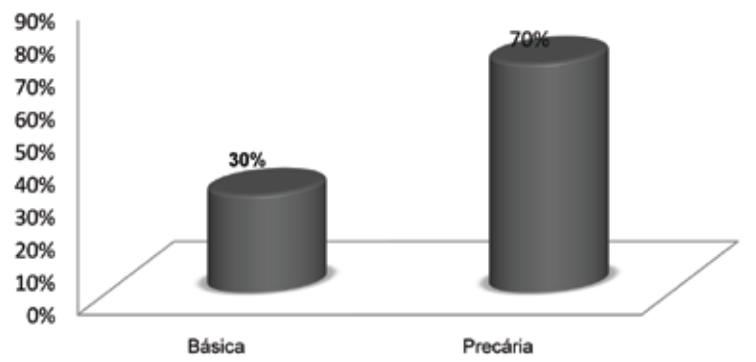
A maior parte dos jovens é natural do Estado do Rio de Janeiro.

NATURALIDADE



A situação habitacional foi classificada em condições de habitação básica e precária²⁹. Muitos ao dizerem que possuíam água encanada se referiam a poço artesiano, os que dizem ter coleta de lixo ressaltam que não é realizada com assiduidade.

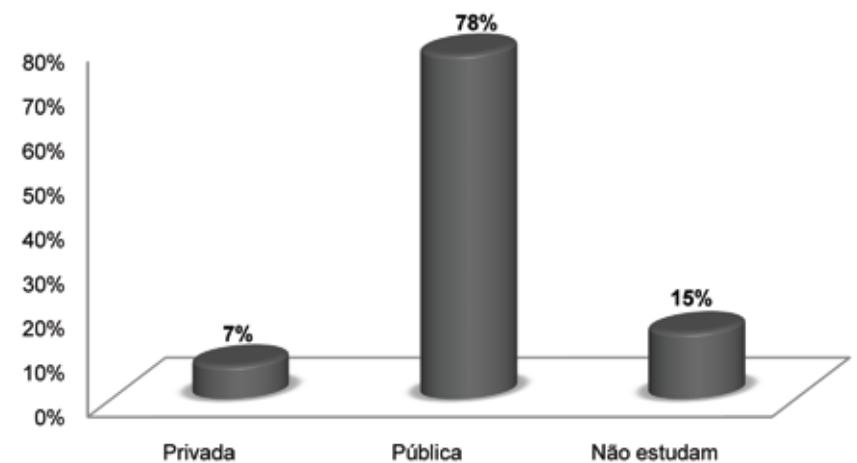
CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO



²⁹ Consideramos por precária a ausência de um, ou mais, requisitos necessários à infra-estrutura básica (ausência de pavimentação, rede de esgoto, água e/ou iluminação deficitária).

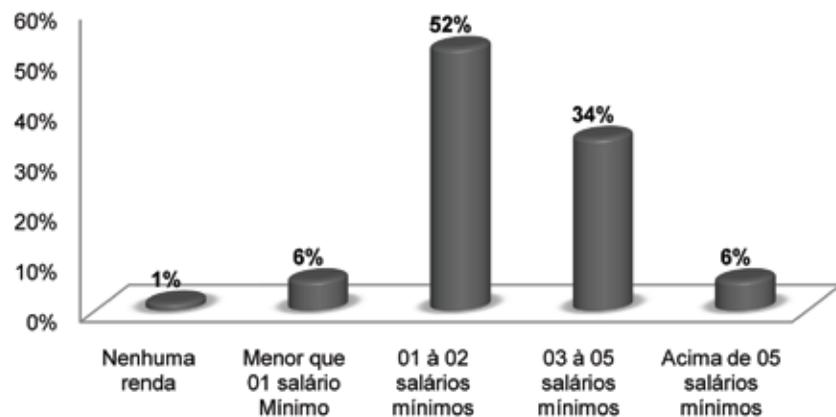
Outro aspecto que merece destaque é que 78% dos jovens são oriundos da rede pública de ensino e que em função da faixa etária regular, os jovens do projeto apresentam uma distorção série/idade, que foi justificada pela necessidade de contribuir na renda da família, cuidar de irmãos, falta de interesse e dificuldade de aprendizado.

REDE DE ENSINO E ESCOLARIDADE



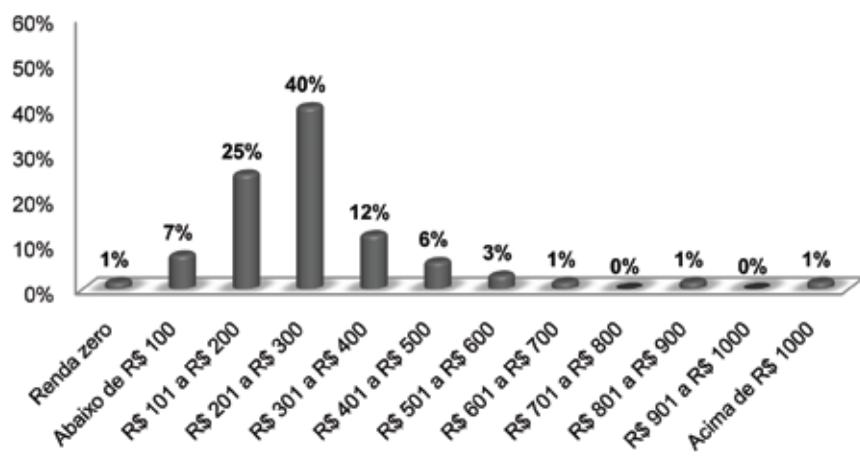
O perfil econômico dos beneficiários demonstrou que 59% apresentam renda familiar abaixo da média do município. A média da renda familiar do município é 2,5 salários mínimos, dados do sítio eletrônico da prefeitura.

RENDA FAMILIAR



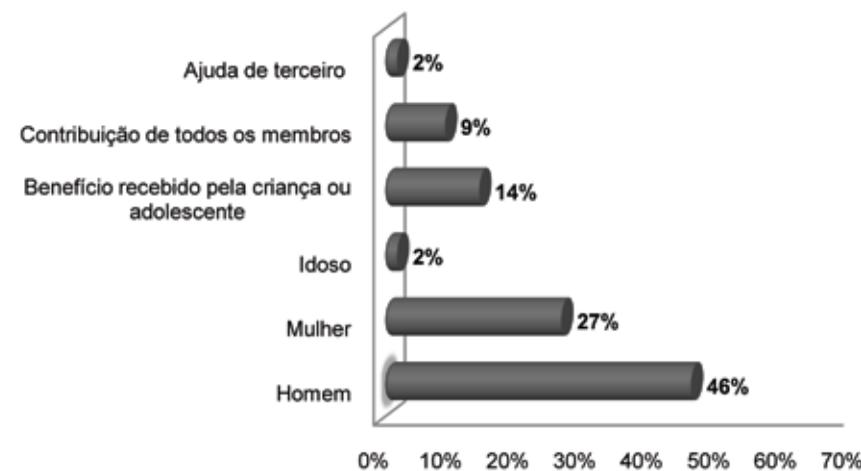
Ao avaliar a renda per capita da amostra, verifica-se que 25% dos beneficiários do projeto estão enquadrados na renda per capita do município. Dados encontrados no sítio eletrônico da prefeitura Municipal de São Gonçalo revelam que a renda per capita é de R\$144,00, esse valor representa 31% do valor do salário mínimo nacional vigente (R\$465,00 fonte: ministério do trabalho).

RENDA PER CAPTA



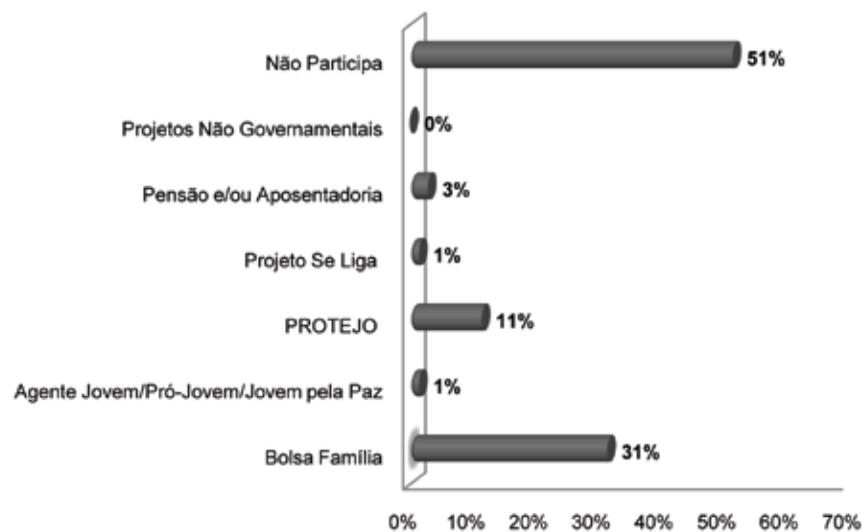
A situação ocupacional dos usuários não difere da realidade da maioria dos municípios brasileiros. A responsabilidade de manter a família financeiramente, segundo os dados obtidos – objeto de trabalho do Serviço Social – reafirma nossa herança histórica da cultura patriarcal e a permanência das mulheres desempenhando o papel de donas de casa e zeladoras dos filhos enquanto os homens geram a renda da família. Avançando na análise da questão social, essa situação reflete os índices da baixa escolarização. Outro dado importante e curioso é que a maioria das mulheres que geram renda, o fazem informalmente e não tem um vínculo formal de trabalho e, portanto não são reconhecidas como responsáveis financeiras pela renda familiar. Entretanto sabemos que os núcleos familiares na maioria das vezes são formados pela mãe, pelas avós e pelos filhos com total ausência da figura paterna.

RESPONSÁVEL FINANCEIRO PELA FAMÍLIA



Em relação à participação dos beneficiários em programas e projetos de políticas públicas, observou-se que 50% da amostra não participam de outros programas e projetos.

PARTICIPA DE OUTROS PROJETOS OU PROGRAMAS SOCIAIS

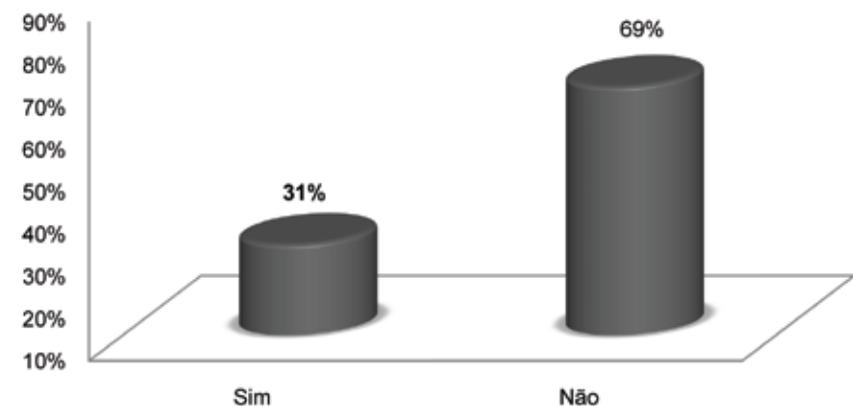


Ao coletar informações sobre a violência, observou-se que durante as entrevistas alguns responsáveis repreendiam a colocação de fatos violentos vivenciados pelos jovens. Os dados coletados são expressivos quando observamos que os tipos de violência mais praticados são de características familiares. Estes dados são corroborados quando avaliamos o(s) autor (es) da violência. Constatou-se que 50% dos autores encontram-se dentro do núcleo familiar (pai, mãe, padrasto e madrasta).

HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

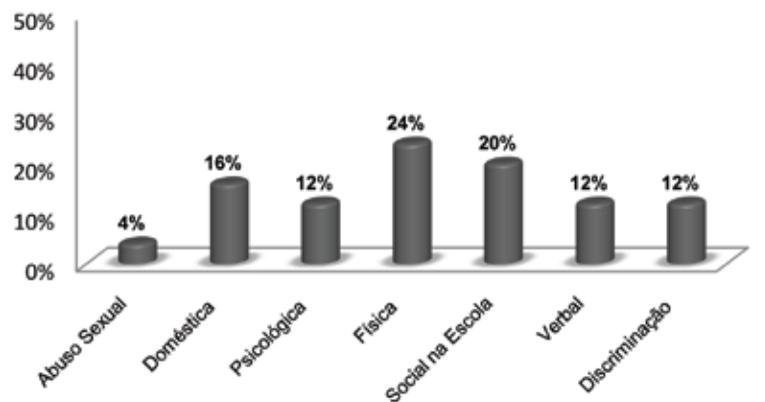
Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação socio-cultural e uma situação social. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos.

(Groppo, 2000)³⁰.

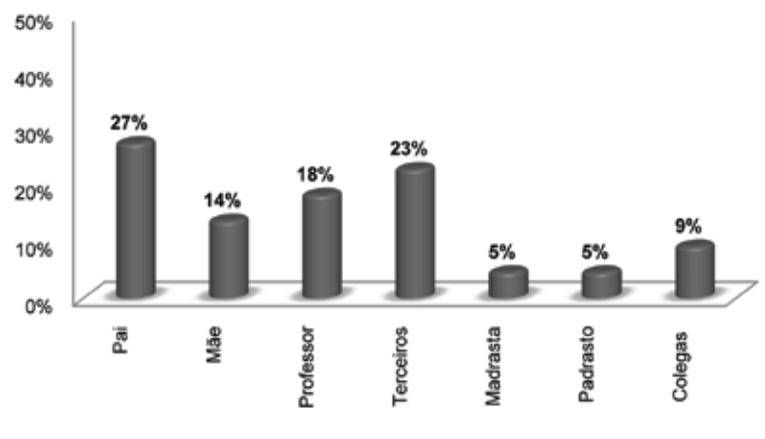


³⁰ GROPPA, Luis Antonio. Juventude: ensaio sobre sociologia e história das juventudes Modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

TIPO DE VIOLÊNCIA



AUTOR DA VIOLÊNCIA

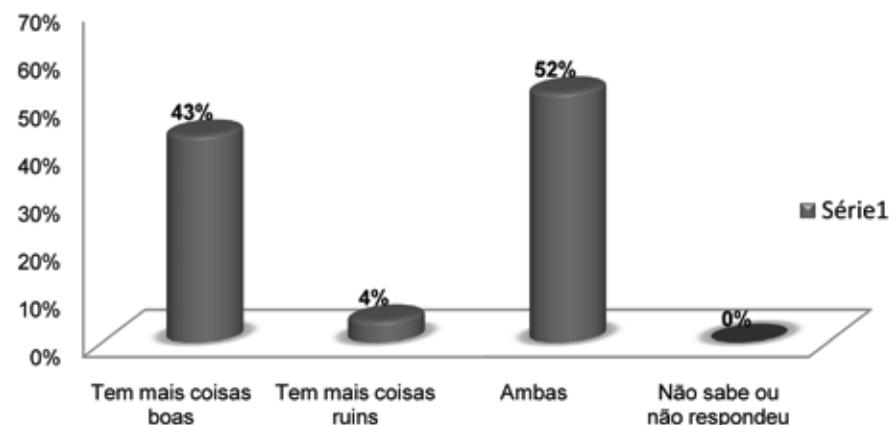


De acordo com o conceito apresentado, a equipe do projeto Usina da Arte, mapeou os comportamentos e atitudes desses jovens. Foi aplicado um questionário e realizada entrevista com base em informações socioculturais com o objetivo de percepção do olhar desses jovens e sua visão de mundo.

Ao investigarmos o olhar para o que é ser jovem e que aspectos são relevantes, percebemos que aproximadamente 50% apresentam uma dicotomia entre o bom

e o ruim. No entanto, as questões positivas se sobrepõem as negativas.

HÁ MAIS COISAS BOAS OU RUINS EM SER JOVEM

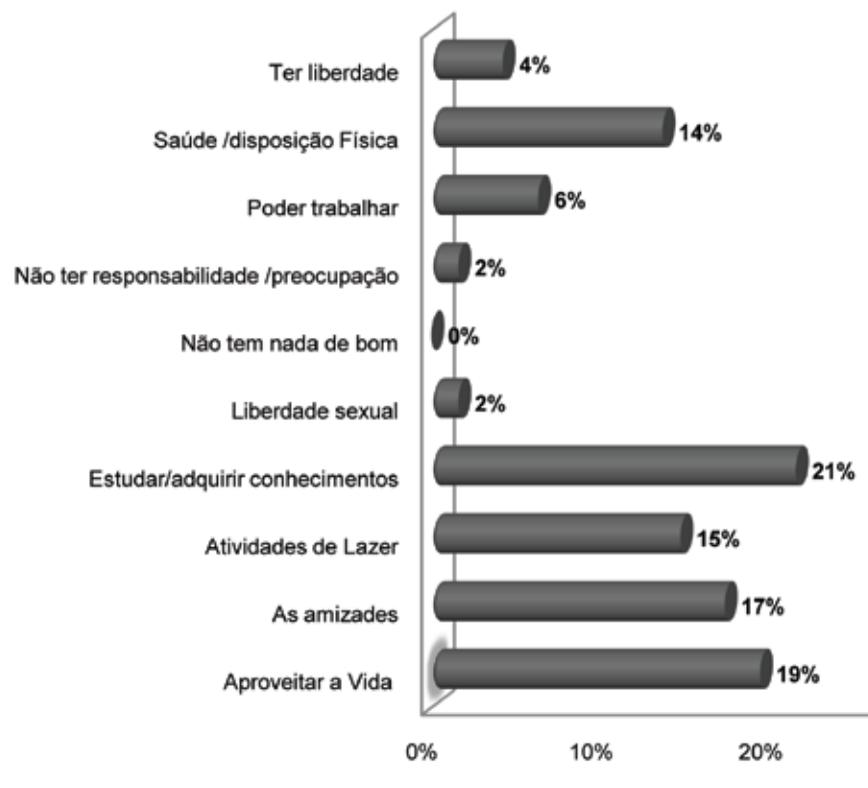


Ao interrogarmos sobre as melhores coisas em ser jovem, verifica-se que a capacidade de aquisição de conhecimentos através do estudo merece um destaque sobre as demais percepções. É importante destacar que o estudar e adquirir conhecimento nesse caso não se refere exclusivamente a educação formal, ou seja, a escola, mas, sobretudo a capacidade de aprender e o desejo de experimentar o novo. Nesse sentido cabe ressaltar que a educação formal precisa rever metodologias e instrumentos na transmissão do conhecimento. A revolução tecnológica ampliou a nossa capacidade, imprimiu velocidade e a escola precisa exercitar essa nova dinâmica para acompanhar e despertar o interesse da juventude.

“Ninguém nasce aluno, mas se torna aluno, e construir esse ofício é função da escola”.

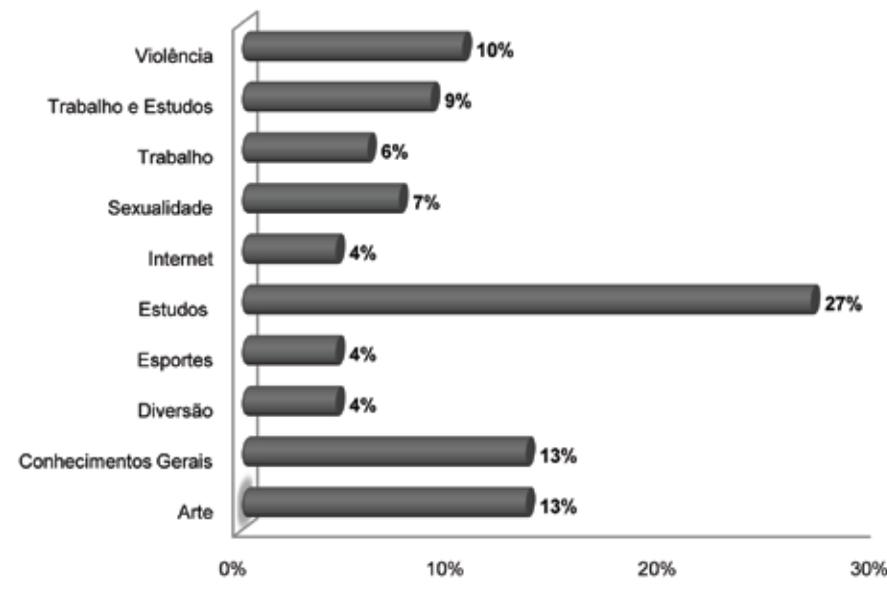
(Marília Sposito)³¹

³¹ Professora da Faculdade de Educação da USP.

MELHORES COISA DE SER JOVEM E PIORES COISA DE SER JOVEM

O que desperta o interesse é o estudo como caminho para a formação profissional. A relevância do tema, formação profissional, sinaliza a angústia de ingressar no mundo adulto, e principalmente, remete a capacidade e possibilidade de gerar renda com relativa autonomia e de forma satisfatória aos padrões sociais.

No campo cultural a angústia se torna maior, pois a representação difundida em sociedade é que viver da cultura não traz realização profissional e possibilidade efetivas de geração de renda.

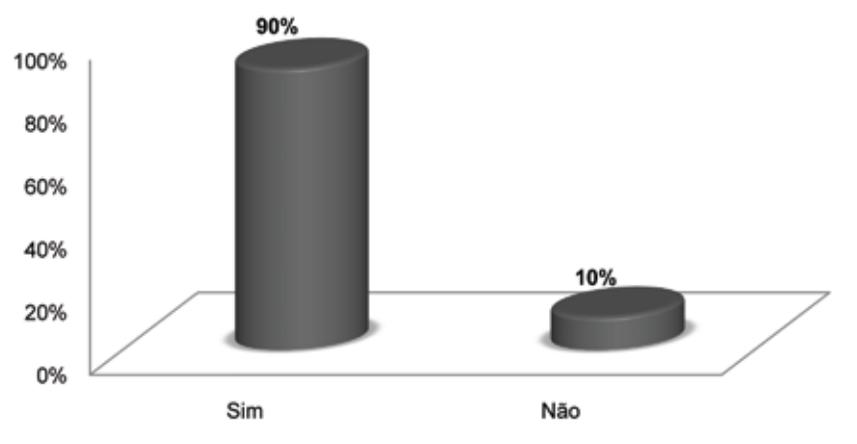
ASSUNTOS QUE MAIS INTERESSAM ATUALMENTE

A linguagem simbólica e o trabalho constituem, assim, os parâmetros mais importantes para distinguir o homem dos animais. O homem é transformador da natureza e o resultado dessa transformação se chama cultura. Mas para produzir cultura o homem precisa da linguagem simbólica. Os símbolos são invenções humanas por meio das quais o homem pode lidar abstratamente com o mundo que o cerca. Depois de criados, entretanto, eles devem ser aceitos por todo o grupo e se tornam a convenção que permite o diálogo e o entendimento do discurso do outro.

(Chauí, Marilena³²)

32 CHAUI, Marilena Cultura e Trabalho. 2008. Disponível em :http://www.lixoextraordinario.com.br/site/index.php/papel/filosofia_real/o_western_uma_introducao_ao_estudo_do_genero_e_do_heroi - . Acesso em 01 Agosto de 2009

VOCÊ ACHA QUE O JOVEM PODE MUDAR O MUNDO



A condição humana é de ambigüidade porque o homem é o que a tradição cultural quer que ele seja e também a constante tentativa de ruptura dessa tradição. Assim a sociedade humana surge porque o homem é capaz de criar interdições, isto é, proibições, normas que definem o que pode e o que não pode ser feito. No entanto, o homem é também um ser necessitado de transgressões, de desobediências que rejeitam fórmulas antigas e ultrapassadas para instalar novas normas, mais adequadas às necessidades humanas diante dos problemas colocados pela existência.

(Chauí, Marilena)

Nesse sentido o jovem tem um papel fundamental, pois a necessidade de transgredir é um estado de espírito que acompanha a juventude e projeta as ideias do campo imaginário para o mundo real, em movimento constante e transformador.

O QUE FARIA PARA MUDAR O MUNDO



O tema da violência nos atinge em cheio, porque o jovem não pode, nem tampouco merece, ser causador ou vítima da violência.

Observa-se, no “Mapa da Violência”, que fatores de diversas ordens influenciam o destino de milhares de jovens, mas que alguns desses fatores parecem ter papel mais marcante: a pobreza; as crescentes dificuldades de inserção no mundo do trabalho; os problemas da escolarização e do preparo profissional; a falta de perspectivas; a cartelização expansiva da delinquência e da droga; os diversos conflitos e violências (raciais, étnicas, econômicas etc.) no mundo; a impunidade e a perda de confiança na efetividade do sistema jurídico; os vazios e conflitos da democracia e dos partidos políticos, o difícil acesso à cultura, todos esses fatores levam a um profundo desinteresse.

Na pesquisa verificamos que para esses jovens o caminho para acabar com a violência passa pela educação. Maior escolarização, maiores oportunidades no mercado de trabalho.

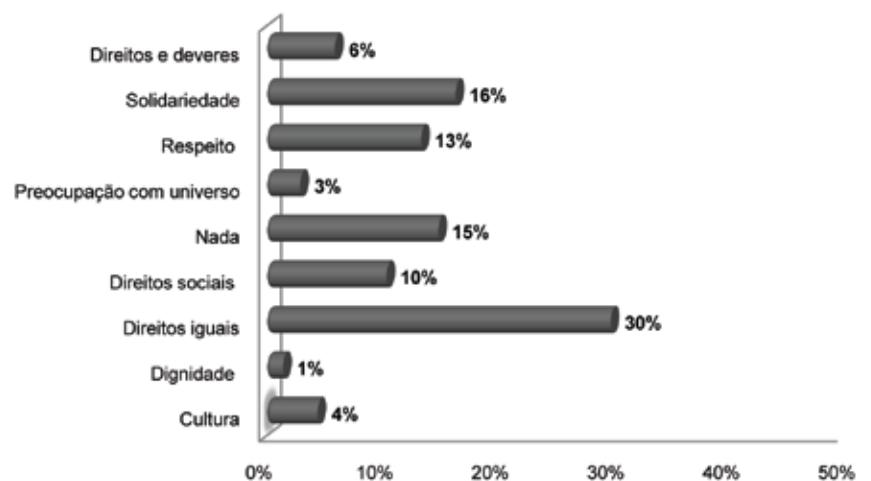
Outro dado importante refere-se ao modo como este tema aparece comumente associado a outros, principalmente: desemprego, má distribuição de renda, desigualdade social, drogas, falta de oportunidades e educação, aparecendo numa relação direta de causa e efeito. Assim, a pobreza e a falta

de oportunidade são traduzidas, por grande parte dos jovens, como via direta para o envolvimento em situações de violência.

O trabalho está entre as preocupações que aparecem em diversos estudos, ou seja, a incerteza e a apreensão com a obtenção do primeiro emprego e a falta de oportunidade no mercado é uma constante na vida dos jovens, especialmente, daqueles dos setores populares que desde muito cedo sofrem as pressões para a inserção no mundo do trabalho.

A educação, sobretudo a escolar, é vista como passaporte para um “futuro mais estável”. Destemodo, considerando que tais jovens são oriundos predominantemente da escola pública, medidas voltadas para a melhoria da qualidade e do acesso a essa instituição, sobretudo às do nível médio, são imprescindíveis.

QUANDO OUVEM FALAR EM CIDADANIA QUAL A PRIMEIRA COISA QUE VEM A CABEÇA

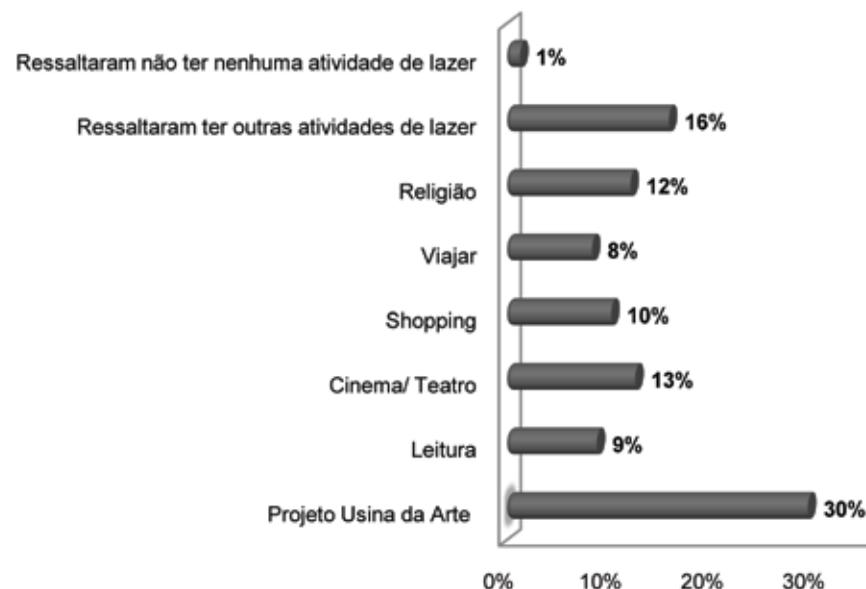


Nesse contexto, o que se evidencia é que a consciência de direitos para os jovens é imediatamente percebida no plano da “questão social” do que na esfera dos direitos relacionados com a vida cívica e as liberdades fundamentais.

É interessante que na continuação do projeto existam métodos que direcionem a ampliação da consciência dos direitos.

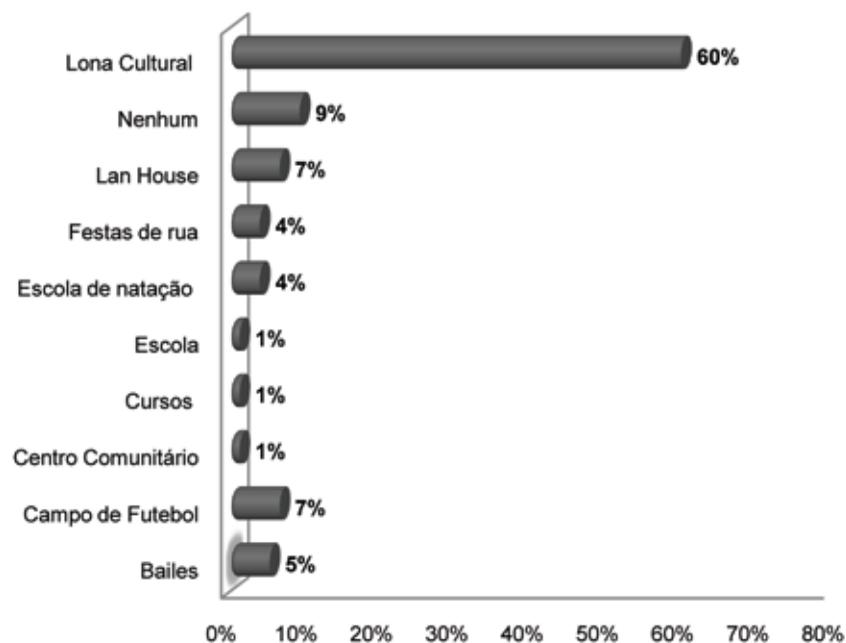
As entrevistas evidenciaram a disposição dos jovens do projeto em pensar sobre os problemas que afetam a população e, mais diretamente, a juventude do país.

ATIVIDADES DE LAZER



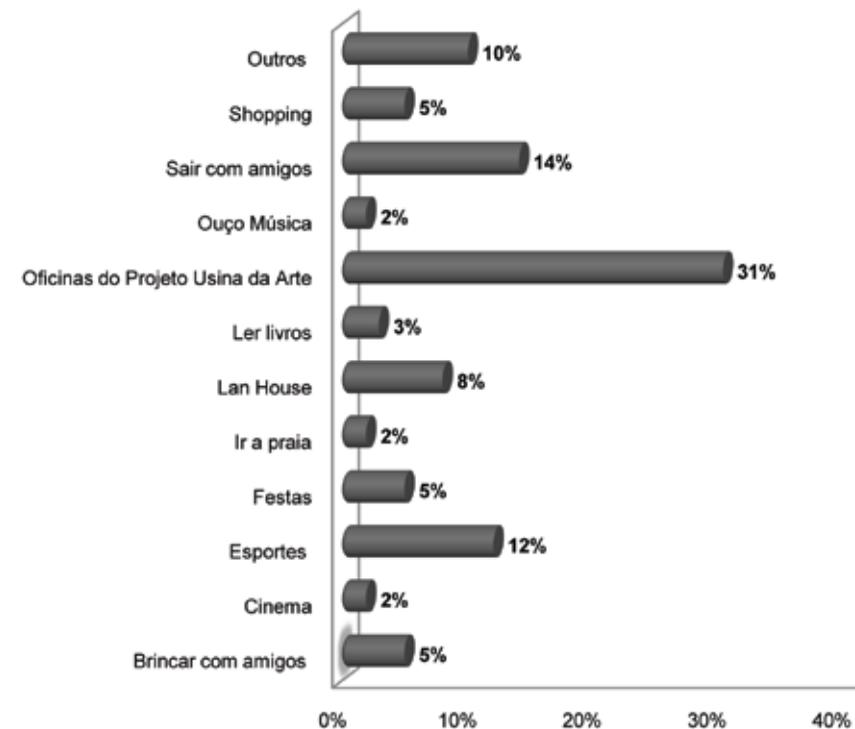
Os equipamentos de lazer e cultura no bairro do Jardim Catarina são extremamente escassos, considerando o número de habitantes. A Lona Cultural Lídia Maria da Silva é o único espaço para apresentação de espetáculos, sessões de cinema, atividades das oficinas e encontro desses jovens.

ESPAÇOS DE LAZER NO BAIRRO DE JARDIM CATARINA



É importante destacar a relevância do projeto Usina da Arte na localidade, os jovens reconhecem que as oficinas realizadas e os espetáculos resultantes dessa aprendizagem se constituem como o único lazer disponível gratuitamente e que além dos objetivos de formação resultam nos momentos mais prazerosos.

O QUE VOCÊ FAZ PARA SE DIVERTIR



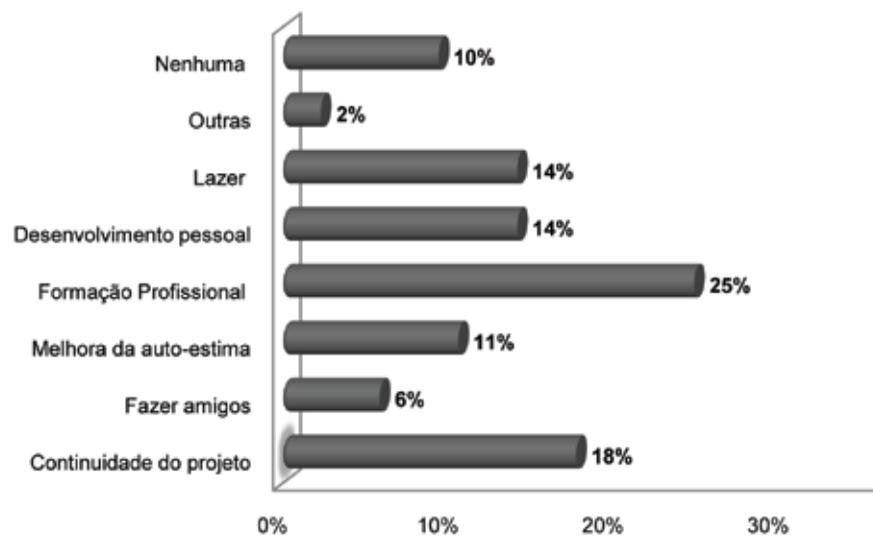
Um dos grandes entraves ao acesso a bens culturais é o custo envolvido na frequência às salas de cinema, teatros, casas de espetáculos musicais ou o custo de deslocamento até o local onde está sendo realizado o espetáculo.

Por um lado os jovens solicitam a descentralização da oferta de oportunidades de eventos e espaços culturais, mas de outro lado sugerem a extensão do Riocard para que possam circular pela cidade, em direção aos espaços em que esses bens estão disponíveis. Nessas falas, encontramos a questão do direito à cidade, principalmente por se tratarem de jovens das camadas populares e que tem pouquíssimas oportunidades de circular.

O projeto Usina da Arte levou 100 jovens do projeto a Bienal do Livro no Riocentro. A experiência para eles foi ímpar, a maioria dos jovens nunca tinha saído de São Gonçalo.

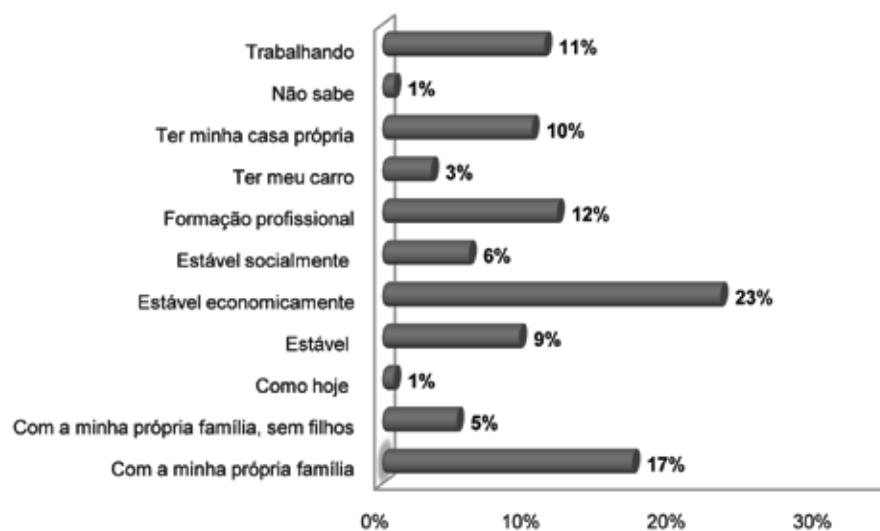
As expectativas com o projeto Usina da Arte em relação às oficinas desenvolvidas é que possam fazer arte e gerar renda.

EXPECTATIVAS QUANTO AO PROJETO USINA DA ARTE



COMO VOCÊ PRETENDE QUE A SUA VIDA ESTEJA

DAQUI A 15 ANOS



Os resultados apontaram para a necessidade de ampliação do espaço da Lona Cultural. Os jovens manifestaram interesse em um fórum de empreendedorismo cultural para compreenderem de que forma podem gerar renda e como podem se organizar nesse espaço coletivo. O projeto Usina da Arte privilegiou o fazer profissional através do emponderamento dos sujeitos para que busquem a efetivação da sua autonomia e a garantia de seus direitos enquanto cidadãos.

Através da experiência da implantação e da gestão do projeto Usina da Arte a equipe do Instituto Usina Social pode elencar algumas proposições para atender os anseios dos jovens do “Catarina” pelo acesso à cultura. Vale ressaltar, que mesmo sendo uma população menos favorecida também participa ativamente do cenário cultural em suas diferentes formas. E, mesmo com baixo investimento, há jovens no projeto que enxergam a chance de um futuro melhor através da formação artística cultural.

Estes jovens, no entanto encontram um espaço limitado para suas manifestações. Não raramente são usados como mão-de-obra para realização de eventos ou, como meros repassadores das intenções e valores alheios.

MARCO (2009)³³, afirma que a arte e a cultura são geradoras de empregos diretos e indiretos, dinamizando recursos e investimentos na mesma ordem que outras atividades econômicas tradicionais.

Com esta mesma perspectiva, nossa equipe baseou-se em proposições a fim de atender o maior anseio dos jovens do projeto Usina da Arte, a formação profissional no papel do empreendedor cultural como mobilizador de recursos criativos e econômico-financeiros, bem como articulador de redes sociais, visando à criação, organização, gestão e sustentação de empreendimentos culturais. Pois, a nossa vivência com esses jovens, nos fez perceber que boa parte, procura nas oficinas algo mais, ou seja, eles chegam com o sonho de ser um artista, no entanto diversos fatores sociais levam este sonho pra longe da sua realidade.

Desta forma nossa equipe repensou em uma proposta de projeto para 2010, que extrapole os muros da Lona Cultural e proporcione aos jovens beneficiários do projeto experiências do fazer cultural como forma de empreender o seu fazer artístico.

Para este desafio, propomos para 2010 a formação de agentes multiplicadores com formação de agentes culturais, possibilitando atuação em espaços diversificados nas comunidades do entorno do Jardim Catarina. Esta formação será desenvolvida ao longo do projeto culminando com o Fórum de Empreendedorismo Cultural dos Jovens de São Gonçalo.

Vale ressaltar que o projeto Usina da Arte, não limitará seu foco de atuação,

³³ MARCO, Kátia. A profissionalização dos setores culturais. 2009. Disponível em: <http://produtorindependente.blogspot.com/2009/09/profissionalizacao-dos-setores.html>. Acesso em 01 de outubro de 2009

pois nem todos os jovens possuem este interesse, contudo o conhecimento e a vivência de tais técnicas e modalidades podem auxiliá-los em futuras ações, promovendo atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes capazes de contribuir para o seu autodesenvolvimento.

Confiamos que as atividades culturais e artísticas consolidam um instrumento de expressão do protagonismo juvenil que chamam a atenção por representarem uma nova e emergente forma de comunicação capaz de romper as barreiras estereotipadas que a comunidade/sociedade mantém com relação aos jovens, em especial quando esta comunidade retrata um cenário de descoesão social como o bairro do Jardim Catarina.



Evento de Lançamento do Projeto – Daison
artista da Lona Cultural do Jardim Catarina –
janeiro/09



Público estimado 450 moradores do
Jardim Catarina – Dança Moderna –
janeiro/09



Olhares atentos do público infantil nas
apresentações – janeiro/09



I Encontro Sócio Educacional do Projeto Usina da Arte – fevereiro/09



Aula da Oficina de Capoeira – abril/09



Jovens se inscrevem para a oficina de Contação de História e Arte - fevereiro/09



Reunião Mensal da Equipe do Projeto - abril/09



Nas aulas de capoeira participam famílias inteiras – abril/09



Oficina de práticas circenses - Alex treina aéreo em tecido - maio/09



Professor Amendoim posa com grupo em noite de Flash Back- junho/09



Noite de Flash Back - decoração criada pelos alunos - junho/09



Tayná pratica contorcionismo - uma das atividades da oficina de circo - maio/09



Público do Jardim Catarina prestigia apresentação da Lona Lídia Maria - junho/09



Dança Popular - Festa Julina do projeto - julho/09



Grupo de Teatro comemora apresentação com a Professora Paola - agosto/09



Cena teatral - alunos caracterizados emocionam o público - agosto/09



Teatro de bonecos - Apresentação das professoras do projeto, Gisele e Bela - julho/09



Apresentação do grupo de Teatro - Espetáculo Procurando Felicidade - Lona do Jardim Catarina - agosto/09



Alunos do projeto se transformam em mestres de cerimônia para a Festa Julina - julho/09



Oficina de História em Quadrinhos - agosto/09



Ensaio Geral dos artistas da Lona Lídia Maria da Silva - Pirâmide Humana - setembro/09



Os alunos de capoeira fazem últimos preparativos para a a apresentação - setembro/09



Cine Lona - exibiu longas nacionais e trouxe o Anima Mundi para os moradores do Jardim Catarina



Gabriela se prepara para o espetáculo final do projeto - setembro/09



A capoeira exibiu belíssima apresentação de Maracatu - setembro/09



A dança clássica trouxe uma versão do Lago dos Cisnes infantil - setembro/09



Alunas do artesanato desfilam sua coleção sob o olhar atento da Professora Lucília - setembro/09



Parada de mão sobre banquilha - Artistas: Luan e Shayan - setembro/09



Grupo de Contação de História e Arte diverte os espectadores - setembro/09



Apresentação de malabares com claves - grupo de circo - setembro/09



Patrick O Mágico, responsável pelas oficinas de circo, entrega certificado aos alunos após apresentação - setembro/09

...Quais os sentidos e significados dos divertimentos da periferia? Eles por acaso coincidem com aqueles sentidos atribuídos ao lazer por outros estratos sociais? Como os moradores dos subúrbios apreendem e vivenciam seus hábitos de lazer? De outra forma, de que maneira as ações sociais que tem o lazer e a cultura como veículo têm se encaminhado sob este aspecto? Que princípios informam tais ações? Com que intenções – implícitas ou explícitas – as atividades de lazer tem se apresentado? Em última instância, que funções creditam-se para o lazer dentro dessas propostas?



A publicação contém, além dos artigos acadêmicos, a experiência do Projeto Usina da Arte, na Lona Cultural Lidia Maria da Silva, que registrou o perfil dessa juventude. O que a juventude deseja? Quais os seus anseios? No âmbito da formação para o trabalho, quais fatores devem ser privilegiados? Como empreender a partir de uma formação cultural?

Essas são as inquietações que motivaram esse trabalho.



INSTITUTO USINA SOCIAL



PRONASCI

Ministério
da Justiça

